



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

FRANCION MACIEL ROCHA

**VARIAÇÃO ENTRE IMPERFEITO DO INDICATIVO E IMPERFEITO DO
SUBJUNTIVO EM PEÇAS TEATRAIS DO SÉCULO XIX AO SÉCULO XXI**

FORTALEZA

2021

FRANCION MACIEL ROCHA

VARIAÇÃO ENTRE IMPERFEITO DO INDICATIVO E IMPERFEITO DO
SUBJUNTIVO EM PEÇAS TEATRAIS DO SÉCULO XIX AO SÉCULO XXI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Linguística. Área de concentração: Linguística. Linha de pesquisa: Descrição e Análise Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Márluce Coan

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R573v Rocha, Francion Maciel.
 Variação entre imperfeito do indicativo e imperfeito do subjuntivo em peças teatrais do século XIX ao século XXI / Francion Maciel Rocha. – 2021.
 129 f. : il. color.

 Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2021.
 Orientação: Profa. Dra. Márluce Coan.

 1. Variação. 2. Pretérito Imperfeito do Indicativo. 3. Pretérito Imperfeito do Subjuntivo. 4. Tempo-Aspecto-Modalidade. I. Título.

CDD 410

FRANCION MACIEL ROCHA

VARIAÇÃO ENTRE IMPERFEITO DO INDICATIVO E IMPERFEITO DO
SUBJUNTIVO EM PEÇAS TEATRAIS DO SÉCULO XIX AO SÉCULO XXI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Linguística. Área de concentração: Linguística. Linha de pesquisa: Descrição e Análise Linguística.

Aprovada em: 19 / 07 / 2021.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Márluce Coan (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Angela Cristina Di Palma Back
Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

Profa. Dra. Hebe Macedo de Carvalho
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus, sopro de esperança e vida!

Aos que estiveram e continuam presentes e
próximos!

AGRADECIMENTOS

A Deus, em seu desígnio de pura bondade, sempre foi/é/será a força propulsora de todos os momentos da vida;

À Virgem Maria, mãe dedicada e sempre terna, pela proteção maternal divina;

À Professora Dra. Márluce Coan, pelas esmeras orientações, por ser calma, por ser compreensiva e humana, por sua competência e dedicação à pesquisa, melhor, por ser exemplo de professor de que nosso país tanto precisa;

À Dona Raimunda, que alguns chamam de faxineira; a mim, cabe chamá-la de anjo, pelo café depois de uma noite de viagem de quase 300 km, era café que só se toma em casa de mãe;

Ao Dr. Ricardo Miranda (esposo), pela paciência nos momentos frenéticos, pelo carinho, pelos diálogos, pelas palavras encorajadoras e por toda essência de um ser em evolução;

Ao Professor Dr. Valdecy de Oliveira Pontes, pelas contribuições valiosas a esse texto durante a qualificação do projeto de dissertação;

À Prof. Dra. Angela Cristina Di Palma Back, pelas contribuições valiosas feitas pela ocasião da disciplina de Seminários de Pesquisa I, quando esta dissertação ainda estava em construção;

À Prof. Dra. Hebe Macedo de Carvalho, pelas contribuições feitas na defesa dessa dissertação e pelas discussões dos dados desta pesquisa;

Aos amigos adquiridos nessa caminhada, principalmente, ao Ricardo Freire e ao Rafael Nogueira que me acolheram quando precisei de estada em Fortaleza;

À minha família, alicerce de vida, mãe, irmãos, sobrinhos e o amor da minha vida toda, Laylah;

Aos professores do PPGlin, que contribuíram, diretamente, para minha formação como linguista;

À Professora Dra. Maria Alexandra de Castro e Santos Araújo, pela aprendizagem adquirida tardiamente ao fascinante mundo da Linguística;

À Prefeitura Municipal de Reriutaba, pela licença concedida durante os dois anos do mestrado;

À FUNCAP, pelo apoio financeiro, crucial ao desenvolvimento da ciência no Ceará;

A todos, o que fica é GRA-TI-DÃO!

Nunca se acaba o que estava sendo pronunciado nem se diz outra coisa para dar lugar a que tudo se possa dizer, mas tudo se diz simultânea e eternamente. Se assim não fosse já haveria tempo e mudança, e não verdadeira eternidade e verdadeira imortalidade. (Santo Agostinho, 1987, p. 213-214)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar, em peças teatrais brasileiras do século XIX ao XXI, a variação entre o pretérito imperfeito do modo indicativo e o pretérito imperfeito do modo subjuntivo em três funções: completiva, condicional e concessiva. Tomando por base pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística variacionista (LABOV, 1978, 1994, 2001, 2008 [1972] e 2010) e do Funcionalismo americano (GIVÓN, 1995 e 2001), pelo viés sociofuncionalista, propomos: i) mapear frequência de uso das formas sob análise por função; ii) verificar a atuação de fatores relativos ao complexo tempo-aspecto-modalidade (presença/ausência de marcador temporal; relação temporal; tipo aspectual do verbo da oração nuclear; tipo aspectual do verbo na subordinada; factualidade da situação e modalidade da oração nuclear); iii) tratar dos condicionamentos extralinguísticos século, vozes da narrativa e gênero teatral; e iv) investigar se há variação estável ou mudança em progresso em cada uma das funções mapeadas. O *corpus* é constituído por dezoito peças teatrais, seis de cada século. Após a codificação, os dados comutáveis foram submetidos à análise estatística no programa GoldVarb X (SANKOFF; TAGRIAMONTE; SMITH, 2005). Com a rodada estatística, os grupos significativos foram factualidade da situação da oração subordinada e vozes da narrativa. Para factualidade da situação da oração subordinada, o fator contrafactual condiciona o imperfeito do subjuntivo, já os fatores factual e eventual condicionam o pretérito imperfeito do indicativo. Em relação ao grupo de fatores vozes da narrativa, os fatores antagonista e personagens secundários tendem a favorecer o uso do imperfeito do subjuntivo enquanto o fator protagonista condiciona o uso do imperfeito do indicativo. Em correlação às funções sob análise, os fatores (i) factual, eventual e protagonista condicionam o imperfeito do indicativo nas funções completiva e concessiva; os fatores (ii) contrafactual, antagonista e personagens secundários o motivam na função condicional.

Palavras-chave: variação; pretérito imperfeito do indicativo; pretérito imperfeito do subjuntivo; tempo-aspecto-modalidade.

ABSTRACT

This research aims to analyze the variation between the imperfect past in the indicative and the imperfect Subjunctive in Brazilian plays from the 19th to the 21st century in three functions: completive, conditional and concessive. Based on the theoretical and methodological assumptions of Variationist Sociolinguistics (LABOV, 1978, 1994, 2001, 2008 [1972] and 2010) and American Functionalism (GIVÓN, 1995 and 2001), through a social-functionalist perspective, we propose (i) to map the frequency of use of the forms under analysis by function; (ii) verify the performance of factors related to the time-aspect-modality complex (presence/absence of temporal marker; temporal relation; aspectual type of the verb in the nuclear sentence; aspectual type of the verb in the subordinate; factuality of the situation and modality of the nuclear sentence); (iii) deal with extralinguistic conditioning century, narrative voices and theatrical genre; and (iv) investigate whether there is stable variation or change in progress in each of the mapped functions. The corpus consists of eighteen plays, six from each century. After coding, the commutable data was subjected to statistical analysis in the GoldVarb X program (SANKOFF; TAGRIAMONTE; SMITH, 2005). With the statistical round, the significant groups were factuality of the subordinate sentence situation and voices of the narrative. For factuality of the subordinate sentence situation, the counterfactual factor conditions the imperfect subjunctive, while the factual and eventual factors condition the imperfect past tense of the indicative. In relation to the group of narrative voices factors, the antagonist and secondary characters factors tend to favour the use of the imperfect subjunctive while the protagonist factor conditions the use of the imperfect indicative. In correlation to the functions under analysis, the factors (i) factual, eventual and protagonist condition the imperfect of the indicative in the complementive and concessive functions; the factors (ii) counterfactual, antagonist and secondary characters motivate it in the conditional function.

Keywords: variation; imperfect past in the indicative; imperfect subjunctive; tense-aspect-modality.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Ocorrência de pretérito imperfeito indicativo/subjuntivo nas peças teatrais	77
Gráfico 2 –	Número de dados por função: completiva, condicional e concessiva nas peças teatrais.....	78
Gráfico 3 –	Percentual de indicativo e subjuntivo a partir do século XIX nas peças teatrais.....	80
Gráfico 4 –	Ocorrência de pretérito imperfeito do indicativo e do subjuntivo nas funções completiva, condicional e concessiva no decorrer dos séculos XIX, XX e XXI.....	81
Gráfico 5 –	Atuação da factualidade da situação da oração subordinada na aplicação de pretérito imperfeito do indicativo.....	98
Gráfico 6 –	Atuação das vozes da narrativa na aplicação do pretérito imperfeito do indicativo versus pretérito imperfeito do subjuntivo.....	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Morfologia do pretérito imperfeito do modo subjuntivo/indicativo.....	30
Quadro 2 –	Definição sobre os modos indicativo e subjuntivo.....	28
Quadro 3 –	A alternância temporal nas concessivas.....	35
Quadro 4 –	Descrição das peças teatrais do século XIX.....	55
Quadro 5 –	Descrição das peças teatrais do século XX.....	58
Quadro 6 –	Descrição das peças teatrais do século XXI.....	60
Quadro 7 –	Os três momentos referentes à categoria Tempo.....	85
Quadro 8 –	Definição de Aspecto.....	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Número de ocorrência de pretérito imperfeito do indicativo e pretérito imperfeito do subjuntivo no contexto das funções completiva, condicional e concessiva.....	79
Tabela 2 –	Percentual de aplicação de presença/ausência de marcadores temporais no uso do pretérito imperfeito do indicativo <i>versus</i> pretérito imperfeito subjuntivo.....	83
Tabela 3 –	Percentual da relação temporal na aplicação do pretérito imperfeito do indicativo <i>versus</i> pretérito imperfeito subjuntivo.....	86
Tabela 4 –	Percentual de tipo aspectual do verbo da oração principal na aplicação do pretérito imperfeito do indicativo <i>versus</i> pretérito imperfeito subjuntivo.....	91
Tabela 5 –	Percentual do tipo aspectual do verbo da subordinada na aplicação do pretérito imperfeito do indicativo <i>versus</i> pretérito imperfeito subjuntivo.....	94
Tabela 6 –	Comparação dos grupos de fatores aspectuais na aplicação de pretérito imperfeito do indicativo <i>versus</i> pretérito imperfeito subjuntivo.....	95
Tabela 7 –	Influência da factualidade da situação da oração subordinada na aplicação do pretérito imperfeito do indicativo <i>versus</i> pretérito imperfeito subjuntivo.....	97
Tabela 8 –	Cruzamento dos fatores factual, contrafactual e eventual na aplicação do pretérito imperfeito do indicativo <i>versus</i> pretérito imperfeito subjuntivo nas funções completiva, condicional e concessiva.....	99
Tabela 9 –	Percentual de modalidade da oração nuclear na aplicação do pretérito imperfeito do indicativo <i>versus</i> pretérito imperfeito subjuntivo.....	100
Tabela 10 –	Percentual dos séculos na aplicação do pretérito imperfeito do indicativo <i>versus</i> pretérito imperfeito subjuntivo.....	103
Tabela 11 –	Influência de vozes da narrativa na aplicação do pretérito imperfeito do indicativo <i>versus</i> pretérito imperfeito subjuntivo.....	105
Tabela 12 –	Cruzamento de vozes da narrativa na aplicação do pretérito imperfeito do indicativo <i>versus</i> pretérito imperfeito do subjuntivo nas funções completiva, condicional e concessiva.....	107

Tabela 13 – Atuação do gênero teatral na aplicação do pretérito imperfeito do indicativo <i>versus</i> pretérito imperfeito subjuntivo.....	108
Tabela 14 – Cruzamento dos grupos de fatores na aplicação de pretérito imperfeito do indicativo <i>versus</i> pretérito imperfeito subjuntivo nas funções completiva, condicional e concessiva.....	110

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	O FENÔMENO EM ESTUDO.....	21
2.1	Os modos indicativo e subjuntivo na tradição gramatical.....	21
2.2	O imperfeito nas funções completiva, condicional e concessiva.....	29
2.3	Variação entre indicativo e subjuntivo em perspectiva (socio)funcionalista	36
2.4	Síntese do capítulo.....	39
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	40
3.1	Sociolinguística variacionista.....	40
3.2	Funcionalismo linguístico.....	44
3.3	Sociofuncionalismo.....	50
3.4	Síntese do capítulo.....	52
4	METODOLOGIA.....	53
4.1	Quanto ao método.....	53
4.2	<i>Corpus</i>	54
4.2.1	<i>O gênero teatro como corpus de uma pesquisa</i>	63
4.3	Tratamento estatístico dos dados linguísticos.....	63
4.3.1	<i>Variável dependente</i>	63
4.3.2	<i>Variáveis independentes linguísticas</i>	65
4.3.3	<i>Variáveis independentes extralinguísticas</i>	71
4.4	Síntese do capítulo.....	75
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	76
5.1	Resultados gerais.....	76
5.2	Tempo.....	82
5.2.1	<i>Presença/ausência de marcador temporal</i>	83
5.2.2	<i>Relação temporal</i>	85
5.3	Aspecto.....	88
5.3.1	<i>Tipo aspectual do verbo da oração principal</i>	89
5.3.2	<i>Tipo aspectual do verbo na subordinada</i>	93
5.4	Modalidade.....	96
5.4.1	<i>Factualidade da situação da oração subordinada</i>	97
5.4.2	<i>Modalidade da oração nuclear</i>	100

5.5	Variáveis extralinguísticas.....	102
5.5.1	<i>Século</i>.....	102
5.5.2	<i>Vozes da narrativa</i>.....	102
5.5.3	<i>Gênero teatral</i>.....	108
5.6	Síntese do capítulo.....	110
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
	REFERÊNCIAS.....	119

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação visa a analisar, por meio de dados escritos, a variação linguística dos pretéritos imperfeitos do modo subjuntivo e indicativo do Português brasileiro, nas funções completiva, condicional e concessiva. Nossa análise articula pressupostos da Sociolinguística e do Funcionalismo, pelo viés sociofuncionalista, pois assim conseguiremos maior abrangência teórico-metodológica para explicar tal processo de variação e/ou mudança das formas sob análise. Para os estudiosos da Sociolinguística Variacionista, a língua apresenta variações em todos os níveis (fonológico, morfossintático, lexical e discursivo), pois, ao usarmos duas ou mais formas, por vezes, estamos nos comunicando sem haver alteração no sistema da comunicação, cujas variantes têm equivalência referencial e/ou funcional (CHAMBERS; TRUDGIL, 1980; WOLFRAM, 1991; LAVANDERA, 1977; LABOV, 1978, 1994, 2001, 2008 [1972], 2010; TAVARES, 2013; TAGLIAMONTE, 2006, 2012; WATT, 2007).

Em gramáticas tradicionais como as de João de Barros (1957), Fernão de Oliveira (1975), Eduardo Carlos Pereira (1925; 1943; 1973), Antenor Nascentes (1960), Cunha e Cintra (2001, 2006), Napoleão Mendes de Almeida (2005 [1963]), Rocha Lima (2001; 2006) e Bechara (2009), o subjuntivo é definido como o modo da incerteza e o indicativo da certeza. Poucos são os gramáticos que não concordam com essa definição de certeza e incerteza dada aos dois modos, haja vista os que analisam a língua em um viés descritivo, por exemplo, Perini (1998, p. 258) que refuta a ideia de certeza e incerteza que não é uma definição clara apresentada para os modos indicativo e subjuntivo, respectivamente, a exemplo: a) “Desconfio que Selma fuma cachimbo”; b) “Admito que Selma fume cachimbo”. Nesses dois exemplos, é possível perceber que tanto a primeira frase que está no modo indicativo quanto a segunda no modo subjuntivo exprimem uma certeza.

Kury (1964, p. 71, [grifo nosso]) expõe, nos exemplos a seguir, que a incerteza não se restringe somente ao modo subjuntivo:

- 1) “Ela *chegará* hoje?”
- 2) “Não *matarás*.”
- 3) “*Discordarão* alguns desta orientação.”

Portanto, é perceptível o valor de incerteza, também, no modo indicativo, ou seja, tal valor não se restringe somente ao subjuntivo. O processo de variação é intenso quando o falante controla seu discurso pelo uso que faz da língua e, neste sentido, Tagliamonte (2003,

p. 14) discorre que “[...]essa variabilidade reflete as camadas variáveis da gramaticalização representadas por diferentes formas [...]” que podem refletir uma mudança gramatical.

A escolha desse tema justifica-se pela não compreensão apresentada nas definições dos modos indicativo e subjuntivo em gramáticas tradicionais normativas, que não dão conta da variação e da mudança que ocorrem na língua, o que, evidentemente, estende-se aos livros didáticos de Língua Portuguesa, nos quais se observa um reflexo desse pensamento sem que haja relação com a língua em uso, ou seja, nem sempre há correlação entre forma e função comunicativa (ANTUNES, 2014). Nossa inquietação é reflexo da observação como professor de Língua Portuguesa, pois é desafiante ensinar os pretéritos imperfeitos quando esses têm o mesmo valor referencial em um mesmo contexto, desse modo é preciso entrar no mérito das variáveis. Neste sentido, Neves (2003, p. 20) alerta sobre “[...] o padrão linguístico que se proponha fora da observação dos usos não constitui um padrão real”, pois as normas são resultados naturais dos usos.

Nessa perspectiva, a pesquisa sociofuncionalista tem por intuito contribuir com a descrição das formas dos pretéritos imperfeitos dos modos indicativo e subjuntivo relacionando-os com as funções comunicativas que estão atreladas aos contextos de uso. Assim, deter-nos-emos em investigar a variação e/ou mudança linguística no que diz respeito às formas verbais presentes em peças teatrais a partir do século XIX.

Nosso objeto de estudo é, portanto, a alternância entre imperfeito do indicativo e imperfeito do subjuntivo em peças teatrais brasileiras dos séculos XIX ao século XXI no contexto das completivas (conforme dados 01 e 02), condicionais (conforme dados 03 e 04) e concessivas (conforme dados 05 e 06), de modo a observar quais fatores condicionam a variação entre esses pretéritos imperfeitos.

(01) ELVIRA – Pensei que **estivesse** [estava] satisfeita. (A Moratória – Jorge Andrade)¹.

(02) ZÉLIA – [RESOLUTA] Por acaso o senhor está insinuando que meu marido **tinha** [tivesse] alguma coisa com essa tal de Sueli? (Velório à Brasileira – Aziz Bajur)

(03) O BOTICÁRIO – Pudera! Se o Matias **pegasse** [pegava] o rapazinho, esborrachava-o com um soco. (A Casa Fechada – Roberto Gomes)

(04) OLEGÁRIO [sardônico] – Ah, minha filha, tire isso da cabeça! Já, imediatamente! E se não **fazia** [fizesse] nada; se **estava** [estivesse] à espera de minha cura, então... (A mulher sem pecado – Nelson Rodrigues).

(05) A DUQUESA [Só, nos degraus do altar.] — Não posso orar!... O meu coração não pode despegar-se da vida, minha alma não pode elevar-se até Deus, e a religião

¹ Os exemplos citados nesta dissertação estão reportados conforme texto original das obras consultadas.

me não pode consolar!... Quisera ter alguém que me falasse, porque me parece que isto é um sonho! Um sonho horrível que me está sufocando!... [Pausa.] Tenho frio!... Mas por que aterrorizar-me assim? Se eu tenho sempre de morrer, que importa que me venha a morte agora ou logo, hoje ou passados anos?... A vida cansa, e Deus tem um sorriso mais carinhoso para aquele que mais sofre sobre a terra, e eu tenho sofrido muito!... Em vão, em vão! Apesar do sofrimento, eu quisera ser como as outras, viver a minha vida até o fim, e morrer com a morte que Deus manda! [Pausa.] O duque é bem cruel! E todavia eu sou como ele, sou talvez mais do que ele, e morrerei!... Morrerei porque sou fraca, morrerei porque sou mulher!... Deus foi misericordioso para comigo em me não ter dado uma filha; que se eu a tivesse, por muito que a amasse, e ainda que ela fosse [era] a única... meu Deus! cometeria hoje um crime... matava-a... seria talvez condenada por toda a eternidade, porém ela seria livre no céu! Mas por que será irrevogável a minha condenação? Eu sou esposa sua, a mãe de seus filhos... Por ventura quis ele punir a minha imprudência só com o terror, e a estas horas já ele terá pensado que o meu martírio deve acabar. O duque é generoso; se ele tem sempre esmola para os mendigos, por que não terá também piedade para os que sofrem? Eu sofro tanto! (Leonor de Mendonça – Antônio Gonçalves Dias)

(06) ERNESTO [Baixando a voz.] - ... quando o marido não está, bem entendido. [Gesto de admiração de Ribeiro.] Devo parecer-lhe muito leviano contando-lhe estas coisas... mas quero abrir-lhe os olhos... Ainda o outro dia... [Rindo-se muito]. Ah! ah! ah! Não posso lembrar-me sem que me **ria** [risse]!² [Rindo-se mais.] Ah! ah! ah! (Almanjarra – Gonçalves de Azevedo)

Face às pesquisas de Pimpão (1999; 2012), Alves Neta (2000), Prestes (2003), Domingos (2004), Meira (2006), Fagundes (2007), Carvalho (2007), Back (2008) e Pontes (2012), percebemos a variação entre esses dois modos sob diferentes ângulos por meio de fatores linguísticos e extralinguísticos. Apesar de os estudos trazerem contribuições importantes sobre esses modos verbais, é necessário desenvolver um trabalho que considere a variação linguística ao longo do tempo. A pesquisa histórica pode revelar aspectos da sociedade que usava a língua, além de mostrar-nos facetas da contextualização histórica da língua no período estudado. O *corpus* desta pesquisa torna-se proeminente por auxiliar o conhecimento da língua em uso atualmente, apesar das exceções impostas na transferência do oral para o escrito. Assim, o *corpus* pode fornecer dados expressivos sobre o processo histórico da variação e/ou mudança linguística, além de apreender e compreender variantes que estão há muito tempo no sistema linguístico.

Por esse motivo, o desenvolvimento desta pesquisa pode contribuir à ampliação dos estudos descritivos da língua, bem como ao aprimoramento de material didático sobre o tema através da reflexão do uso de uma forma verbal por outra. Não daremos conta, nesta dissertação, de descrever todos os aspectos envolvidos na variação dos pretéritos imperfeitos, mas também não nos limitaremos ao superficial que não leva a uma reflexão do uso da língua,

² Consideramos a oração como concessiva seguindo a proposta de Cegalla (2008), Kury (2003), Rocha Lima (2006), Salgado (2007), Garcia (2010) e Conceição (2016), que classificam como concessiva a locução conjuntiva *sem que*.

inclusive, do português brasileiro. Deste modo, tentaremos fornecer subsídios que possam deixar o ensino das formas verbais nos Livros Didáticos e em Gramáticas mais claro, partindo da observação da língua em uso.

Diante do propósito desta pesquisa, verificaremos se a competição entre os imperfeitos indica variação estável e/ou mudança em progresso. Por conseguinte, correlacionaremos os usos dos imperfeitos a fatores morfossintáticos e semântico-discursivos referentes ao complexo TAM (Tempo-Aspecto-Modalidade). Assim, buscaremos explicar o fenômeno sob o viés Sociofuncionalista (TAVARES, 2003), já que conjuga premissas da Sociolinguística e do Funcionalismo, tais como heterogeneidade sistemática, variação-mudança, quantificação, motivações de natureza diversa (sociais, estilísticas, morfossintáticas, semântico-discursivas, cognitivas).

Visando ao desenvolvimento desta proposta de pesquisa, traçamos o seguinte objetivo geral: analisar, em perspectiva sociofuncionalista, a variação entre o pretérito imperfeito do modo indicativo e o imperfeito do modo subjuntivo nas funções completiva, condicional e concessiva em peças teatrais brasileiras do século XIX ao XXI. Tal objetivo geral desdobra-se em quatro objetivos específicos, quais sejam: 1. mapear a frequência e os contextos de uso das formas sob análise por função (completiva, condicional e concessiva); 2. examinar quantitativa e qualitativamente motivações relativas ao complexo tempo-aspecto-modalidade: (a) presença/ausência de marcador temporal, (b) relação temporal, (c) tipo aspectual do verbo da oração principal, (d) tipo aspectual do verbo na subordinada, (e) factualidade da situação e (f) modalidade da oração; 3. tratar dos condicionadores extralinguísticos século, vozes da narrativa e gênero teatral³ como propulsores da variação; 4. investigar se há variação estável ou mudança em progresso entre os pretéritos imperfeitos nas funções e contextos de uso sob análise.

Para o alcance desses objetivos, buscamos respostas aos seguintes questionamentos: A. Os pretéritos imperfeitos em variação ocorrem com frequência em todas as funções (completiva, condicional e concessiva) e contextos sob análise? B. Que fatores relativos ao complexo tempo-aspecto-modalidade motivam as variantes sob análise? C. Os grupos de fatores extralinguísticos *século, vozes da narrativa e gênero teatral* são propulsores à variação? D. Que indícios apontam para mudança linguística ou variação estável entre os imperfeitos indicativo/subjuntivo?

³ Usamos gênero teatral como fator extralinguístico, por tratarmos somente da variação entre formas verbais relativamente ao complexo Tempo/Aspecto/Modalidade. O plano composicional do gênero não é foco desta pesquisa.

A partir de estudos anteriores e material sob análise, levantamos algumas hipóteses norteadoras desta pesquisa, visando a responder as questões propostas no parágrafo anterior. Vejamos:

A. Os pretéritos imperfeitos do modo indicativo e do subjuntivo estão em alternância nas peças teatrais brasileiras dos séculos XIX ao XXI nas funções completiva, condicional e concessiva, porque uma forma ou outra é utilizada a depender do contexto, não necessariamente o indicativo designa certeza, como também o subjuntivo, incerteza. Com base em Almeida (2010), cremos que há mais incidência de indicativo na função completiva e de subjuntivo nas funções condicional e concessiva.

B. Em resposta à questão B, subdividimos as hipóteses em três blocos: um referente a tempo; outro a aspecto e outro à modalidade. Em relação ao tempo, conforme tratado por Domingos (2004), é prototípico o valor temporal de passado dos pretéritos imperfeitos, mas, a depender do contexto, há valor temporal de passado, presente e futuro. Em relação à marcação temporal, pressupõe-se obter maior incidência de uso de marcadores temporais junto à forma do pretérito imperfeito do indicativo por ser a variante inovadora. No que se refere ao aspecto, analisamos tipo verbal da oração nuclear e da oração subordinada. Pautamo-nos na tipologia proposta por Vendler (1967) para hipotetizar que os verbos de estado e atividade requerem o uso do pretérito imperfeito do subjuntivo por demandarem um tempo maior decorrido, enquanto verbos de culminação e processo culminado conduziriam ao uso do pretérito imperfeito do indicativo, tendo em vista que a situação decorreria durante menos tempo. Ao abordar a modalidade, acreditamos que o pretérito imperfeito do indicativo tenda à factualidade, pois, em se tratando de grau de hipoteticidade, este confere ao enunciado maior probabilidade de ocorrência. As gramáticas normativas apontam para o traço de certeza e incerteza como diferenciador dos modos verbais, mas, de acordo com Givón (1995), acreditamos que diferenças modais mais específicas como pressuposição, asserção realis, asserção irrealis ou asserção negada também condicionem a variação indicativo *versus* subjuntivo, por estarem acoplados outros elementos contextuais na indicação do grau de (in)certeza.

C. É possível que a variação entre pretérito imperfeito do indicativo e do subjuntivo também seja favorecida pelo fator século, pois, segundo Silva (2019), desde a extinção do Latim que o indicativo supera a presença do subjuntivo. Também cremos que o gênero textual comédia favoreça o uso do indicativo, por esse modo ter sido costumeiramente associado a um tratamento mais informal, enquanto a tragédia e o drama condicionariam o subjuntivo por se associarem a um grau maior de formalidade. Para vozes da narrativa, esperamos que os

protagonistas favoreçam o uso do pretérito imperfeito do indicativo, devido ao fato de estarem em foco com a verdade a ser transmitida e por sua importância fundamental na construção do texto.

D. Com base em Pimpão (1999; 2012), julgamos haver mudança em progresso na função condicional, pelo fato de o indicativo superar o subjuntivo, enquanto, nas funções completiva e concessiva, as formas sob análise estariam em variação estável.

Quanto à organização, apresentamos nossa pesquisa em seis capítulos, incluindo esta introdução como capítulo primeiro. No segundo capítulo, abordamos o fenômeno em estudo diante do que descrevem os gramáticos, além de apresentar estudos que aproximam essa temática em relação ao Sociofuncionalismo. No terceiro capítulo, da fundamentação teórica, defendemos os pressupostos do Funcionalismo norteamericano e da Sociolinguística laboviana convergindo para o Sociofuncionalismo, os quais servem à explicação de nossos dados. No quarto capítulo, discorremos sobre a metodologia que alicerça esta pesquisa. No quinto capítulo, apresentamos a análise e a discussão dos resultados. E, por fim, passamos às considerações finais.

2 O FENÔMENO EM ESTUDO

Neste capítulo, apresentamos considerações de base normativa e descritiva, visando à caracterização e contextualização dos modos indicativo e subjuntivo; em seguida, tratamos do pretérito imperfeito do indicativo e do subjuntivo nas funções completiva, condicional e concessiva, as quais são analisadas nesta pesquisa em dados decorrentes dos séculos XIX, XX e XXI.

2.1 Os modos indicativo e subjuntivo na tradição gramatical

A exibição do modo indicativo e do modo subjuntivo, exposta a seguir, pauta-se em Gramáticas de Língua Portuguesa, dentre as quais destacamos: Augusto Epiphanyo da Silva Dias (1970 [1881]), Jerônimo Soares Barboza (1803), Said Ali (1964), Pereira (1973), Melo (1987), Rocha Lima (2001), Mário Alberto Perini (2005), Cunha e Cintra (2008), Evanildo Bechara (2009), Marcos Bagno (2012) e Ataliba Teixeira de Castilho (2019).

Essa contextualização do modo indicativo e do modo subjuntivo, no que tange às gramáticas portuguesas, mostra um percurso evolutivo desses dois modos no transcorrer do tempo, pois os descrevemos desde o século XIX, período em que o português do Brasil passa por significativas mudanças com a vinda da família Real Portuguesa em 1808 para o Brasil. No século XX, as mudanças ocorrem devido à dinâmica de um país em evolução industrial, urbana, política e cultural. No século atual, estamos diante de mudanças significativas, “[...] seja como um reflexo de todo o dinamismo citado seja como um instrumento para marcar a identidade de um povo que se fez independente, numa república livre e laica, com uma cultura rica e própria” (BASSO; GONÇALVES, 2014, p. 251).

Paralelamente à prescrição feita aos pretéritos imperfeitos do subjuntivo/indicativo, faz-se necessário expor gramáticas descritivas, cujas regras são formuladas a partir do uso linguístico. Nesta perspectiva, a língua deve ser vista como substância: “conjunto ordenado de itens [...] que estabelecem entre si relações linguísticas e desempenham funções linguísticas”; forma: “um conjunto de unidades [...] que se distribuem em níveis hierárquicos, identificados pelas oposições entre eles”; e variação: “deve ser examinada em suas correlações com fatores linguísticos e extralinguísticos” (CASTILHO, 2019, p. 45).

Para representar o século XIX, citamos Jerônimo Soares Barbosa (1803) e Augusto Epiphanyo da Silva Dias (1881). O primeiro gramático traz uma concepção dos modos como

os diferentes estilos de exprimir as características do sujeito da proposição. O autor define o modo indicativo como o modo dominante no discurso, enquanto o subjuntivo depende da afirmação de outro verbo, deixando em evidência a indecisão e a incerteza articuladas na proposição.

A concepção de Augusto Epiphanyo da Silva Dias (1970 [1881], p. 183) não se distancia da de Barbosa (1803), pois afirma também que o indicativo é o modo geral, isto é, está presente “[...] em todas as orações para as quais não há regra que exija outro modo”, sendo assim, o autor deixa claro que para aplicar o indicativo não, necessariamente, é preciso haver um contexto de uso específico. Diferentemente do modo subjuntivo que é empregado em função de determinados tipos de verbo e solicita contextos sintáticos específicos. Nas orações em que ocorre com os advérbios *talvez* e *quicá*, é possível alternância entre o subjuntivo e o indicativo, como apresentado no exemplo (11), a seguir:

(11) “[...] no mundo todo **talvez não se ache** um paiz onde... se encontrem tam villans, tam ridiculas, e absurdas construcções públicas como essas todas que ha um século se fazem em Portugal (Garret, Viag., 180). **Talvez foi elle** / O primeiro cantor que... / Soube entoar melodioso um hymno (Herc. Pões. Pg.23)”. (DIAS, 1970, p. 201, grifo nosso)

O que podemos destacar é que Dias (1970 [1981]) aponta a ocorrência do modo subjuntivo nas orações subordinadas, para haver concomitância com o modo indicativo em determinado campo semântico, como no caso dos verbos *esperar*, *pensar* e *saber*, por exemplo.

Para os séculos XX e XXI, seguem-se as afirmações de Pereira (1943), Said Ali (1964), Almeida (1982), Melo (1987), Rocha Lima (2001), Perini (2005), Cunha e Cintra (2008), Bechara (2009), Bagno (2012) e Castilho (2019).

A gramática de Pereira (1943) assevera haver cinco modos verbais: indicativo, condicional, imperativo, infinitivo e subjuntivo. Trataremos de apresentar o que o autor descreve sobre os modos indicativo e subjuntivo, sendo o primeiro o que expressa a realidade, constituindo então um modo positivo e categórico. Ao modo subjuntivo, etimologicamente, associa-se a subordinação, apresentando um fato duvidoso ou indeterminado. Pereira (1943) destaca que o modo subjuntivo, nas orações isoladas, exprime desejo, dúvida e concessão. O autor ressalta também que o advérbio “talvez”, anterior ao verbo, requer um verbo no subjuntivo e, após o verbo, este vem no indicativo, como nos exemplos (12) e (13):

(12) **Talvez seja** isso exato.

(13) Isso é **talvez** exato.

Essa ideia é corroborada por Almeida (1963, p. 281) e Perini (2005). Almeida (1963) descreve o fato de o advérbio “talvez” exigir o subjuntivo quando precedido do verbo, por exemplo: “Talvez haja conveniência”; quando posposto ao verbo, este exige o indicativo, como em: “Há talvez conveniência”. Ao modo subjuntivo, Almeida (1963) destaca que:

[...] o verbo não tem sentido, caso não venha subordinado a outro verbo, do qual dependerá para ser perfeitamente compreendido. Ninguém nos entenderá se dissermos “venhas”, mas se dissermos “Quero que venhas” seremos facilmente compreendidos; o sentido de venhas depende de quero; daí o nome de modo subjuntivo, isto é, modo que se subordina a outro. (ALMEIDA, 1963, p. 200)

Nessa afirmativa, referente ao modo subjuntivo, Almeida (1963) é, no mínimo, conflitante, pois a restrição ao uso desse modo não nos satisfaz de que a expressão *venhas* não será entendida, sendo que há expressões como *vamos* e *venhamos*, por exemplo, que não vêm subordinadas e que não deixam de ser compreendidas. Ao que o autor propõe, anteriormente, como explicar o uso do subjuntivo independente e/ou a requisição de subjuntivo quando o advérbio *talvez* antecede o verbo?

Said Ali (1964) define o modo indicativo como um enunciado de certeza ou realidade do fato; por subjuntivo⁴, o autor apresenta o modo da irrealidade ou incerteza, porém deixa claro que isso não é suficiente para definir o emprego de nenhum dos modos. Assim, para o autor, não podemos classificar o subjuntivo em *volitivo*, *potencial*, *optativo*, *deliberativo*, *concessivo*, *prospectivo* etc., pois não há uma fronteira segura que demarque uma categoria da outra, nesse caso, o seguro é tentar combinar todas essas categorias em apenas duas ou três classes gerais. No entanto, Said Ali (1964, p. 324) mostra que o modo subjuntivo pode expressar desejo/aspiração, se estiver presente em orações optativas, como no exemplo (14):

(14) **Prouvesse** a Deus!

Segundo Melo (1987), o modo revela a atitude do falante por intermédio da ação, do processo ou do movimento que o verbo exprime. Para o autor, o indicativo exhibe uma constatação e o subjuntivo um desejo, um convite, um pedido. Sendo assim, o modo representa a forma como o falante vê o processo, a ação. Melo (1987) considera que essas classificações

⁴ Segundo Said Ali (1964), a terminologia *subjuntivo* ou *conjuntivo* não altera a ideia de subordinação dada a esse modo, pois o subjuntivo pode ser empregado em orações principais e o indicativo em orações subordinadas.

dos modos são úteis do ponto de vista teórico, pois acontecem alterações ou até desaparecimento do valor próprio do modo por mecanismos sintáticos, de tal maneira que se torna uma forma falha de sentido próprio, mas atribuída pelo sistema da língua.

Para Rocha Lima (2001, p. 122), “O modo caracteriza as diversas maneiras sob as quais a pessoa que fala encara a significação contida no verbo; distinguem-se três modos: indicativo, subjuntivo e imperativo”, sendo o modo subjuntivo aquele que exerce um papel semântico de dúvida ou incerteza. Destacamos, ainda, que as noções de dúvida ou incerteza que são inerentes ao subjuntivo, conforme outros gramáticos, não são aqui mencionadas. Para Rocha Lima (2001), essas noções são escolhas do falante/escritor a depender de como vê a situação em pauta.

Cunha e Cintra (2008) apresentam o modo subjuntivo como o modo das orações dependentes de verbos cujo sentido está unido ao conceito de *ordem, proibição, desejo, vontade, súplica, condição* etc. Para os autores, o subjuntivo ocorre preferencialmente na subordinação porque denota uma ação ainda não realizada, sendo concebida como dependente de outra e pode estar expressa ou subtendida. Quanto ao modo indicativo, Cunha e Cintra (2008) enumeram alguns verbos que o favorecem e que é usado, comumente, nas orações que completam sentido de verbos como *afirmar, compreender, comprovar, crer*, além de verbos que demonstram um fato como certo. Os autores observam, ainda, que o emprego do modo indicativo e do subjuntivo em orações subordinadas substantivas fica a cargo da semântica do verbo da oração principal, porém a probabilidade do modo indicativo acontecer em contextos de uso do subjuntivo não é aludido pelos autores.

Para Bechara (2009), o modo encontra-se no âmbito do discurso, assim o considera não por ser marcado morfologicamente nas línguas neolatinas, mas por estar correlacionado à noção modal que é expressa por meio da categoria modalidade, vejamos:

Modo [...] – Assinala a posição do falante com respeito à relação entre a ação verbal e seu agente ou fim, isto é, o que o falante pensa dessa relação. O falante pode considerar a ação como algo feito, como verossímil – como um fato incerto -, como condicionada, como desejada pelo agente, como um ato que se exige do agente, etc., e assim se originam os modos: indicativo, subjuntivo, condicional, optativo, imperativo. (BECHARA, 2009, p. 213, grifo do autor)

Mais adiante, Bechara (2009, p. 275) delinea o modo indicativo como sendo normalmente usado nas “[...] orações independentes, e nas dependentes que encerram um fato real ou tido como tal”. Assim, o faz com o subjuntivo classificando os possíveis contextos semânticos nos quais pode acontecer, por exemplo, nas orações subordinadas substantivas

ocorre o subjuntivo depois de expressões que denotam *ordem, vontade, consentimento, aprovação, proibição, receio, desejo, probabilidade* entre outros.

Segundo Bechara (2009), algumas sentenças são passíveis de alternância entre indicativo/subjuntivo; para esse fenômeno, a explicação vinda do autor é de que a modalidade verbal, isto é, o grau de certeza ou incerteza em relação à proposição é suficiente para considerar a ação como algo verossímil ou como fato incerto. O exemplo retirado do próprio autor, a seguir, ilustra a suspeita do falante como coisa certa, ou nela acreditar e que o normal é aparecer o modo indicativo:

(15) Suspeitava-se que **era** a alma da velha Brites que andava ali penada [AH.5,364]
(BECHARA, 2009, p. 281)

Bechara (2009) mostra-nos que sentenças como essa só podem ser aceitáveis quando o locutor tem, em relação à proposição, um evento apresentado como certo, o qual é demonstrado pelo verbo no modo indicativo. As gramáticas normativas da Língua Portuguesa apresentam, no geral, o modo em função de critérios semânticos, quando elencam os verbos que solicitam ou não o subjuntivo e ao indicativo impõem a noção de certeza, deixando para o subjuntivo a de incerteza. Em função sintática, compete ao subjuntivo o modo da subordinação. Por essa razão, buscamos, nesta dissertação, verificar quais fatores sintático-semânticos condicionam o uso do indicativo/subjuntivo nas subordinadas.

Para Perini (2005), a divergência entre subjuntivo e indicativo, em português, é tendenciosa a se tornar genuinamente formal. Esse fato ocorre devido às motivações formais e semânticas que acarretam no uso do subjuntivo, como a estrutura da oração subordinada, a presença do operador de negação, o tempo verbal e a objeção do falante em relação ao que profere. O autor mostra um fenômeno destinado à subordinada a itens que não são verbos, como a preposição *para* que aceita o subjuntivo (conforme exemplo 16), enquanto *até* aceita as duas formas (conforme exemplos 17 e 18). Outra diferença notável descrita por Perini (2005) é a forma *talvez* quando este se encontra à esquerda e à direita do verbo: no primeiro caso é admissível o uso do subjuntivo (exemplo 19) e, no segundo, do indicativo (exemplo 20), como podemos observar nos exemplos retirados de Perini (2005, p. 175):

(16) Trouxemos este frango **para** que você o **mate**.

(17) Fiquei escondido **até** que você **chegou**.

(18) Ficarei escondido **até** que você **chegue**.

(19) Eu **talvez** o **procure** no escritório.⁵

(20) Eu o **procurarei** no escritório, **talvez**.

Há um outro fator que permite a alternância entre subjuntivo e indicativo: a negação na principal atrelada ao verbo *afirmar*, como podemos observar nos exemplos (21 e 22). É importante salientar, também, a afirmativa do autor em relação ao tempo verbal na principal que pode condicionar a ocorrência do modo na subordinada, como ilustram os exemplos (23), (24) e (25) apresentados por Perini (2005, p. 176):

(21) O advogado **não afirmou** que você **é** inocente.

(22) O advogado **não afirmou** que você **seja** inocente.

(23) Ele **pensou** que **estivesse/estava** protegido.

(24) Ele **pensava** que **estivesse/estava** protegido.

(25) Ele **pensa** que **esteja/está** protegido.

A ressalva que fazemos aos exemplos (23), (24) e (25) é baseada em estudos linguísticos como os de Domingos (2004) e Carvalho (2007), que testaram os verbos cognitivos como propulsores da variação, sendo que essa alternância está acoplada à semântica do verbo da principal. Assim, “[...] os verbos também codificariam uma oposição semântica de modo; o modo se definiria semanticamente como caracterizando a “atitude do falante frente àquilo que está dizendo” — uma noção próxima, portanto, à de força ilocucionária [...]” (PERINI, 2005, p. 257).

O modo subjuntivo, segundo Castilho (2019), é apresentado conforme aspecto morfológico que é feito a partir de sufixos, como podemos ver no quadro 1, logo abaixo:

⁵ Segundo Perini (2005, p. 175), é possível aceitar o indicativo na construção com *talvez* à esquerda do verbo (“Eu **talvez** o **procurarei** no escritório.”), porém mais raro.

Quadro 1 – Morfologia do pretérito imperfeito do modo subjuntivo/indicativo

	1ª conjugação	2ª conjugação	3ª conjugação
Modo	Tempo		
	Pretérito imperfeito		
Subjuntivo	Pensasse	Esquecesse	Sentisse
	Pensasses	Esquecesses	Sentisses
	Pensasse	Esquecesse	Sentisse
	Pensássemos	Esquecêssemos	Sentíssemos
	Pensásseis	Esquecêsseis	Sentísseis
	Pensassem	Esquecessem	Sentissem
	Pretérito imperfeito		
Indicativo	Pensava	Esquecia	Sentia
	Pensavas	Esquecias	Sentias
	Pensava	Esquecia	Sentia
	Pensávamos	Esquecíamos	Sentíamos
	Pensáveis	Esquecíeis	Sentíeis
	Pensavam	Esqueciam	Sentiam

Fonte: elaborado a partir de Castilho (2019).

No que se refere à sintaxe desse modo, assegura, como os demais autores, que o subjuntivo predomina nas sentenças subordinadas e, semanticamente, expressa um estado duvidoso das coisas, como podemos observar em:

(26) Quem não entende de nada diz que talvez o doce de leite **seja** a oitava maravilha do mundo. (CASTILHO, 2019, p. 438)

Em relação ao modo indicativo, esse é representado, assim como o subjuntivo, morfologicamente por sufixos, que concebem cumulativamente esse modo e os tempos, por essa razão, são designados sufixos modos-temporais. Sintaticamente, o indicativo predomina em sentenças simples, asseverativas e interrogativas. No que tange à semântica, o falante expressa através desse modo um estado de coisas real, verdadeiro, conforme mostra Castilho (2019, p. 438) em:

(27) O doce de leite **é** a oitava maravilha do mundo.

Castilho (2019) também acrescenta que os falantes do português brasileiro usam prioritariamente o modo indicativo. Algumas regiões do Brasil como a Sul, Sudeste e Centro-Oeste já preferem o uso do indicativo em vez do subjuntivo. Segundo o autor, o indicativo substitui as formas de imperativo e subjuntivo, sobretudo nas sentenças em que está presente a forma pronominal *você*, por exemplo:

(28) Eu quero que *você* **faz** isso para mim. (CASTILHO, 2019, p. 328)

Para Castilho (2019), esse uso é reflexo de estilo informal, mas já vem sendo frequentemente tematizado na literatura. O indicativo sugere uma relação de familiaridade/camaradagem, informalidade, ao passo que o subjuntivo acontece quando há uma interação assimétrica que implica uma relação de formalidade.

Bagno (2012, p. 561) descreve que “o modo subjuntivo permite ao falante expressar a ação ou estado denotado pelo verbo como um fato irreal, ou simplesmente possível ou desejado, ou quando se emite sobre o fato real um julgamento”. Como podemos observar, o autor não se distancia da concepção dos demais em relação às características semânticas e sintáticas. Quanto ao modo indicativo, Bagno (2012, p. 560, grifo do autor) tece considerações como: “o *modo indicativo* (também chamado *evidencial* ou *declarativo*) incide diretamente sobre a realidade empírica do estado de coisas; com ele produzimos declarações factuais e crenças positivas. [...]”

Diante dessas concepções sobre o modo indicativo e subjuntivo apresentamos um quadro, a seguir, com as características desses dois modos verbais:

Quadro 2 – Definição sobre os modos indicativo e subjuntivo.

MODO	DEFINIÇÃO
INDICATIVO	É o modo pelo qual o falante transmite certeza ao que profere, podendo ser em menção ao passado, presente ou futuro. Geralmente é usado em um contexto de informalidade ao intercambiar com o subjuntivo. Sintaticamente, esse modo é usado em orações independentes; nas dependentes, quando exprime um evento <i>real/certo/constatado</i> .
SUBJUNTIVO	É o modo pelo qual o falante demonstra incerteza, dúvida ou fato irreal. Sendo conhecido como o modo da vontade, do desejo, da possibilidade, da hipótese e da dúvida. A depender de certos contextos de uso, esse modo pode ser substituído pelo indicativo. Sintaticamente, é usado em orações dependentes; embora prevaleça em sentenças condicionais e concessivas, há contextos nos quais ocorre em completivas.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na subseção seguinte, caracterizamos e contextualizamos o pretérito imperfeito do indicativo e do subjuntivo, objeto de estudo nesta pesquisa, nas funções completiva, condicional e concessiva.

2.2 O imperfeito nas funções completiva, condicional e concessiva

Destacamos que o pretérito imperfeito, normalmente, apresenta indícios de uma situação durativa no passado, podendo constituir-se em habitualidade, progressividade ou iteratividade. Para Costa (2017, p. 48), essa forma verbal, na verdade, “[...] representa aquilo que se poderia chamar o presente do passado, no sentido de que configura, em relação a fatos do passado, a mesma continuidade ou interação e, por vezes habitualidade que o Presente tem em relação ao momento da enunciação.” Similarmente, Perini (2016, p. 329) observa que o verbo no pretérito imperfeito “[...] indica um evento ou estado habitual, ou uma qualidade considerada como válida para um período extenso no passado.” Conforme Cunha e Cintra (2006, p. 326, grifo dos autores):

A própria denominação desse tempo – PRETÉRITO IMPERFEITO - ensina-nos o seu valor fundamental; o de designar um fato passado, mas não concluído (*imperfeito* = não perfeito, inacabado). Encerra, pois, uma ideia de continuidade, de duração do processo verbal mais acentuada do que os outros tempos pretéritos, razão por que se presta especialmente para descrições e narrações de acontecimentos passados.

Os autores descrevem alguns contextos de uso do pretérito imperfeito do modo indicativo como: a) presente do passado, conforme exemplo (29); b) ação simultânea a outra, exemplo (30); c) ação habitual/repetida, como apresentado no exemplo (31); d) ações contínuas/permanentes, exemplo (32); e) ação certa/imediata de outra que não aconteceu ou poderia não acontecer, nesse caso o imperfeito pode ser substituído pelo futuro do pretérito, conforme exemplo (33); f) como forma de polidez, em substituição ao presente do indicativo, conforme exemplo (34); g) para situar vagamente um tempo, como no exemplo (35).

(29) Debaixo de um itapicuru, eu **fumava**, **pensava**, e **apreciava** a tropilha de cavalos, que **retouçavam** no gramado vasto. A cerca **impedia** que eles me vissem. E alguns **estavam** muito perto. (Guimarães Rosa, S, 216)

(30) **Falava** alto, e algumas mulheres acordaram. (Miguel Torga, V, 183)

(31) Se o cacique **marchava**, a tribo inteira o **acompanhava**. (Jaime Cortesão, IHB, II, 178)

(32) Sentou-se no muro que **dava** para o rio, o jornal nas mãos. (Augusto Abelaira, CF, 173)

(33) – O patrão é porque não tem força. Tivesse ele os meios e isto **virava** um fazendeiro. (Monteiro Lobato, U, 236)

(34) Diz-lhe: – Pedro, eu **vinha** exclusivamente para tratar de negócios. (Ciro dos Anjos, M, 192)

(35) **Era** uma vez uma rapariga chamada Judite. (Almada Negreiros, NG, 13) (CUNHA; CINTRA, 2006, p. 326-7, grifo dos autores)

Os autores afirmam que o pretérito imperfeito do subjuntivo pode expressar valor de passado, futuro e presente, conforme os exemplos (36), (37) e (38), respectivamente. Destacamos dessa obra que os autores não fazem referência sobre ser possível alternar o pretérito imperfeito do indicativo ao pretérito imperfeito do subjuntivo, embora confirmamos nessa dissertação (capítulo 5) haver essa possibilidade em alguns contextos.

(36) Não havia intenção que ele não lhe **confessasse**, conselho que lhe não pedisse. (Agustina Bessa Luís, S, 58)

(37) Alberto era inteligente e se não **deixasse** engazupar, talvez aquilo até **fosse** um bem... (Ferreira de Castro, OC, I, 87)

(38) **Tivesses** coração, teria tudo. (Guimarães Passos, VS, 166) (CUNHA; CINTRA, 2006, p. 338, grifo dos autores)

Rocha Lima (2001, p. 123) não especifica as características do pretérito imperfeito, mas “[...] informa de maneira geral, se o que expressa o verbo no momento em que se fala, numa época anterior, ou numa ocasião que ainda esteja por vir; são, fundamentalmente, três os tempos: presente, pretérito e futuro.” O que o autor apresenta é que a noção temporal poderá vir explícita no texto ou ser inferida do contexto do qual advém a conversação. Macedo (1991) explica que essa dicotomia do pretérito imperfeito ocorre por indicar mais uma categoria de modo do que uma categoria de tempo, sendo assim, ora se apresenta como um fato real, ora como um fato duvidoso/hipotético.

Quanto ao pretérito imperfeito do modo subjuntivo, conforme Pasquale e Ulisses (1988, p. 194), “[...] expressa processos de limites imprecisos, anteriores ao momento em que se fala ou escreve. [...] é o tempo que se associa ao futuro do pretérito do indicativo quando se expressa circunstância de condição ou concessão.”

Said Ali (1969) não se distancia da ideia de que o pretérito imperfeito denota uma ação durativa ou uma ação frequentativa. Podemos observar a ideia de duratividade no

exemplo (39), enquanto no exemplo (40) a ação evidencia valor frequentativo, noções ilustradas pelo pretérito imperfeito do modo indicativo.

(39) **Íamos** de vento em popa.

(40) **Repetia** todos os dias a mesma lição. (SAID ALI, 1969, 161)

Para Bechara (2009, p. 277), o pretérito imperfeito “[...] é um membro não marcado, extensivo, de uma oposição que encerra três membros, dois dos quais são marcados e intensivos: o mais-que-perfeito e o chamado condicional presente, na forma simples.” Em Bechara (2006), o pretérito imperfeito é conceituado como o tempo da ação continuada com limites imprecisos; não distante dos outros gramáticos, o autor deixa clara a ideia de aspecto imperfectivo que é própria desse tempo.

Nicola e Infante (1995, p. 110) observam que o pretérito imperfeito do indicativo é usado para designar: a) “um fato passado contínuo, permanente, habitual”, conforme exemplos (41) e (42); b) “um fato passado, mas de incerta localização no tempo”, como no exemplo (43); c) “um fato presente em relação a outro fato passado”, como ilustrado em (44).

(41) Ele **andava** à toa.

(42) Nós **vendíamos** sempre fiado.

(43) **Era** uma vez...

(44) Eu **lia** quando ele chegou.

Destacamos, nos exemplos (35) e (43), a ideia do imperfeito lúdico utilizado como mecanismo de distanciamento da realidade, sendo, pois, um tempo que “faz referência a situações que correspondem a uma fantasia, ficção ou figuração”, conforme aponta Pontes (2012, p. 34). Quanto ao pretérito imperfeito do subjuntivo, os autores Nicola e Infante (1995) o designam como um tempo usado em indicação a uma hipótese/condição, conforme exemplos (45) e (46):

(45) Se eu **estudasse**, a história seria outra.

(46) Nós combinamos que se **chovesse** não haveria jogo.

Castilho (2019, p. 433) descreve o pretérito imperfeito ressaltando a noção aspectual inerente a esse tempo, como o fazem outros autores que aqui apresentamos. Nesse

caso, o autor define pretérito imperfeito do indicativo da seguinte forma: i) “pretérito imperfeito real, indicando anterioridade não pontual”, como nos exemplos (47) e (48), que representam estados de coisas durativo e iterativo, respectivamente; ii) “pretérito imperfeito metafórico”, conforme exemplos (49), (50), (51) e (52), nos quais pode ser substituído pelo presente, nos usos de polidez (em 49), pelo pretérito imperfeito conhecido como imperfeito de “ruptura” que é uma indicação temporal precisa, o que mostra bem que ele é empregado no lugar de um passado composto ou de um passado simples (em 50), pelo imperfeito do subjuntivo, o qual interessa à investigação implementada nesta dissertação (em 51), pelo futuro do pretérito em discurso indireto/indireto livre (em 52); iii) “pretérito imperfeito atemporal”, de acordo com o exemplo (53).

(47) Quando cheguei, ela **olhava** pelo buraco da fechadura.

(48) Lá vejo o atalho que vai dar na várzea./Lá o barranco por onde eu **subia**.

(49) Eu **vinha** saber se você já pode devolver meu carro./**Quer**ia que vocês aceitassem minha proposta.

(50) Conheceram-se em maio, em junho se **casavam**.

(51) Se eu **percebia** que o carro ia resvalando para o buraco, tinha saltado muito antes.

(52) Ela disse que **vinha** logo./**Era** necessário, mesmo, libertá-lo?/Você bem que **podia** me arranjar um emprego./Numa viagem ao norte, desistiu de fazer a conferência. Os colegas assistiram. Não, não **fazia**.

(53) Sentada na borda da cama, afinal ela **ia** embora.

Castilho (2019, p. 435) exhibe dois exemplos para contextualizar o pretérito imperfeito do modo subjuntivo. Segundo o autor, o pretérito imperfeito do subjuntivo pode expressar “anterioridade problemática nas mesmas circunstâncias modais do presente do subjuntivo” como mostra o exemplo (54); demonstra também o “imperfeito metafórico, pelo mais-que-perfeito do subjuntivo”, como consta no exemplo (55), adiante:

(54) Talvez **viesses**/Que **viesses** logo.

(55) Não teria sido possível que o deputado **deixasse** de atendê-lo.

Para Domingos (2004), o pretérito imperfeito do subjuntivo pode ser comutado com o pretérito imperfeito do indicativo quando a circunstância é cotemporal ao ponto de referência passado. Do pretérito imperfeito do indicativo e subjuntivo, o que interessa para nossa pesquisa são os contextos de variação nas funções completiva, condicional e concessiva.

Tal dinâmica ocorre a partir da semântica do verbo da oração principal. Segundo Bianchet (1996), o uso do indicativo é crucial nas orações completivas cujos verbos são factivos, isto é, verbos que designam certeza, ao contrário do subjuntivo que tem o uso reduzido nessas orações com verbos não factivos. Wherritt (1978, p. 52), no entanto, revela que a alternância dessas formas verbais acontece em orações como a ilustrada em (56), a seguir:

(56) Não pensei que **fosse** fruta, pensei que **era** outra coisa.

(57) Pensei que **era** difícil seu nome.

(58) Pensei que **fosse** professora... Ah, você estuda.

(59) Pensei que **tivesse** muita gente.

Os resultados obtidos por Wherritt (1978) demonstram que o imperfeito do indicativo é usado quando o falante analisa a proposição como mais próxima à factualidade (conforme exemplo (57)). O imperfeito do subjuntivo está em uso quando a proposição representa, claramente, uma ideia oposta a outra (de acordo com o exemplo (58)), ou quando a comparação entre o fato estabelecido é ampliada (conforme exemplo 59)).

Na função condicional, Givón (1993) considera como irrealis simples, subjuntivas e contrafactuais. As condicionais irrealis estão no escopo da modalidade irreal, o que implica ser indeterminado o valor de verdade das duas proposições da oração. Nas condicionais contrafactuais, o valor de verdade das duas proposições é firme, porém negativo. As irrealis subjuntivas são marcadas pelo modo subjuntivo em forma, sentido e uso. Quanto à percepção do falante, a irreal subjuntiva é percebida e avaliada como sendo menos provável, mas não totalmente impossível de acontecer.

Segundo Neves (2011), há, frequentemente, uma informação que não é pronunciada como novidade:

Para entender-se essa consideração das **orações condicionais** como porções do enunciado em que o falante coloca informações que ele considera que não são novas para seu ouvinte, é interessante pensar na similaridade existente entre as construções **condicionais** e as **perguntas polares**. Uma aproximação entre **tópicos** e **prótases** é observável nos significados de determinadas interações que podem ser pensadas como explicativas das construções **condicionais**. (NEVES, 2011, p. 833, grifo da autora)

O que podemos destacar é que Neves (2011) aborda também a modalidade das condicionais como factuais, contrafactuais e eventuais. Segundo a autora, as factuais, muitas vezes, vêm destacadas por um elemento conclusivo (*então*) que advém da oração principal,

sendo assim, há “[...] uma relação factual implicativa entre o fato expresso pela posição antecedente e o fato expresso pela consequente. Isso significa que um fato, enunciado como condição já preenchida, implica outro, simplesmente enunciado.” (*ibidem*, p. 838). As construções condicionais contrafactuais também expressam uma relação de conclusão, diferentemente das factuais, pois nas contrafactuais isso ocorre com inversão da polaridade da subordinada e da principal. Já as factuais têm o enunciado da apódose tido como certo, desde que eventualmente contentada a condição enunciada. Com base em Neves (2011), podemos resumir as construções condicionais da seguinte forma: a) dada a realização/ a verdade de **p**, segue-se, necessariamente, a realização/ a verdade de **q** (real); b) dada a não-realização/ a falsidade de **p**, segue-se, necessariamente, a não-realização/ a falsidade de **q** (irreal); c) dada a potencialidade de **p**, segue-se a eventualidade de **q** (eventual).

Já nas concessivas, o uso do subjuntivo é característica da língua portuguesa, pois no espanhol estas orações podem vir acompanhadas com verbos tanto no subjuntivo quanto no indicativo, como podemos observar no exemplo (60) retirado de Gonzales (1994, p. 149), a seguir:

(60) El tiempo no parecía avanzar, aunque los rumores de la ciudad se **iban** desvaneciendo em la noche somnoliente.

Em uma possível tradução do exemplo (60), podemos observar a concomitância desses dois modos verbais: “O tempo não parecia avançar, embora os rumores da cidade **fossem/iam** se esvaindo na noite de sono”. Nesse contexto, seria esperado o uso do indicativo por representar a modalidade factual, mas o que está à disposição do contexto é que o modo subjuntivo também representa a factualidade.

Neves (2011) apresenta as concessivas em três grupos: factuais/reais, contrafactuais/irreais e eventuais. Para a autora, nas factuais, “apesar da realização/ da verdade da oração concessiva, segue-se necessariamente, a realização/a verdade da oração principal (não condicionada)”, enquanto nas contrafactuais, “apesar da não realização/da falsidade da oração concessiva, segue-se necessariamente, a não realização/a falsidade da oração principal (não condicionada)”; já nas eventuais, “dada a potencialidade da oração concessiva, não necessariamente se segue a realização/a verdade nem a não realização/a falsidade da oração principal (condicionada)” (NEVES, 2011, p. 866). Apresentamos, respectivamente, os exemplos para cada grupo, conforme Neves (2011, p. 866):

FACTUAIS

(61) **EMBORA** fosse um amigo recente e reticente, já lhe tinha emprestado pequenas quantias (BB)

CONTRAFACTUAIS

(62) O semblante sereno de uma vaca, aquele ar bovino imperturbável de quem está sempre filosofando, lhe é simplesmente inevitável, pois **MESMO QUE** pudesse querer, a vaca não poderia sorrir nem chorar. (FOT)

EVENTUAIS

(63) Mas, **AINDA QUE** eu salve o ratinho branco, outro terá de correr em seu lugar. (AVE)

Segundo Neves (2011, p. 872), “as relações expressas nas construções concessivas variam conforme o nível em que se estabelecem”, além de que é possível haver variação de tempo nas concessivas, o que acontece devido ao dinamismo da língua. Isso pode ser observado no quadro 3, a seguir:

Quadro 3 – A alternância temporal nas concessivas.

Grupo	Tempo	
	Oração principal	Oração concessiva
Factual	Presente do indicativo	Presente do subjuntivo
	(64) <i>Embora sejam</i> os adversários de Kant, este juízo sumário parece-nos inaceitável. (DIR) (NEVES, 2011, p. 881)	
Contrafactual	Pretérito imperfeito, futuro do pretérito, presente do indicativo	Pretérito imperfeito do subjuntivo
	(65) <i>Ainda que</i> a rosa tivesse outro nome, seu perfume seria o mesmo. (DIP) (NEVES, 2011, p. 884)	
Eventual	Presente, futuro do presente, futuro do pretérito do indicativo	Presente/pretérito imperfeito do subjuntivo ou indicativo
	(66) Talvez você esteja mais acostumado a dizer máquina de retrato que câmara fotográfica, ou então, tirar um retrato em vez de fotografar, <i>mesmo que</i> o tema seja uma paisagem, um prédio ou outra coisa qualquer, e não uma pessoa. (FOT) (NEVES, 2011, p. 883)	

Fonte: Elaborado a partir de Neves (2011).

Caracterizados os usos de imperfeito do indicativo e do subjuntivo, conforme literatura linguística, na seção que segue, descrevemos, particularmente, as formas verbais em estudo em pesquisas linguísticas de orientação sociofuncionalista, subárea que adotamos para embasar esta pesquisa.

2.3 Variação entre indicativo e subjuntivo em perspectiva (socio)funcionalista

Diversos trabalhos têm sido desenvolvidos nas últimas décadas acerca da variação entre o modo indicativo e o modo subjuntivo, tanto na língua oral quanto na língua escrita do Português Brasileiro. Várias evidências estatísticas já mostraram o quanto os falantes usam mais uma forma em detrimento de outra, motivados por fatores internos e/ou externos à língua. Diante disso, resenhamos, a seguir, algumas dessas investigações, procurando identificar suas contribuições e limitações. As pesquisas que apresentaremos versam, direta ou indiretamente, sobre o tema de nossa dissertação e serviram-nos de parâmetro, no que se refere à testagem de hipóteses e à comparação entre grupos de fatores.

Pimpão (1999) discute a alternância entre presente do indicativo e presente do subjuntivo em contextos nos quais as gramáticas normativas prescrevem o uso deste último modo para expressar desejo, dúvida, incerteza. Essa pesquisa faz-se importante para a presente dissertação, uma vez que a variação do modo verbal é relevante no contexto das funções completiva, condicional e concessiva. A autora analisou contextos cujos dados reais de fala "[...] parecem refutar a correlação entre modo subjuntivo e a inerência de valores nocionais como de incerteza, dúvida, possibilidade, hipótese, conforme prevê a norma padrão", como ocorre no exemplo (67) apresentado pela autora:

(67) "Parada, se Deus me der vida e saúde, eu não vou ficar, né? Talvez eu não **vou** fazer marmitta pra fora de casa, botar uma ajudante, assim" (in: Pimpão, 1999, p. 75)

Para essa análise, Pimpão (1999) utilizou trinta e seis entrevistas do Banco de Dados do Projeto VARSUL, de falantes de Florianópolis-SC. De início, a autora coletou todos os dados com emprego de subjuntivo, reduzindo-se, depois, à análise deste modo "[...] sob o escopo da modalidade na interface pressuposição-realis-irrealis" (p. 35), contando com trezentos e dezenove dados, o que caracteriza esse fenômeno como pouco produtivo na fala.

Pimpão (1999) analisou a variação entre os dois modos/tempos, deslocando as noções de certeza *versus* incerteza, impostas tradicionalmente à morfologia verbal, para o plano da comunicação, distinguindo que o irrealis não é uma condição para o uso do subjuntivo, apenas um contexto favorecedor. A autora apresenta-nos que o que detém o uso do presente do subjuntivo é a futuridade que está presente no contexto, como mostra o exemplo (68), mas não a incerteza, conforme exemplo (69), o que já é previsto historicamente. Pimpão observou, também, que a presença do advérbio "talvez" na oração beneficia o uso do presente

do subjuntivo, que é inibido quando o contexto está na primeira pessoa do discurso, constatado no exemplo (67), anteriormente.

(68) "Movimento não é tanto, né? mas agora com essa via que eles querem passar talvez **auante e melhore** mais e o bairro **cresça** mais ainda." (Pimpão, 1999, p.79)

(69) "Olhar ainda vai, pra dar uma espiada, ainda vai. Pois é, talvez eu não **gosto**, porque eu não aprendi a dançar, né?" (Pimpão, 1999, p. 79)

Condicionadores sociais como escolaridade e sexo também foram relevantes, pois evidenciaram o uso do subjuntivo por falantes mais escolarizados, além de ser surpresa o uso desse modo verbal mais por homens do que por mulheres.

Similarmente ao que propomos nesta dissertação, Domingos (2004) trata de variação no uso do pretérito imperfeito (indicativo e subjuntivo), porém na função de cotemporalidade a um ponto de referência passado, pesquisa na qual a autora controla os contextos de orações subordinadas nos quais as gramáticas normativas preveem o uso do pretérito imperfeito do modo subjuntivo, por se tratar de uma situação irreal, em que não se tem certeza ao falar, como em (70) e (70a).

(70) "Eu achava que a Próspera **era** uma loteria..." (Domingos, 2004, p.13).

(70a) "Eu achava que a Próspera **fosse** uma loteria..." (Domingos, 2004, p.13).

A autora compôs o *corpus* de sua pesquisa utilizando dados de informantes de Criciúma-SC e de Florianópolis-SC, provenientes dos bancos de dados do Projeto Variação Linguística na Região Sul (VARSUL), de posse da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do Projeto Entrevistas Sociolinguísticas, sediado na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

A pesquisa de Domingos (2004) visa a descrever a variação existente na codificação dos pretéritos imperfeitos dos modos indicativo e subjuntivo, em orações subordinadas, nas quais estão presentes traços semânticos associados aos verbos das orações principais que carregam pressupostos de algo ainda não vivenciado pelo falante na comunicação. A autora observa, portanto, que o tipo de verbo da oração principal, de fato, exerce um forte condicionamento sobre a variação dos pretéritos imperfeitos do modo indicativo e subjuntivo.

Para Domingos (2004), o pretérito imperfeito do indicativo e o pretérito imperfeito do subjuntivo demonstram um comportamento variável quando o contexto em que ocorrem é

de cotemporalidade a um ponto de referência passado, sendo assim, o momento do evento é simultâneo ao ponto de referência. Foi constatado, também, que a noção de modalidade (incerteza, possibilidade, hipótese, irrealidade) é depreendida do contexto e não da flexão verbal, assumindo, natureza discursiva e não morfológica.

Também Carvalho (2007) busca compreender em que medida aspectos sintático-semânticos e discursivos da oração principal reforçam ou restringem a noção modal expressa pelo verbo da oração encaixada. Para tanto, a pesquisadora utilizou dados de fala da região do Cariri - microrregião que se situa ao Sul do estado do Ceará - derivados do Banco de Dados de Estudos de Língua Oral do Ceará – Português não-padrão do Ceará. Foram selecionados 60 informantes, estratificados em sexo, faixa etária e anos de escolaridade. O *corpus* utilizado constitui-se de, aproximadamente, 125 horas de gravação de 176 entrevistas que seguem o modelo laboviano de coleta de dados e encontram-se transcritas e armazenadas eletronicamente⁶ (CARVALHO, 2007, p.73).

Carvalho (2007) constatou que sempre que a sentença ocorre com verbos volitivos, o modo subjuntivo é solicitado; com verbos factivos, a forma modal escolhida é o indicativo; já com verbos cognitivos, a seleção ocorre tanto com o indicativo quanto com o subjuntivo. Além do tipo de verbo da oração, a autora observou que a seleção do subjuntivo envolve, também, a estrutura da assertividade da oração e a modalidade. Nesses contextos, há, de certa forma, um jogo morfossintático e sintático-semântico governando o fenômeno da alternância, de modo que o valor da oração encaixada esteja semanticamente harmonizado com o verbo da oração principal ou ofusca-se em função do mecanismo sintático-semântico da oração, como ilustra o exemplo (71).

(71) DOC: Você acha que a Igreja católica é uma instituição rica, como costumam falar?
 INF: Com certeza, (+) eu **ACREDITO** que ela sej/**SEJE[É]** riquíssima. (APT, m, F2, E4). (*CORPUS O PORTUGUÊS FALADO NO CEARÁ* – In: CARVALHO, 2007, p. 92)

Quanto aos demais fatores, o fenômeno pesquisado por Carvalho (2007) não se mostrou sensível aos fatores sociais e a análise dos dados do pretérito imperfeito do indicativo *versus* pretérito imperfeito do subjuntivo foi apenas em termos percentuais, pois não há uma distinção considerada percentualmente diferente, em síntese, esses fatores não apresentam

⁶ <https://profala.ufc.br/pt/principal/>

uma direção clara em termos de resultados relacionados à porcentagem gerada pelo programa GoldVarb.

Resultados já obtidos e hipóteses já testadas nesses estudos, aqui apresentados, são de muita valia para o desenvolvimento deste trabalho, assim, embasamo-nos em pesquisas cientificamente comprovadas. Portanto, dos trabalhos citados, reaplicamos alguns fatores que consideramos relevantes aos propósitos de nossa pesquisa: a) factualidade, contrafactualidade, eventualidade, pressuposição, asserção realis, asserção irrealis e asserção negada, fatores já testados por Pimpão (1999); b) anterioridade, simultaneidade, posterioridade, estado, atividade, processo culminado, culminação e presença/ausência de marcador temporal foram fatores examinados por Domingos (2004) e c) tipo de verbo, especialmente considerando verbo cognitivo, como o fazem Domingos (2004) e Carvalho (2007), e verbo dicendi, conforme Carvalho (2007).

2.4 Síntese do capítulo

Procuramos mostrar, neste capítulo, concepções a respeito do modo indicativo e subjuntivo em gramáticas normativas e descritivas destinadas à língua portuguesa desde o século XIX ao século XXI. Para esses gramáticos, modo é uma concepção do falante a respeito do verbo, podendo, em certo contexto de uso, expressar fato real ou irreal. No decorrer do capítulo, observamos que as construções subordinadas não necessariamente são contextos preferenciais do subjuntivo, assim como as orações independentes não são propícias, somente, ao indicativo, mas um pode exercer a função do outro sem que haja perda semântica.

Ademais, incluímos informações sobre as formas verbais aqui analisadas, especialmente, nas funções completiva, condicional e concessiva; trouxemos também pesquisas relacionadas à variação entre os modos indicativo e subjuntivo e suas relações com a análise desta dissertação, além de abordarmos critérios que foram relevantes para a elaboração das nossas hipóteses, bem como o aporte teórico adotado nestas pesquisas, que abrange ora a Sociolinguística ora o Funcionalismo ou as duas teorias que se fundem no Sociofuncionalismo.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Destinamos este capítulo aos princípios teóricos que guiarão a análise da variação entre imperfeito do indicativo e imperfeito do subjuntivo em peças teatrais do século XIX ao século XXI, os quais estão ligados a dois modelos teóricos: o Funcionalismo e a Sociolinguística, que conjugados formam a vertente Sociofuncionalista de análise.

3.1 Sociolinguística variacionista

A Sociolinguística como o próprio nome sugere é uma área de estudo que analisa a língua em seu âmbito linguístico e social. Assim sendo, o foco é estudar a língua em uso, sem deixar de lado a estrutura linguística e os aspectos socioculturais, “[...] como usada na vida diária por membros da ordem social [...]” (LABOV, 2008 [1972], p. 13). A heterogeneidade não é questão de simples desempenho, mas de uma competência adquirida. Em consonância, Mollica (2019, p. 09) destaca que “[...] todas as línguas apresentam dinamismo inerente [...]”, ressaltando a exímia natureza heterogênea da língua.

A variação não acontece na língua por acaso, decorre de um sistema capaz de ultrapassar os níveis gramaticais normativos utilizados tanto na fala quanto na escrita, implicando duas ou mais formas distintas que são usadas para a expressão referencial. Esses fatores que formulam e fortalecem a língua podem ser de nível estrutural e social, também referidos como variáveis independentes.

O fenômeno estudado nesta pesquisa está em um processo de variação, pois cada uma das formas coexistentes compõe uma variante, que pode ou não ser escolhida, em algum contexto, por exemplo:

(72) FLORENCIA: Ah, pensavas que o caso **havia** [houvesse] de ficar assim? Anda, bota a cabeça de fora! (O Noviço – Martins Pena)

(73) JOANA - Seja qual for o conteúdo desta carta, Manuel, o seu procedimento não é digno de um homem de bem. Se **houvesse** [havia] uma nódoa nos sentimentos daquela criança, lavá-la-iam as águas que correm daqueles olhos. (Leonor de Mendonça – Antônio Gonçalves Dias)

(74) ALCOFORADO – Mas acreditais o que ainda hoje vos disse; compreendeis ao menos que eu vos serviria de joelhos toda a minha vida, para que do alto da vossa grandeza deixásseis cair sobre mim triste e mesquinho uma palavra de comisseração; que eu daria a minha vida por um sorriso vosso, que eu daria a minha cabeça ao carrasco se me fizésseis um aceno e se me prometésseis chorar sobre a minha estrela, sobre mim, *ainda quando* só **fosse** [era] no silêncio da noite, quando nenhuns olhos pudessem interrogar os vossos olhos, orvalhados com lágrimas, quando nem uma voz

puddesse desafiar a vossa voz, embargada pelos soluços? Compreendeis ao menos isto, senhora duquesa? Compreendeis ao menos isto, senhora duquesa? (Leonor de Mendonça – Antônio Gonçalves Dias)

Nos dados acima, pode-se perceber a variação entre o pretérito imperfeito do indicativo e o pretérito imperfeito do subjuntivo nas funções completiva, condicional e concessiva, respectivamente, pois as formas em variação têm equivalência referencial e/ou funcional.

Segundo Mollica (2019), a Sociolinguística exerce o papel de investigar o grau de estabilidade/mutabilidade da variação, de diagnosticar as variáveis de efeito positivo ou negativo sobre a emergência dos usos linguísticos e prevê o comportamento regular e sistemático, isto é, há diversos fatores que agem simultaneamente e emergem de dentro ou de fora dos sistemas linguísticos. Disso decorre o objetivo da Sociolinguística: explicar *como* e *porquê* ocorre a variação. Nesta pesquisa, mapearemos os possíveis fatores de natureza linguística e extralinguística que colaboram para esse fenômeno.

Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) descrevem os elementos fundamentais de uma teoria da mudança linguística: restrições, transição, encaixamento, implementação e avaliação, os quais Labov (2008 [1972], p. 19) considera como fundamentais para resolver três problemas: “[...] a origem das variações linguísticas; a difusão e a propagação das mudanças; e a regularidade da mudança linguística”. Seguindo esses princípios é possível, para determinado fenômeno, lançar a hipótese de estarmos diante de uma mudança em progresso ou de uma variação estável.

A análise da mudança linguística não é tão atual, apenas, os estudiosos não sabiam como ocorria tal fato, ou seja, de modo genérico não sabiam que ela “[...] é universal, contínua e consideravelmente regular.” (LYONS, 2016, p. 145). Podemos reiterar que a Sociolinguística analisa a heterogeneidade sistemática, diferentemente da visão estruturalista e gerativista que concebem a língua como homogênea e estática. Nem toda variação, entretanto, envolve mudança, mas toda mudança envolve variação e heterogeneidade (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006 [1968]).

Para Labov (1978), o termo variável nada mais é do que o lugar na gramática em que se encontra a variação, ou seja, variadas formas de realizar/dizer/falar/escrever a mesma coisa são variantes de uma mesma variável. Como já transcrito antes, as variantes são maneiras diferentes que encontramos para referenciar ao mesmo estado de coisas com o mesmo valor de verdade, ou seja, o mesmo significado referencial, por assim dizer, que Labov (2008 [1972], 1978) mostrou que a variação não é acidental. As primeiras pesquisas de Labov (2008 [1972])

focalizavam as variáveis fonológicas, por exemplo, o caso da ilha de Martha's Vineyard. Nesse estudo, William Labov investiga a pronúncia do ditongo /ay/ e do ditongo /aw/, cujas variantes são maneiras de mostrar a heterogeneidade da língua. Todavia, pesquisas para além da fonologia ganharam espaços, como a que investigada aqui, por exemplo.

Para que duas ou mais formas sejam chamadas variantes é preciso detectar os fatores linguísticos e extralinguísticos que delimitam os contextos de uso e a escolha de cada forma, através da observação de elementos, como as formas de pretérito imperfeito do indicativo e pretérito imperfeito do subjuntivo nas funções completiva, condicional e concessiva.

É relevante acrescentar como descreve Camacho (2016, p. 465) que “o advento do conceito de regra variável, [...] promoveu, no entanto, alterações muito significativas na interpretação do conceito de variação.”, mas um ponto importante para aprimoramento desse conceito decorre do embate intelectual entre Labov (1978) e Lavandera (1978). A linguista expõe suas dúvidas quanto à validade de estudos variacionistas quando analisam unidades linguísticas acima do nível fonológico: para Lavandera, toda construção sintática é possuidora de significado próprio.

Weiner e Labov (1983 [1977]) empreenderam os primeiros estudos variacionistas além do campo da fonologia: tratava-se da variação entre as construções passivas sem agente e as ativas com sujeito genérico do inglês. Os autores verificaram que a escolha de uma ou outra variante não era motivada socialmente, percebendo-se que os condicionadores externos não influenciavam na construção, mas apenas os internos (COELHO *et al*, 2015, p. 63). Foi com esse estudo de Judith Weiner e William Labov que Lavandera polemizou, em benefício da teoria, as regras variáveis. Nesta pesquisa, os condicionadores externos – delimitados na metodologia – podem não ser relevantes, assim como demonstrou Domingos (2004), para o processo de variação entre imperfeito do indicativo e do subjuntivo, porém serão testados juntamente aos fatores de ordem interna. Mas, voltemos à inquietação de Lavandera a respeito das regras variáveis.

Lavandera (1978) questiona Labov (1978) sobre a possibilidade, em estudos sociolinguísticos, de ampliar as discussões para além do nível fonológico, já que, para Lavandera (1978), cada forma tem um significado quando ultrapassa esse nível, sendo assim, impossível a variação. Outro questionamento decorre da natureza sociolinguística da pesquisa, já que somente os condicionadores internos se mostram relevantes nesse estudo. Em resposta a estas questões, Labov (2008 [1972], p. 78) observa que a análise considera “mesmo

significado referencial”, isto é, “dois enunciados que se referem ao mesmo estado de coisas e que têm o mesmo valor de verdade”.

Assim, Lavandera (1978, p. 181) propôs a substituição do conceito de “equivalência semântica” por “comparabilidade funcional”, pois as estruturas podem ter a mesma função comunicativa, mas, não necessariamente, terão o mesmo significado. Podemos contextualizar essa discussão com a ocorrência dos dados (72 a 74) acima, quando cada variável têm uma função (completiva, condicional ou concessiva), porém as formas de imperfeito (do indicativo ou do subjuntivo) em cada estrutura têm o mesmo significado referencial.

Para Labov (1978), os estudos sociolinguísticos não devem se preocupar somente em analisar a importância dos fatores sociais. Em um primeiro momento, a preocupação da Sociolinguística era, de fato, investigar a motivação social de algumas mudanças linguísticas, depois houve a necessidade de estudar a importância da estrutura gramatical da língua. Logo, ao analisar a variação entre os pretéritos imperfeitos do indicativo e do subjuntivo, esperamos apurar quais contextos condicionam a regra variável.

A Sociolinguística mostra, através de métodos consistentes, que "cada fenômeno deve ser estudado levando-se em conta a matriz social que lhe é própria" (NARO, 2019, p. 16). Aliás, se assim não o fosse, os fenômenos linguísticos ficariam contidos à inflexibilidade e à visão estática, que em nada condizem com a heterogeneidade inerente à língua. É tanto que Labov (2008 [1972], p. 21) descreve:

[...] não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a social da comunidade em que ela ocorre. Ou, dizendo de outro modo, as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo.

Nesta pesquisa, temos por análise a competição entre os pretéritos imperfeitos em dados escritos, peças teatrais brasileiras a partir do século XIX até o século atual, na qual rastreamos a mudança em tempo real, pois esta é um processo histórico. A mudança em tempo real pode ser captada por dois tipos: 1) comparação de amostras de fala, visando a perceber a estabilidade e/ou mudança no indivíduo ou na comunidade e 2) checagem de textos escritos de diferentes séculos, a exemplo das peças teatrais brasileiras do século XIX, XX e XXI deste estudo.

Desta maneira, a pesquisa em tempo real demanda o mapeamento do processo histórico de mudança em diferentes momentos (diacrônico) da língua. Em nossa pesquisa,

optamos por amostra escrita de sincronias distintas, porque a análise desses dados nos permitirá observar se a variante inovadora é mais frequente na “comunidade de fala” (português brasileiro) com o passar do tempo, pois esta “[...] não é definida por nenhuma concordância marcada pelo uso de elementos linguísticos, mas sim pela participação num conjunto de normas compartilhadas [...]” (LABOV, 2008 [1972], p. 150).

Labov (1994) trata do ‘paradoxo diacrônico’, concebendo o presente como uma realidade linguística a partir da qual se pode entender o passado das línguas. Desse modo, podemos entender se os elementos que estimularam a mudança linguística no passado podem agir no presente, como indício de mudança nas línguas como um todo. A pesquisa com *corpus* histórico consiste em observar sincronias passadas e checá-las no presente, sendo possível comparar o percurso da mudança e os contextos nos quais uma forma se implementa no sistema linguístico em dada função.

O *corpus*, a partir de peças teatrais, tenta mostrar a realidade linguística em determinado ponto do tempo, incluindo nuances comunicativas provenientes de determinada comunidade de fala, embora pouca ou quase nenhuma mudança tenha ocorrido nas formas verbais aqui analisadas no decorrer dos séculos como acontece com a ortografia e fonologia da língua portuguesa. Conforme Pinto (1988), o texto teatral é a melhor fonte de conhecimento da linguagem oral da época e o autor/dramaturgo tenta mostrar características físicas, psicológicas e sociais que são relevantes para um estudo variacionista formado por *corpora* a partir de peças teatrais.

A seção que segue complementa a discussão: de forma e função, com base no Funcionalismo norte-americano.

3.2 Funcionalismo linguístico

A pesquisa de um determinado fenômeno linguístico pelo viés funcional tem como objetivo delinear a função de um apurado uso linguístico, ou seja, para além da análise da estrutura gramatical, é necessário, primeiramente, observar a situação comunicativa. Assim, podemos descrever que a função e a forma linguística toma como base a situação real de comunicação, ou seja, a escolha de uma forma para a teoria funcionalista é determinada pelo contexto comunicativo.

Na década de 1970, o funcionalismo de vertente norte-americana é fortalecido pelos trabalhos de linguistas como Sandra Thompson, Paul Hopper e Talmy Givón, que defendem uma linguística baseada no uso, tendo como tendência primordial a língua do ponto

de vista do contexto linguístico e da situação extralinguística. Givón (1995), por exemplo, reconhece o estatuto formal da sintaxe, mas não a vê como uma categoria que seja autônoma sem a função que desempenha no contexto social. Para este autor, as proposições são carregadas de informações lexicais, mas as funções só são compreendidas quando se encontram encaixadas no discurso. Assim, a gramática não é o conjunto de regras pré-estabelecidas, as quais se deve seguir para formar sentenças gramaticais, mas um conjunto de estratégias necessárias para uma comunicação coerente, portanto, é necessário constituir todas as unidades da língua como configurações orgânicas de funções, sendo interpretada como funcional (NEVES, 2018).

Em oposição aos estruturalistas, os funcionalistas pesquisam e/ou concebem a linguagem como meio de interação social. Para Saussure (1969, p, 17), em sua totalidade “[...] a linguagem é multiforme e heteróclita [...]” e dependendo de outras dominações como “[...] física, fisiológica e psíquica [...]” para que haja compreensão e interação. No contraponto desta proposta, o funcionalismo define-se por dar importância às funções entre a língua como um todo e as diversas modalidades de interação social.

É por ser assim que Givón (1995) é defensor da linguagem como atividade sociocultural, estando as estruturas a serviço de funções cognitivas e comunicativas, do que decorre a concepção de língua não-arbitrária, mas motivada e icônica. É desse modo que a mudança e variação linguísticas estão sempre presentes, levando à noção de que as gramáticas são emergentes porque a estrutura é maleável, assim sendo, as regras permitem algumas exceções.

Segundo Givón (1995, p. 09), a língua é um fator de interação, cabe, portanto, estudar seu contexto e seu modo de uso como produto social, pois a compreensão depende da interação do falante no processo comunicativo que se estabelece, ou seja, o significado é dependente do contexto e não atômico na medida em que os fatos linguísticos associados a situações comunicativas podem ser explicados pela gramática funcional.

Esta teoria analisa a linguagem por meio de funções e elas são partes de diversas estratégias de estruturação da língua. Segundo Givón (2001), as primeiras funções da linguagem humana concentram-se na representação e comunicação do conhecimento, sendo que para representá-las dependerão 100% do contexto em que o falante está inserido. Nesta pesquisa, mapearemos as funções em que o pretérito imperfeito do indicativo compete com o pretérito imperfeito do subjuntivo e, para isso, dispomos de dados do século XIX ao XXI.

Garvin (1978) exemplifica três tipos de função no Funcionalismo, assim sendo, pode ter uma relação interna, semântica e externa. Para a função interna, há relações entre uma

forma e outra; a função semântica estabelece relações entre uma forma e seu significado; a função externa tem como base as relações entre o sistema de formas e seu contexto. Já Halliday (1985) defende que função é referente à motivação discursiva da estrutura sentencial. Assim, Nichols (1984) descreve a gramática funcional como um instrumento de análise que contempla a:

[...] estrutura gramatical, assim como a gramática formal e estrutural; mas também analisa a situação comunicativa inteira: o propósito do evento de fala, seus participantes, seu contexto discursivo. Os funcionalistas sustentam que a situação comunicativa motiva, restringe, explica ou de outra forma determina a estrutura gramatical, e que uma abordagem estrutural ou formal não se limita apenas a uma base de dados restrita artificialmente, mas é inadequada mesmo como uma explicação estrutural. A gramática funcional, então, difere da gramática formal e estrutural na medida em que pretende não modelar, mas explicar; e a explicação é fundamentada na situação comunicativa (NICHOLS, 1984, p. 97)

Por ser um termo polissêmico, conforme citado acima, função pode fazer referência à categoria gramatical, levando em consideração o componente funcional da gramática em contraposição ao componente fonológico, por exemplo. Portanto, é possível partir da forma para identificar as funções. O que se pode pontuar como relevante é a correlação que se faz entre a função referencial da linguagem e o conceito de variável sociolinguística, pois se considera a comparabilidade funcional para a mesma função, o que sugere combinações teóricas como da Sociolinguística laboviana a teorias funcionalistas.

Para análise das funções, aqui apresentadas, adotaremos o domínio funcional TAM (Tempo, Aspecto e Modalidade), esse domínio é o escopo de atuação de certa função desempenhada por uma ou mais formas em uma língua. A escolha do TAM para analisar a variação entre as formas verbais é por não ser um escopo funcional restrito, pois, segundo Givón (1984), domínio é um subsistema gramatical orientado para o discurso e que perpassa pelos níveis lexical, semântico-proposicional e pragmático-discursivo. O que podemos concretizar é que estas categorias estão ligadas ao verbo, direta ou indiretamente, isso a depender do contexto da situação comunicativa. Esta complexidade decorre do fato de as categorias verbais serem elementos gramaticais dependentes do contexto, mas as fronteiras nem sempre são claras e precisas, o que, por vezes, inviabiliza o distanciamento de um domínio do outro. Trataremos, a seguir, de cada um dos elementos desse complexo.

Para Givón (2005), Tempo é um mecanismo que determina uma extensão relativamente limitada no escopo de um evento que se manifesta na fala. Para compreender esta categoria é preciso:

Reconhecer as expressões e construções que indicam tempo, caracterizando sua atribuição à interpretação das sentenças em que ocorrem; desenvolver um conjunto de noções e uma metalinguagem adequada para a descrição das expressões e construções gramaticais que indicam tempo; elaborar representações formais das sentenças que levam em conta as referências temporais nelas contidas (ILARI, 2001, p. 08).

Na abordagem funcionalista que empregamos nesta pesquisa, é preciso reconhecer o tempo discursivo a partir do que se enuncia. Givón (1984) considera a construção do tempo como uma sucessão de pontos que ocupam uma ordem linear. Para colaborar com essa ideia, seguimos as considerações de Reichenbach (1947) que postula três momentos do tempo: 1) momento de fala, MF; 2) momento do evento, ME e 3) momento da referência, MR.

De acordo com essa ideia, os tempos verbais se definem a partir do momento de fala que estabelece três situações: i) antes do momento da fala; ii) simultâneo ao momento da fala e iii) posterior ao momento da fala. Estes três momentos são expressos pelos tempos absolutos passado, presente e futuro, mas o número de tempos verbais é bem maior.

Em se tratando de tempo, é necessário apresentar o tempo verbal absoluto e o relativo, pois Comrie (1990), exhibe o tempo verbal absoluto tendo o momento presente como ponto de referência, sendo então, parte de seu significado. No dado (75), o pretérito imperfeito *devia* é um tempo absoluto porque tem o presente *acho* como ponto de referência:

(75) OLEGÁRIO [cínico] - Você quer saber de uma coisa? Eu *acho* que a fidelidade **devia** [devesse] ser uma virtude facultativa. (A mulher sem pecado – Nelson Rodrigues)

Para o tempo verbal relativo, Comrie (1990, p. 58) descreve que “tudo que é requerido para tempos verbais relativos é a identificação de um ponto de referência compatível com o contexto dado.” Assim, podemos constatar que tempos relativos são representados tanto por formas verbais não finitas quanto finitas como no dado (76):

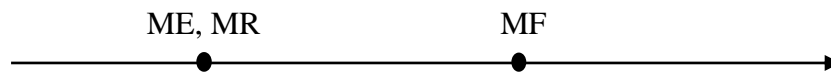
(76) LUCÍLIA - Eu sabia que aquele ordinário **ia** [fosse] se *aproveitar* disto. [Anda, agitada, pela sala. Sua voz sai descontrolada pelo ódio] Ele há de pagar! Ele precisa pagar! Se o senhor tivesse me levado, não teríamos sofrido esta humilhação. Papai: precisamos voltar lá! (A moratória – Jorge Andrade)

Aproveitar é um tempo relativo por ter o passado *ia* como ponto de referência e capta a referência temporal desse ponto. Sobre as formas de pretérito no português, Corôa (2005) afirma que estes:

[...] refletem o mundo mais objetivamente porque são usados para relatar eventos, estados ou processos já acontecidos e, por isso, percebidos como mais “reais” por qualquer observador. Consequência desta característica é o fato de estarem mais intimamente ligados ao ME. É nos *tempora* do pretérito que o ME está mais delimitado e localizado: ocorre sempre antes do MF. (CORÔA, 2005, p. 48 - 49, grifo da autora)

A relação temporal, em geral, é expressa por verbos, pois são “os elementos linguísticos que mais de imediato situam a ação, estado, evento ou processo na sua relação temporal com a enunciação e o falante/ouvinte” (CORÔA, 1985, p. 35). No entanto, marcadores temporais acrescentam informações à relação temporal e ao contexto. Conforme formalização de Reichenbach (1947), em sua interpretação temporal das línguas naturais, representamos, a seguir, a noção de cotemporalidade entre evento e referência, a qual, mais frequentemente é codificada pelas formas sob análise nesta pesquisa, embora, por vezes, os imperfeitos indiquem anterioridade ou posterioridade do evento à referência.

Figura 1 – Linha temporal do pretérito imperfeito



Fonte: Elaborado a partir de Reichenbach (1947).

Enquanto o Tempo faz referência ao tempo externo e suas subdivisões, o Aspecto refere-se ao tempo interno, que compreende a noção de duração, instante, começo, desenvolvimento e fim. Aspecto é uma categoria que distingue as diferentes maneiras de perceber a construção temporal interna de uma determinada situação. Compreendendo essa categoria a partir do prisma da funcionalidade, podemos citar Travaglia (1985, p. 53), que descreve Aspecto como “uma categoria verbal [...] não-dêitica, através da qual se marca a duração da situação e/ou suas fases, sendo que estas podem ser consideradas sob diferentes pontos de vista a saber: o do desenvolvimento, o do complemento e o da realização da situação.”

Geralmente, a categoria Aspecto é definida por alguns estudiosos no que se refere à distinção geral *perfectivo versus imperfectivo*. Segundo Comrie (1990), o *perfectivo* demonstra uma situação como um todo enquanto no *imperfectivo* o fato é expresso em sua constituição temporal interna. Nesse sentido, o Aspecto é uma categoria semântica que está

sujeita tanto à dinâmica interna do verbo como à escolha do falante que emprega um ponto de vista que seja interno ou externo para focar uma determinada ação.

Já Vendler (1967) afirma que as contestações entre os verbos não podem ser elucidadas unicamente pelo tempo, pois a presença ou ausência de objetos, condições e estados de coisas pretendidos, também contribuem para a aspectualidade. Para isso, o autor propõe a seguinte tipologia verbal do aspecto inerente ou lexical:

- a) Estado: descreve situações que ocorrem em todos os instantes ou em algum instante entre um tempo e outro;
- b) Atividade: descreve situações enquadradas num intervalo de tempo;
- c) Processo culminado: descreve situações em que há necessariamente um ponto final num determinado período de tempo;
- d) Culminação: descreve situações pontuais em que há um ponto final num instante.

A tipologia proposta por Vendler (1967) é de interesse para esta pesquisa, visto que será seguida para examinar a aspectualidade tanto do verbo da cláusula nuclear quanto do verbo das cláusulas completiva, condicional e concessiva, já que o tipo aspectual do verbo pode estar condicionando a variação entre pretérito imperfeito do indicativo e pretérito imperfeito do subjuntivo.

Quanto à categoria Modalidade, esta codifica a atitude do falante, sua avaliação sobre seu próprio enunciado. Mas, segundo Givón (2001, p. 304), a modalidade existe no próprio verbo, por exemplo: “He *has* a dog.” (Um cachorro em particular); “He *wants* a dog.” (Um cachorro em particular ou qualquer cachorro). Nestes dois exemplos apresentados pelo autor, a modalidade é inerente ao verbo, que na maioria carrega a modalidade *realis*; poucas formas são indicadoras de *irrealis*, assim como “querer, pensar, acreditar, saber, esquecer, lastimar.” É possível perceber que a modalidade inerente não é exclusivamente uma característica de alguns verbos, mas de advérbios como “provavelmente, certamente, possivelmente.” Givón (2001, p. 305).

No funcionalismo norte-americano, a modalidade é vista no contexto comunicativo e é assim definida por Givón (1984): a) pressuposição: a proposição é admitida como verdade; b) asserção *realis*: a proposição é intensamente declarada como verdade, podendo ser refutada pelo ouvinte; c) asserção *irrealis*: a proposição é espontaneamente declarada como possível ou necessária e d) asserção negada: a proposição é intimamente declarada como falsa, ou seja, contra a crença do ouvinte.

A modalidade, conforme proposta de Givón (1984), compõe um dos grupos de fatores desta pesquisa, pois é de nosso interesse verificar diferentes atitudes do falante, já que tais atitudes podem estimular mudança nos usos dos tempos verbais. Outro grupo investigado que também diz respeito à modalidade é factuality da situação (factual, contrafactual e eventual) que mede o grau de hipoteticidade da proposição.

Em síntese, a discussão empreendida aqui focaliza o domínio funcional Tempo, Aspecto e Modalidade, o qual pauta a análise que será desenvolvida nesta pesquisa, já que os grupos de fatores linguísticos foram configurados a partir dessas premissas teóricas para explicarmos os usos tanto do pretérito imperfeito do indicativo quanto do pretérito imperfeito subjuntivo. A partir dessas discussões, amalgamamos as ideias que formam o enlace entre Sociolinguística e Funcionalismo para configurar a seção seguinte sobre Sociofuncionalismo.

3.3 Sociofuncionalismo

O termo Sociofuncionalismo tem seu berço no Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (Peul/RJ) sediado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com exímia orientação do professor Anthony Naro. Desde a década de 1980, há pesquisas importantes que conciliam a Sociolinguística e o Funcionalismo, dentre as quais citamos Braga (1987, 1991), Paredes da Silva (1988), Paiva (1992), Neves (1999), Tavares (2003). Especificamente sobre o sistema verbal, também foram empreendidas várias pesquisas sociofuncionalistas, por exemplo: Coan (1997, 2003), Domingos (2004), Back (2008), Pontes (2012), dentre outras.

É importante destacar, sem nenhuma novidade, que o Sociofuncionalismo, de base funcionalista norte-americana, eleva a ideia de que a gramática a todo instante é modificada através do discurso, isto é, o falante constantemente usa formas novas para expressar-se, além de modificar determinadas construções da língua (CEZARIO; MARQUES; ABRAÇADO, 2016).

É por ser assim que o aparato teórico do Funcionalismo norte-americano, que tem como expoentes Hopper (1991), Hopper; Thompson (1980), Hopper; Thaugott (1993) e Givón (1971, 1991, 1995, 2001), e a Sociolinguística variacionista, com seu fundador Willian Labov (2008 [1972], 1978, 1994, 2001, 2003, 2010), unem-se para formar uma vertente linguística pautada, dentre outros, nos seguintes postulados: a heterogeneidade da língua é um fator da variação e mudança; a língua constantemente muda e essa mudança é um processo contínuo e gradativo. Diante desses postulados, podemos observar que o Sociofuncionalismo lança a ideia

de que a língua é um objeto maleável em consonância com a sociedade que a utiliza numa interação que focaliza relações de diferentes graus entre funções e formas.

Tanto para a Sociolinguística quanto para o Funcionalismo, o que deve estar em foco das investigações é a língua em uso, em detrimento de qualquer deslumbramento de como a língua precisaria ou poderia ser usada. Segundo Görski e Tavares (2013, p. 88), “[...] o objeto de estudo tanto de pesquisadores sociolinguistas quanto de pesquisadores funcionalistas é a língua utilizada em situações reais, de fala e de escrita, em que indivíduos reais interagem [...]”. Nosso aparato teórico tendo como base a Sociolinguística e o Funcionalismo que converge ao Sociofuncionalismo está voltado para a variação e mudança linguísticas das formas verbais analisadas neste estudo, além de focalizar as relações de diferentes graus entre formas e funções, a partir de fatores que contribuem para verificar quais funções são propulsoras para a variação. Para isso, os dados serão verificados em análise estatística do programa computacional GoldVarb X. Para uma teoria que se volta para o uso da língua deve ter metodologia apropriada e tratar do fenômeno quantitativamente procurando verificar se as hipóteses iniciais foram atestadas, buscando-se alcançar um esclarecimento para o fato de os falantes/ouvintes elegerem por uma forma em detrimento de outras formas também aceitáveis de serem agregadas com o mesmo significado ou a mesma função.

Além da variação, é, também, papel central para o Sociofuncionalismo, a mudança linguística como é vista pela Sociolinguística e pelo Funcionalismo, pois ambas abarcam a mudança como uma ação contínua e gradual. Para a temática desse projeto, conforme vimos acima, os fatores de análise selecionados enriquecem tanto uma teoria quanto a outra.

Segundo Görski e Tavares (2013), no enlace das duas teorias, há a necessidade de fazer algumas opções metodológicas e teóricas. Nesta pesquisa empreenderemos com mais dedicação a expansão do conceito de variação. Para isso, englobaremos a testagem dos grupos de fatores apontados na metodologia deste projeto para identificação de contextos que possam ser relacionados ao uso de determinada variante. Dentro do aparato teórico do Funcionalismo, refinamos os grupos de fatores diante da inclusão do domínio funcional TAM.

A junção dessas duas teorias só é possível porque ambas são baseadas em dados empíricos, muitas vezes, quantificáveis estatisticamente. Tanto a Sociolinguística variacionista quanto o Funcionalismo norte-americano ponderam a frequência como um fator acentuado para a mudança linguística, isso pode ser ressaltado a partir da propagação social de novas formas da língua em diferentes contextos de uso.

Desse modo, concluímos a seção pontuando as premissas abordadas pelo Sociofuncionalismo aqui empregado: a) a língua, sua heterogeneidade/variação e os processos

de mudança que são considerados conforme funções que exercem as variantes, além de explicações de natureza funcional dos dados extraídos do *corpus*; b) a variação e mudança como elementos linguísticos de uma ação contínua e gradual; c) a noção de variantes de Labov (2008 [1972]) encadeadas ao domínio funcional TAM de Givón (1984) e d) a análise dos dados por meio de tratamento empírico, levando em consideração frequência e pesos relativos (GoldVarb X) que atestem os fatores condicionantes à variação e à mudança.

Pelo exposto, podemos tirar bom proveito desse enlace teórico que foca a variação e mudança linguística. Diante disso, os preceitos mencionados permitirão a ampliação e compreensão do fenômeno em análise sob uma perspectiva sociofuncionalista.

3.4 Síntese do capítulo

Ressaltamos, neste capítulo, que o Funcionalismo Linguístico trata das funcionalidades das formas a partir do que é moldado pela gramática. A Sociolinguística, por sua vez, concebe a língua baseada na interação social, na comunidade de fala, e por meio desse vínculo pode ou não haver mudança linguística em função do contexto sócio-histórico, o que pode motivar a variação linguística, fenômeno alvo de nossa pesquisa. Sendo assim, cabe ao Sociofuncionalismo uma análise conjunta da função e da estrutura, além da investigação das forças que promovem a variação, considerando-se, outrossim, procedimentos analíticos de natureza quantitativa.

4 METODOLOGIA

Neste capítulo, apresentaremos os procedimentos metodológicos para investigação do nosso objeto de estudo, dividindo-o em quatro seções, nesta ordem, quanto ao método, *corpus*, tratamento estatístico dos dados linguísticos e, por último, uma síntese da proposta. Para Lakatos; Marconi (2001, p. 105), a Metodologia deve abranger o maior número de itens de uma pesquisa, pois “[...] responde, a um só tempo, às questões *como?*, *com quê?*, *onde?*, *quanto?*”

Assim, buscaremos tratar os fatos que contribuam para a ciência linguística, pois, segundo Matos (2003, p. 93), se a linguística tem uma metodologia, um método de estudo rigoroso “[...] que pode ser de natureza qualitativa e quantitativa, ela reúne as condições ou pré-condições para poder ser considerada como ciência”. Gil (2008, p. 22) corrobora essa ideia quando descreve que “a ciência se vale fundamentalmente do método experimental, que exige, entre outras coisas, o controle das variáveis que poderão interferir no fenômeno estudado”.

4.1 Quanto ao método

Com o objetivo de analisar multifuncionalidade, variação e mudança dos pretéritos imperfeitos dos modos indicativo e subjuntivo sob o viés sociofuncionalista, nos séculos XIX ao XXI, esta pesquisa terá como base os métodos dedutivo e indutivo. Segundo Gil (2008), o método dedutivo vai do geral ao particular para reconhecer como verdadeiros os princípios e chegar a uma conclusão formal através da lógica. Já o indutivo procede inversamente ao dedutivo, pois direciona do particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares.

Esses dois métodos de abordagem levam-nos a uma análise bem definida, pois a dedução confirma as hipóteses preestabelecidas para análise do fenômeno em estudo. De posse dos dados, a indução permitirá serem verificados princípios controladores da organização de ocorrências, haja vista ser preciso estar claro, na análise, que esses métodos nos acompanharão em toda a pesquisa.

Assim, buscaremos embasamento teórico tanto na Sociolinguística quanto no Funcionalismo, haja vista que ambos os modelos consideram o papel da análise quantitativa como ferramenta para sabermos mais sobre diferentes modulações gramaticais. A pesquisa utilizará os métodos qualitativo e quantitativo, para uma abordagem mais detalhada do objeto de estudo: a pesquisa qualitativa é abastada em dados descritivos; a pesquisa quantitativa é

situada na objetividade dos fatos. Segundo Fonseca (2002, p. 20), esta última “[...] recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.”

Para a coleta de dados, utilizamos como amostra textos escritos, ou seja, peças teatrais brasileiras que serviram para composição do *corpus* desta pesquisa. Para Gil (2008, p. 66), a pesquisa documental “[...] vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.”

4.2 *Corpus*

Para realizarmos nosso estudo com dados extraídos de peças teatrais brasileiras dos séculos XIX ao XXI, utilizamos alguns dramaturgos e suas respectivas obras/peças de cada século. Ao selecionarmos o *corpus*, respeitamos os seguintes aspectos:

- a) Peças de autores brasileiros ou estrangeiros que vivem no Brasil;
- b) Peças dos séculos XIX, XX, XXI;
- c) Disponibilidade na rede de computadores;
- d) No mínimo, uma peça por autor e, no máximo, três.
- e) Extensão: mínimo de 10 páginas e máximo de 200 páginas;
- f) Ocorrência das formas sob análise.

Adiante, listamos os textos que compõem a amostra de nossa análise, que diante da heterogeneidade e do dinamismo da língua é impossível analisá-la em sua totalidade. Assim, o *corpus* selecionado para esta pesquisa não concebe esta totalidade, mas uma pequena representação da Língua Portuguesa. Segundo Beber Sardinha (2004, p. 22) “O *corpus* é uma amostra de uma população cuja dimensão não se conhece (a língua como um todo). Desse modo, não se pode estabelecer o tamanho ideal da amostra.”

Para os séculos XIX, XX e XXI, selecionamos três autores, conforme os critérios acima, cujas narrativas variam entre uma a três, a depender do volume textual de cada peça teatral selecionada. As peças contêm de 10 a 150 páginas, aproximadamente, perfazendo uma amostra de 743 páginas, em média, 247 páginas para cada século estudado.

- Textos do século XIX:

Iniciamos com as peças de Luiz Carlos Martins Pena: i) *O Noviço* e ii) *Juiz de Paz na Roça*. Segundo Jacobbi (2012, p. 125), Martins Pena foi o primeiro dramaturgo a introduzir no teatro comédias de costumes do Brasil, sendo considerado, para alguns críticos, como o “*Molière brasileiro*”, de modo que suas obras são repletas de ironia e humor, trazendo as (in)felicidades da sociedade brasileira.

Em seguida, temos Artur Nabantino Gonçalves de Azevedo com as peças: i) *A Capital Federal*; ii) *Amor por Anexins* e iii) *A Almanjarra*. Gonçalves de Azevedo, irmão do escritor Aluísio Azevedo, foi poeta, contista e jornalista, ambos foram responsáveis por fundar a Academia Brasileira de Letras.

Consideramos para este trabalho, também, Antônio Gonçalves Dias com a peça: *Leonor de Mendonça*. Além de poeta e teatrólogo, teve outras funções, mas na Literatura Brasileira tem maior destaque pelo poema *Canção do Exílio*, dando-lhe o título de poeta nacionalista. Além de ser pesquisador de Línguas Indígenas, tinha grande apreço pelo Folclore Brasileiro.

Quadro 4 – Descrição das peças do século XIX.

Peça	Descrição
O Noviço	Martins Pena mostra, de forma divertida, um casamento por interesse, mas Ambrósio casado com Florência, rica e viúva ingênua, vê, mediante as situações, que não levará a melhor a partir da chegada de Rosa, sua primeira esposa. O autor apresenta, de forma irônica, a sociedade brasileira do início do século XIX, o preconceito, os falsos moralistas, os religiosos hipócritas e os políticos ambiciosos.
Juiz de Paz na Roça	Nesta peça, percebemos o humor das personagens, principalmente o juiz de paz que se beneficia da ingenuidade do povo da roça com casos pitorescos. Manuel João é um lavrador que obedece às ordens do juiz,

	<p>pois tem a missão de levar José, namorado de sua filha Aninha, para servir no exército. O sujeito é convocado para servir ao exército e sendo oportunista casa com Aninha para se livrar da convocação. Esta comédia gira em torno dos casos engraçados do juiz, um verdadeiro aproveitador.</p>
A Capital Federal	<p>Nesta peça, é perceptível a comédia de costumes. Para isso, o autor satiriza o comportamento dos personagens da cidade e os do interior (zona rural). É marcante o conteúdo musical entre as cenas, dando um ar de filmes musicais mais velhos. Os personagens são: o roceiro ingênuo; o falso moralista; a cocote; o adolescente deslumbrado na vida amorosa; o jogador; a mulata que quer mudar de vida; a esposa que não perdoa os atos do marido e o espertalhão.</p>
Amor por Anexins	<p>Esta peça é uma comédia que conta a história de Isaías e Inês. Amor por Anexins, como o próprio nome, são provérbios que mostram a complexidade dos personagens, principalmente a vida de Isaías, um solteirão que tem dinheiro e Inês, uma jovem viúva que é abandonada por antigo namorado Felipe. Diante de tal situação, toma de imediato uma decisão que espanta a todos, qual seja: casar-se com Isaías de quem antes tinha horror.</p>

A Almanjarra	Esta peça tem como tema o casamento por conveniência, pois o senhor Ribeiro obriga a filha Isabel a casar com um homem bem mais velho que a filha. Isabel é apaixonada por um jovem de sua idade que é aconselhada pela mãe a esquecê-lo. O texto mostra as fraquezas, heroísmos, preferências, diversões e medos da geração fluminense.
Leonor de Mendonça	Esta peça gira em torno do tema casamento por conveniência. Leonor é uma nobre senhorita, de família da Espanha, cujos pais prometem-na em casamento a Antônio Alcoforado, um jovem da corte. O jovem duque perdidamente apaixonado pela duquesa alimenta sérias dúvidas a respeito da fidelidade de sua esposa. E nessa atroz desconfiança, a duquesa é morta pelo esposo.

Fonte: Elaborado pelo autor.

- Textos do século XX

Para este século, consideramos a peça de Roberto Gomes Ribeiro: *A Casa Fechada*. Roberto Gomes teve uma vida curta, mas deixou obras singulares no que tange à sede de mudança no teatro brasileiro do século XX.

Do teatro de Aluísio Jorge de Andrade Franco, consideramos: i) *Vereda da Salvação* e ii) *A Moratória*. O autor reconstrói a história do Brasil, dando ênfase ao ciclo do café e à decadência dos valores patriarcais da sociedade da época. Na verdade, Jorge Andrade queria ser ator, mas uma amiga atriz o incentivou a ser autor.

Também incluímos obras de Nelson Falcão Rodrigues: i) *Valsa nº 6*; ii) *A Falecida* e iii) *A Mulher Sem Pecado*, autor que foi considerado um inovador na arte teatral, transpondo a tragédia grega para o teatro, de forma contemporânea, mas é o erotismo que dá o tom realista de suas obras.

Quadro 5 – Descrição das peças do século XX.

Peça	Descrição
A Casa Fechada	Esta peça retrata o adultério de Maria das Dores, uma senhora honesta que vive em uma cidade do interior, flagrada pelo próprio marido, fica sendo notícia na pequena cidade. Esse é o motivo pelo qual as demais personagens se envolvem, alguns a favor e outros contra Maria das Dores, mas há um mistério que envolve as personagens. Matias, seu marido, exige que ela saia de casa abandonando os filhos.
Vereda da Salvação	A obra é baseada em fato acontecido em abril de 1955, na fazenda São João da Mata em Minas Gerais. Manoel é o líder dos camponeses. Quando a estrada grande passa pelas terras dos camponeses, ele se vê desesperado ao aparecerem donos das terras de todos os cantos. Diante das dificuldades financeiras, os camponeses, cercados pelos novos donos, acabam morando de favor nas próprias terras.
A Moratória	A peça mostra a ruína de um fazendeiro de café que se encontra endividado por tal moratória. Nessa obra, o leitor percebe, através dos dramas de Joaquim (Quim), a transição de governo e a mudança repentina da sociedade do seu tempo. Devido à situação financeira, a casa é sustentada pela filha Lucília e pelas doações de Elvira, sua irmã. O filho Marcelo trabalha em um frigorífico, sendo que não é visto com bons

	<p>olhos pela mãe, Dona Helena. Pela falta de responsabilidade do filho, Quim implica com Marcelo pelo fato de não o ajudar nos serviços da fazenda, sendo que a fazenda já não é mais de Quim.</p>
Valsa nº 6	<p>Considerada como uma pequena obra-prima do escritor Nelson Rodrigues, essa peça trata de um monólogo em que a personagem Sônia desvela os mistérios que a cercam. A partir de frases curtas, o leitor/público é informado da verdade, embora não tenha a pretensão imediata de explicar o que está acontecendo, pois o mistério da obra se desvela ao assassinato da personagem.</p>
A Falecida	<p>Esta peça conta a história de Zulmira, uma pobre mulher doente do subúrbio carioca que tem como ambição um velório de luxo. Zulmira tem uma intriga com a prima Glorinha que teve câncer de mama e perdeu um dos seios, motivo da felicidade de Zulmira. Tuninho, o marido de Zulmira, passa o tempo jogando sinuca e discutindo futebol com os amigos. Devido à obsessão de um velório luxuoso, Tuninho, a mando da esposa, procura o milionário Pimentel para que pague seu velório e o marido descobre que os dois eram amantes. As ações dos personagens mostram a vida de suburbanos fracassados.</p>
A Mulher Sem Pecado	<p>Nesta peça, percebemos a renovação do teatro brasileiro com sutilezas dos valores dramáticos que consagrou o escritor como renovador dessa arte. A obra gira em torno</p>

	das obsessões de Olegário, que alimenta sua imaginação insana de que a esposa Lídia está lhe traindo. Lídia, uma bela e jovem mulher, é surpreendida pelas loucuras do marido.
--	--

Fonte: Elaborado pelo autor.

- Textos do século XXI

Para compor a amostra deste século, consideramos: i) a obra *Professor João*, de José Benedito de Almeida Júnior, doutor e professor de Filosofia, cujos textos são circunscritos a essa área; ii) as peças *Velório à Brasileira*, *O Brasil de Cuecas e Meu Querido Falecido*, ou, *Como Livrar-se de um Corpo*, de Aziz Bujur, dramaturgo premiado por suas obras teatrais irreverentes; iii) *Desejo Secreto e Palominos*, de Miguel Oniga, um artista de múltiplos talentos: é ator, autor, músico, diretor de cinema e dramaturgo.

Quadro 6 – Descrição das peças do século XXI.

Peça	Descrição
O Professor João	Nesta peça, Almeida Júnior trata de uma aula de Filosofia em que os alunos debatem com o professor a respeito dos pensamentos socráticos. O assunto da aula é debatido com sutileza, assim, percebemos, no decorrer do texto, a didática da aula e a Filosofia envolvida na vida das pessoas.
Velório à Brasileira	Neste texto, Aziz Bujur mostra a ganância das pessoas, pois é no velório de um funcionário público que a família descobre ser o defunto mais dois amigos ganhadores da megasena. A partir dessa novidade, inicia toda a confusão para descobrirem onde está o bilhete premiado. O texto se desenvolve a partir da ganância dos personagens e com muita comédia formam o hilário cenário.

O Brasil de Cuecas	Em seus textos, Aziz Bajur retrata as situações políticas do país em comédia, principalmente, a corrupção e os atendimentos decadentes das repartições públicas. Perto das eleições, uma família recebe a visita de um ilustre deputado acompanhado com sua amante, mas o que parece sorte à primeira vista se transforma em uma grande cilada.
Meu Querido Falecido, ou, Como Livrar-se de um Corpo	Em um texto cômico, Aziz Bajur mostra o desespero de uma família que se vê encrocada com um corpo estranho dentro de casa. Sem se envolver com a polícia, a família resolve planejar uma maneira de ficar livre do defunto desconhecido. O texto é repleto de mistério, chantagens e revelações surpreendentes.
Desejo Secreto	A peça de Miguel Oniga gira em torno de uma fórmula química que se torna o desejo dos personagens. O texto é bem curto e mostra a ambição dos personagens por uma fórmula que é vendida e passa de mãos em mãos, mas, ao final, a tal fórmula era falsa e tudo parece não passar de uma peça de teatro.
Palominos	Nesta peça, Miguel Oniga trabalha com três personagens e o texto desenvolve-se a partir de um diálogo entre Gomar, Margô e Cristo. Todo o diálogo amplia-se a partir de indagações sobre quem é aquele ser que apareceu do nada. Embora dando um fim, reaparece e nem ele mesmo sabe quem o é.

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.2.1 O gênero teatro como corpus de uma pesquisa

O teatro é a representação artística de uma sociedade em determinado tempo, este, por sua vez, representa a língua como fonte de comunicação e representação social, embora Ubersfeld (2005, p. 04) descreva que “o texto é apenas um dos elementos da representação, e talvez o menor”, sendo assim, a representação faz com que o texto crie forma, ou seja, é a linguagem construída de signos.

Ao tratar da linguagem, é importante destacar que o texto teatral é composto, basicamente, de duas partes distintas: o diálogo e as didascálias⁷. Essas duas partes apresentadas não são indissociáveis, pois, muitas vezes, são repletas de significação, chegando a ocupar um espaço enorme no teatro contemporâneo. “O que as didascálias designam, pertence ao contexto da comunicação; determinam, pois, uma *pragmática*, isto é, as condições concretas de uso da fala [...]” (UBERSFELD, 2005, p. 06, grifo da autora).

No que concerne ao texto teatral, sendo ou não uma linguagem autônoma, é suscetível de análise como qualquer outro objeto de código linguístico, já que tem, indubitavelmente, um emissor (e um destinatário/receptor/público). No entanto, o que é possível destacar no discurso teatral é:

- a. uma mensagem em que se pode demarcar a atuação das seis funções da comunicação;
- b. em certos casos, um idioleto da personagem, no sentido estrito do termo, ou seja, das particularidades linguísticas: língua de uma classe (camponeses de Molière ou de Marivaux, tolos de melodrama, gíria do teatro dito “popular”), língua de uma região (patoá);
- c. na maior parte dos casos veremos que o que se demarca é um discurso *com suas determinações próprias*, um “estilo”, correspondente ou não aos outros dados, que determina a personagem e suas funções;
- d. em todos os casos, a mensagem não é isolada, mas está em relação com a totalidade do texto e com seus interlocutores (diálogo). (UBERSFELD, 2005. p. 88, grifo da autora)

Por essas características é que os textos de peças teatrais são utilizados como *corpus* de pesquisas relacionadas à área da linguagem, haja vista lidarem com diferentes formas linguísticas, sendo uma boa representação da língua em diferentes épocas, considerando, conforme Ubersfeld (2005, p.174), que “[...] toda personagem de teatro fala, antes de tudo, a linguagem da classe social a que pertence”, no entanto, não a reproduz com rigorosidade referencial.

⁷ Didascálias são as indicações de cena apresentadas pelo autor da obra (cf. Ubersfeld, 2005).

Além de ser útil na prática pedagógica dos professores de língua, pois o teatro vai “[...] desde conversas informais em classe e jogos de mímica, até o psicodrama pedagógico como ferramenta de ensino” (GRANERO, 2020, p. 29). Portanto, trabalhar o teatro como *corpus* de pesquisas é também mostrar a presença efetiva das artes nos currículos escolares, podendo significar, mais adiante, uma disciplina curricular que contribua para a compreensão do mundo através da linguagem, além disso, colabora para o sucesso do aprendizado do sujeito social. Granero (2020) observa que: “A arte, e conseqüentemente o teatro, fazem parte da linguagem e da cultura próprias de um povo e são peças essenciais para a compreensão de sua história” (GRANERO, 2020, p.13).

4.3 Tratamento estatístico dos dados linguísticos

Como já apresentado, esta pesquisa é de cunho quali-quantitativo. A pesquisa quantitativa é importante para este trabalho pois “[...] possibilita o estudo da variação linguística, permitindo ao pesquisador aprender sua sistematicidade, seu encaixamento linguístico e social e sua eventual relação com a mudança linguística” (GUY; ZILLES, 2007, p. 73). O destaque desse tipo de pesquisa está na consideração dos números de ocorrências das variantes em questão e seus contextos de uso. Já a pesquisa qualitativa se destaca a partir dos conceitos e generalizações encontrados nos dados.

Como primeira etapa analítica, mapeamos as funções sintáticas codificadas pelos pretéritos imperfeitos sob análise, em princípio, espera-se encontrar variação em estruturas condicionais, concessivas e completivas de verbos de cognição, conforme descrevemos abaixo. Em seguida, os dados foram categorizados e analisados considerando-se variáveis independentes linguísticas e extralinguísticas.

4.3.1 Variável dependente

Segundo Mollica (2019, p. 10-11), “Entendemos então por variantes as diversas formas alternativas que configuram um fenômeno variável, tecnicamente chamado de variável dependente.”. Portanto, a variável dependente desta pesquisa é composta por duas variantes: o pretérito imperfeito do modo subjuntivo e o pretérito imperfeito do modo indicativo, conforme dados a seguir apresentados por função.

1. Alternância entre o pretérito imperfeito do indicativo e o pretérito imperfeito do subjuntivo em função condicional.
 - (a) MANOEL – [ligeira dúvida] Se **fosse** [era] pecado, Artuliana, nós não existia. Nem os animal! [procura uma justificativa] Até parece que o mundo virou morada do pecado! (Vereda da salvação – Jorge Andrade).
 - (b) OLEGÁRIO [sardônico] - Ah, minha filha, tire isso da cabeça! Já, imediatamente! E se não **fazia** [fizesse] nada; se **estava** [estivesse] à espera de minha cura, então... (A mulher sem pecado – Nelson Rodrigues)

2. Alternância entre o pretérito imperfeito do indicativo e o pretérito imperfeito do subjuntivo em função completiva.
 - (a) LAURA – Eu pensei que não **ia** [fosse] acontecer nada. (Desejo secreto – Miguel Oniga)
 - (b) ARTULIANA - Nunca tive danação. Gosto do Manoel, só isso. Manoel! Me bateram, aguentei tudo pra viver com você. Enquanto me batiam, pensava nas suas promessa. Nos filho que **podia** [pudesse] vim depois. Foi isso que me deu fortalecimento, Manoel! (Vereda da salvação – Jorge de Andrade)

3. Alternância entre o pretérito imperfeito do indicativo e o pretérito imperfeito do subjuntivo em função concessiva.
 - (a) A DUQUESA [Só, nos degraus do altar.] — Não posso orar!... O meu coração não pode despegar-se da vida, minha alma não pode elevar-se até Deus, e a religião me não pode consolar!... Quisera ter alguém que me falasse, porque me parece que isto é um sonho! Um sonho horrível que me está sufocando!... [Pausa.] Tenho frio!... Mas por que aterrar-me assim? Se eu tenho sempre de morrer, que importa que me venha a morte agora ou logo, hoje ou passados anos?... A vida cansa, e Deus tem um sorriso mais carinhoso para aquele que mais sofre sobre a terra, e eu tenho sofrido muito!... Em vão, em vão! Apesar do sofrimento, eu quisera ser como as outras, viver a minha vida até o fim, e morrer com a morte que Deus manda!

[Pausa.] O duque é bem cruel! E todavia eu sou como ele, sou talvez mais do que ele, e morrerei!... Morrerei porque sou fraca, morrerei porque sou mulher!... Deus foi misericordioso para comigo em me não ter dado uma filha; que se eu a tivesse, por muito que a amasse, e ainda que ela fosse [era] a única... meu Deus! cometeria hoje um crime... matava-a... seria talvez condenada por toda a eternidade, porém ela seria livre no céu! Mas por que será irrevogável a minha condenação? Eu sou esposa sua, a mãe de seus filhos... Por ventura quis ele punir a minha imprudência só com o terror, e a estas horas já ele terá pensado que o meu martírio deve acabar. O duque é generoso; se ele tem sempre esmola para os mendigos, por que não terá também piedade para os que sofrem? Eu sofro tanto! (Leonor de Mendonça – Antônio Gonçalves Dias)

- (b) ERNESTO [Baixando a voz.] - ... quando o marido não está, bem entendido. [Gesto de admiração de Ribeiro.] Devo parecer-lhe muito leviano contando-lhe estas coisas... mas quero abrir-lhe os olhos... Ainda o outro dia... [Rindo-se muito]. Ah! ah! ah! Não posso lembrar-me sem que me **ria** [risse]! [Rindo-se mais.] Ah! ah! ah!⁸ (Almanjarra – Gonçalves de Azevedo)

4.3.2 Variáveis independentes linguísticas

As variáveis independentes linguísticas ou grupos de fatores aqui analisados são de natureza morfossintática e semântico-discursiva, concernentes ao complexo tempo-aspecto-modalidade. Sendo o Funcionalismo Linguístico um dos pilares teórico para realização dessa pesquisa, desse modo não podemos deixar de abordar sobre as motivações de natureza cognitiva/discursiva que induzem o falante a selecionar entre uma ou outra forma verbal, neste caso: o pretérito imperfeito do subjuntivo e o pretérito imperfeito do indicativo.

1. Presença/ausência de marcador temporal⁹:

- (a) Presença: ELIZARDA- *Nunca* pensei que **ia** [fosse] ver o dia de meu bisneto falar [...]! (APONTA JESUÍNA) (O Brasil de cuecas – Aziz Bajur)

⁸ Explicamos na nota 2 (página 19) o porquê de considerar essa sentença como concessiva.

⁹ Consideramos presença/ausência de marcador temporal no período composto por oração nuclear e subordinada (encaixada ou hipotática).

- (b) Ausência: MACEDO - Fico. Se adivinhasse, não **tinha** [tivesse] cá vindo; limitava-me a mandar os homens. Uma vez que vim, fico. Que vou fazer no armazém a estas horas? De mais a mais, está muito calor lá embaixo na cidade. Jantaremos juntos pela primeira vez em dia de semana. [Levanta-se e contempla o guarda-roupa.] - Que diabo! é mesmo um monstro, como lhe chamou aquele mariola! Onde tinha eu a cabeça quando comprei isto? Mas... porque o fechou? (Almanjarra – Gonçalves de Azevedo)

2. Relação temporal:

- (a) Anterioridade (passado): JOAQUIM [Primeiro Plano] – Não *disse* que **íamos** [fôssemos] voltar para a fazenda? (A moratória – Jorge Andrade)
- (b) Simultaneidade (presente): HELENA [Pausa] - E como cantaram os galos! Quando **ia** [fosse] terminando um, começava outro; ora perto, ora longe. Logo depois da meia noite... [Os dois se olham]..., tive a impressão de que algum bicho esta pegando uma galinha. Não ouviu o barulho? (A moratória – Jorge Andrade)
- (c) Posterioridade (futuro): LOLA - Eu? Ah! ah! ah! ah!... Sé esta me faria rir!... Ah! ah! ah! ah!... Sempre me saíste um grande tolo! Pois entrou-te na cabeça que eu *algum dia quisesse* [queria] de ti outra coisa que não fosse o teu dinheiro? (A Capital Federal – Gonçalves de Azevedo)

3. Tipo aspectual do verbo da oração principal:

- (a) Verbo cognitivo¹⁰: ELIZARDA- Nunca *pensei* que **ia** [fosse] ver o dia de meu bisneto falar [...]! (APONTA JESUÍNA) (O Brasil de cuecas – Aziz Bajur)
- (b) Estado: O VELHO ALCOFORADO — Jurai, senhor, jurai! No meu tempo o homem que ambicionava uma espada, ou que já a podia trazer consigo, tinha o juramento por uma coisa veneranda e sagrada, e usava dele apenas nas

¹⁰ Os verbos cognitivos foram acrescentados às categorias de Vendler (1967), para contemplar um escopo maior de tipos de verbos.

circunstâncias de momento. **Era** [fosse] o vassalo que **jurava** [jurasse] lealdade a seu rei; **era** [fosse] o cidadão que **jurava** [jurasse] amor à sua pátria; **era** [fosse] o guerreiro que **jurava** [jurasse] morrer com o seu companheiro de armas. Por isto o juramento era entre eles uma religião e os mais altos como os mais humildes não se atreviam a quebrá-lo. Hoje, porém, fizeram dele uma fórmula para os usos da vida, e a criança desde o berço aprende a balbuciar essa palavra vazia de sentido, que noutro tempo foi símbolo de fé e era condão de prodígios. (Leonor de Mendonça – Antônio Gonçalves Dias)

- (c) Atividade: ISAIÁS – Ah! Se **fôssemos** [éramos] casadinhos, outro galo cantaria! Por exemplo: em vez de sair agora à rua, com este sol de matar passarinho, mandava-me a mim, ao seu maridinho... (Amor por anenxis – Gonçalves de Azevedo)
- (d) Processo culminado: MACEDO - Fico. Se **adivinhasse** [adivinjava], não tinha cá vindo; limitava-me a mandar os homens. Uma vez que vim, fico. Que vou fazer no armazém a estas horas? De mais a mais, está muito calor lá embaixo na cidade. Jantaremos juntos pela primeira vez em dia de semana. [Levanta-se e contempla o guarda-roupa.] - Que diabo! é mesmo um monstro, como lhe chamou aquele mariola! Onde tinha eu a cabeça quando comprei isto? Mas... porque o fechou? (Almanjarra – Gonçalves de Azevedo)
- (e) Culminação: LOLA - Eu? Ah! ah! ah! ah!... Sé esta me faria rir!... Ah! ah! ah! ah!... Sempre me saíste um grande tolo! Pois entrou-te na cabeça que eu algum dia **quisesse** [queria] de ti outra coisa que não **fosse** [era] o teu dinheiro? (Gonçalves de Azevedo – A Capital Federal)
- (f) *Dicendi*: A DUQUESA [Depois de alguns instantes de silêncio.] — Criança me trouxeram da casa de meus pais, prenderam-me numa câmara forrada de veludo, envolveram-me em alcatifas de seda, em reposteiros de damasco e eu disse adeus ao meu prado florido, ao meu jardim encantado, às flores que eu amava, a tudo, meu padre, a tudo!... *Disseram*-me então que eu pertencia a um homem, e que o **devia** [devesse] amar porque ele era meu esposo. Afiz-me à ideia de que lhe pertencia, fiz esforços incriveis para o amar, a ele que eu só via de quando em quando rodeado de larga turba de cortesãos, polido e respeitoso para comigo, porém, nunca extremoso. Nunca ele teve franqueza para comigo, nunca eu a pude ter para com ele; nunca o pude amar. E se ele o quisera! Bem pouco lhe seria preciso, porém jamais se deu ele a esse trabalho. Nunca, meu padre, nunca estive

com ele sem rezear um acesso de sua cólera, sem tremer na sua presença como uma escrava. Dizei meu padre: sou eu culpada em o não ter podido amar? (Leonor de Mendonça – Antônio Gonçalves Dias)

4. Tipo aspectual do verbo na subordinada:

- (a) Verbo cognitivo¹¹: BENVINDA – Se ele **gostasse** [gostava] de mim, tinha se casado comigo. (A Capital Federal – Gonçalves de Azevedo)
- (b) Estado: A DUQUESA — Se não quereis acreditar nas palavras do moribundo, dai crédito ao menos ao santo sacerdote. Não vos disse ele que eu **era** [fosse] inocente? (Leonor de Mendonça – Antônio Gonçalves Dias)
- (c) Atividade: ONOFRE - Quando Cristo tinha suas andança na Terra, um dia vieram de encontro DELE os endemoniado... e foram deitando ofensa. Com a ordenança do Cristo os demônios saíram do corpo dos homens pra entrar numa partida de porco que **andava** [andasse] fucinhando ali por perto; e eis que toda a manada, por ordem de Deus, saiu correndo em direção da morte. Só assim foi exterminado os demônio... e os homens deles puderam subir no caminho do Cristo! Por isso, meus irmãos, é preciso merecer, não trazer impureza no corpo. Quem não livrar o corpo de tudo que segura a gente na Terra, não pode subir no caminho estrelante! Amanhã, vocês vão pra cidade do Tobocal em peregrinação... vão conhecer nossa igreja e encontrar o enviado da Capital. Faz um ano que ele visitou nós. Amanhã será só alegria pra ele e pra todo mundo. [Pequena pausa] Depois desta semana de oração e penitência, desses dia de jejum, é preciso perdoar, pagar as dívidas visível e invisível, botar todas as maldades pra fora. Deus não gosta dessas coisa. O sacrifício da humilhação é o único que purifica o corpo. [Artuliana sai do casebre e junta-se aos agregados] Qual é o primeiro? Será que estão puros? Estão, irmãos?! (Vereda da Salvação – Jorge de Andrade)
- (d) Processo culminado: MESTRE - Tende paciência. Pintar-vos a confusão em que por alguns instantes estive o convento, é quase impossível. O Dom Abade, ao

¹¹ Utilizamos o termo cognição com referência ao que Halliday (1985) denomina de processos mentais (percepção; afeição e cognição).

conhecer que o noviço preso era uma mulher, pelos longos cabelos que ao tirar o chapéu lhe caíram sobre os ombros, deu um grito de horror. Toda a comunidade acorreu e grande foi então a confusão. Um gritava: Sacrilégio! Profanação! Outro ria-se; este interrogava; aquele respondia ao acaso... Em menos de dois segundos a notícia percorreu todo o convento, mas alterada e aumentada. No refeitório dizia-se que o diabo estava no coro, dentro dos canudos do órgão; na cozinha julgava-se que o fogo **lavrava** [lavrasse] nos quatro ângulos do edifício; qual, pensava que Dom Abade tinha [tivesse] caído da torre abaixo; qual, que fora arrebatado para o céu. Os sineiros, correndo para as torres, puxavam como energúmenos pelas cordas dos sinos; os porteiros fecharam as portas com horrível estrondo: os resposos soaram de todos os lados, e a algazarra dos noviços dominava esse ruído infernal, causado por uma única mulher. Oh, mulheres! (O Noviço – Martins Pena)

- (e) Culminação: ROSÁLIA - Naturalmente. Este minuto bastou para desfazer uma impressão de muito tempo. Supus que o senhor **saísse** [saía] do seu esconderijo entusiasmado pela minha astúcia; mas vejo que só lhe pode agradar a vulgaridade, o comum. É muito limitado o seu ideal. Adeus, boa viagem. Felizmente as coisas não chegaram ao ponto de lhe darem o direito de me fazer corar. [Pausa.] Tem graça! Cruzar Impertinamente os braços diante de mim, e dizer-me que sou de muita força! Que faria o senhor, se eu tivesse cedido à brutalidade dos seus desejos! (Almanjarra – Gonçalves de Azevedo)
- (f) *Dicendi*: EUSÉBIO – Dona Fortunata não quis, por sê sumana santa... Eu então esperei que rompesse as aleluia! (Uma pausa.) – Eu pensei que a madama embrulhasse língua comigo, e eu não entendesse nada que a madama **dissesse** [dizia], mas tô vendo que fala muito bem o português... (A Capital Federal – Gonçalves de Azevedo)

Estas são categorias semânticas do verbo: os verbos cognitivos são processos mentais referentes ao julgamento sobre o mundo; os de estado são situações que ocorrem em todos os instante de um período de tempo; os de atividade propiciam um intervalo de tempo que é indicado, muitas vezes, pelo contexto da oração, pois atividades são situações de duração temporal indefinida; os de processo culminado expressam um segmento inteiro de tempo, porém evidencia-se finalização; culminação é referente a situações pontuais, ou seja, o

intervalo de tempo é mínimo/rápido; os verbos *dicendi* cuja função principal é indicar o interlocutor, são os verbos do dizer.

5. Factualidade da situação da oração subordinada:

- (a) Factual: O VELHO ALCOFORADO — E, se o houvésseis feito, a Providência Divina que vos guiasse no caminho da vida, porque teríeis morrido para mim. Talvez me julgueis severo por me crerdes pouco sensível, ou por supordes talvez que o tempo, que gelou o sangue nas minhas veias, já me fez esquecer da quadra em que fui da vossa idade, em que também fui novo e cheio de esperanças na vida, e em que também dizia comigo o que agora lá vós estais dizendo convosco: — além, naquele marco deixarei este caminho e tomarei outra vereda. Não; sou indulgente e pouco severo a ponto de vos confessar que também fui novo, e que alguns erros cometi quando tinha a vossa idade. Pois quem é perfeito neste mundo? — Mas eu vos asseguro que a minha vida escrita, conquanto em parte me **pesasse** [pesava] dela, não me traria um só remorso, nem me desconceituaria a minha velhice: asseguro-vos ainda que, em vésperas de um dia duas vezes santificado pela religião e pelo sentimento, nunca abandonei eu o teto de meus pais, como homem sem crença e filho pouco respeitoso, para me entregar às carícias de uma criatura sem pejo. Há limites em tudo, mancebo. (Leonor de Mendonça – Antônio Gonçalves Dias)
- (b) Contrafactual: JOEL [ainda atrapalhado] – Ele disse que D. Lídia **devia** [devesse] ter um... amante. (A mulher sem pecado – Nelson Rodrigues)
- (c) Eventual: ARTULIANA - Nunca tive danação. Gosto do Manoel, só isso. Manoel! Me bateram, aguentei tudo pra viver com você. Enquanto me batiam, pensava nas suas promessa. Nos filho que **podia** [pudessem] vim depois. Foi isso que me deu fortalecimento, Manoel! (Vereda da Salvação – Jorge de Andrade)

As construções factuais/reais são situações relacionadas ao conteúdo do mundo real; as contrafactuais/possíveis são conteúdos que expressam uma possibilidade, sendo que o conteúdo na subordinada é tido como irreal e as eventuais/potenciais são conteúdos que podem

realizar-se ou não, pois estas têm o enunciado da apódose tido como certo, desde que eventualmente satisfeita a condição enunciada.

6. Modalidade da oração nuclear:

- (a) Pressuposição: EDGARD – [CONSTRANGIDO. OLHANDO PARA TODOS. NERVOSO E SEM SABER O QUE FAZER] Eu pensei que a senhora já **soubesse** [sabia]... Glorinha disse que sabia e que havia até perdoado o Abreu... disse também que eu deveria vir até aqui... (Velório à Brasileira – Aziz Bajar)
- (b) Asserção *realis*: MACEDO – Queres saber de uma coisa engraçada? Minha mulher quis hoje fazer-me crer que **tinha** [tivesse] escondido um namorado lá dentro! Eh! eh! eh! eh! eh! eh! eh! eh! eh! eh! eh! eh! (Almanjarra – Gonçalves de Azevedo)
- (c) Asserção *irrealis*: ROSÁLIA - Mas por que me disse que eu **havia** [houvesse] de rir-me ou zangar-me? (Almanjarra – Gonçalves de Azevedo)
- (d) Asserção negada: ROSÁLIA – Se não me **queria** [quisesse] assim, não se casasse comigo. (Almanjarra – Gonçalves de Azevedo)

Segundo Givón (1984), estas categorias pertencem à modalidade e são tratadas no contexto comunicativo em que a pressuposição é a verdade assumida na proposição; a asserção *realis* é a declaração da verdade que pode ser refutada pelo ouvinte; a asserção *irrealis* é uma verdade possível ou necessária; e a asserção negada é a evidência da declaração falsa pela proposição.

4.3.3 Variáveis independentes extralinguísticas

Controlamos as variáveis extralinguísticas século, gênero teatral e vozes da narrativa. Essas variáveis podem, em certo grau, influenciar a frequência de ocorrência de uma ou outra forma de codificação. Não poderíamos deixar de abordar esses fatores, porque nosso trabalho é também de natureza sociolinguística, pois torna-se inevitável que controlemos variáveis de natureza extralinguística.

1. Século:

- (a) Século XIX: ESCRIVÃO – [lendo] Diz João de Sampaio que, sendo ele "senhor absoluto de um leitão que teve a porca mais velha da casa, aconteceu que o dito acima referido leitão **furasse** [furava] a cerca do Sr. Tomás pela parte de trás, e com semcerimônia que tem todo o porco, **fossasse** [fossava] a horta do mesmo senhor. Vou a respeito de dizer, Sr. Juiz, que o leitão, carece agora advertir, não tem culpa, porque nunca vi um porco pensar como o cão, que é outra qualidade de alimária e que pensa às vezes como um homem. Para V. S.a não pensar que minto, lhe conto uma história: a minha cadela Tróia, aquela mesma que escapou de morder a V. S.a naquela noite, depois que lhe dei uma tunda nunca mais comeu na cuia com os pequenos. Mas vou a respeito de dizer que o Sr. Tomás não tem razão em querer ficar com o leitão só porque comeu três ou quatro cabeças de nabo. Assim, peço a V. S.a que mande entregar-me o leitão. E.R.M." (Juíz de paz na roça – Martins Pena)
- (b) Século XX: SÔNIA - Beijaste alguém, que não **era** [fosse] eu, que sou tua namorada ou noiva! (Valsa Nº 6 – Nelson Rodrigues)
- (c) Século XXI: CRISTO - Nunca é tão definitivo assim. Nunca é perfeito, nunca deixa de falhar. Esse lado inconclusivo e sempre em progresso é um pouco angustiante. Às vezes sinceramente eu quase chego a preferir ser uma pessoa normal. Essa missão estranha de ser assim acaba enchendo um pouco o saco. Claro, se tudo **fosse** [era] perfeito, se todos os dispositivos estivessem exatamente no ponto, mas isso nunca vai acontecer. A base do negócio é a criação contínua e por assim dizer espontânea. O que fica pronto está morto, é hora de passar para outro. Por isso o estado de imperfeição é constante. (Palominos – Miguel Oniga)

2. Vozes da narrativa¹²:

- (a) Protagonista: ZÉLIA – [RESOLUTA] Por acaso o senhor está insinuando que meu marido **tinha** [tivesse] alguma coisa com essa tal de Sueli? (Velório à Brasileira – Aziz Bajor)

¹² O termo 'narrativa' foi apresentado por Pérez (1989), na análise do conto "Marcelo Brito" de Camilo José Cela (cf. Pontes, 2012).

- (b) Antagonista: ALCOFORADO – É certo que entre as pessoas que vos cercavam nenhuma houve que vos **pudesse** [podia] dar notícias minhas? (Leonor de Mendonça – Antônio Gonçalves Dias)
- (c) Personagens secundários: O BOTICÁRIO - Pudera! Se o Matias **pegasse** [pegava] o rapazinho, esborrachava-o com um soco. (A casa fechada – Roberto Gomes)

3. Gênero teatral:

- (a) Tragédia: DURVALINA – Se **pedisse** [pedia] perdão na frente do Onofre ia ser melhor. Já estava resolvido. (Vereda da salvação – Jorge de Andrade)
- (b) Comédia: ZÉLIA - (SEMPRE CHORANDO) Se **era** [fosse] uma união abençoada por Deus porque ele tinha que morrer ? Me deixar sozinha... com a minha dor... (Velório à Brasileira – Aziz Bajur)
- (c) Drama: O BOTICÁRIO – Pudera! Se o Matias **pegasse** [pegava] o rapazinho, esborrachava-o com um soco. (A casa fechada – Roberto Gomes)

Para uma análise estatística, os dados foram submetidos ao programa GOLDVARB X (SANKOFF; TAGRIAMONTE; SMITH, 2005), que calcula os fatores multivariados, o que nos permite testar as hipóteses de diversas maneiras. Segundo Guy e Zilles (2007, p. 105), “A análise se chama ‘multivariada’, porque permite investigar situações em que a variável linguística em estudo é influenciada por vários elementos do contexto, ou seja, múltiplas variáveis independentes.”

Dentro do exposto sobre variação sociolinguística, os autores confirmam que: “a variação linguística, entendida como alternância entre dois ou mais elementos linguísticos, por sua própria natureza, não pode ser adequadamente descrita e analisada em termos categóricos ou estritamente qualitativos.” (GUY; ZILLES, 2007, p. 73). Para isso, é de suma importância a utilização de métodos estatísticos, pois demonstra o valor da variação quanto aos fatores linguísticos e extralinguísticos.

Para cada grupo de fator é atribuído um valor numérico que o programa estatístico nomeia como peso relativo e estes “[...] são relativos ao ponto neutro (que é um peso de 0,50

nas análises binárias)” (GUY; ZILLES, 2007, p. 212). Este valor numérico é atribuído às variáveis independentes e indica a probabilidade de determinada variável estar sendo favorecida ou desfavorecida em tal contexto de uso, isto é, “[...] um valor acima de 0,5 corresponde a um fator que favorece a aplicação da regra, um valor abaixo de 0,5, corresponde a um fator que essencialmente não tem efeito na regra [...]” (GUY; ZILLES, 2007, p. 41).

Diante disso, ao chegar à margem do número 0, a indicação analítica é de que a regra variável jamais será aplicada no contexto daquele fator; diante deste caso, o programa indica um “nocaute negativo”, do contrário, pode haver um “nocaute positivo” quando houver aproximação do número 1. Esses “nocautes” implicarão as seguintes sentenças: i) a regra variável nunca será aplicada a tal contexto e/ou ii) a regra variável sempre será aplicada a tal contexto que favoreça tal fator. Segundo Guy e Zilles (2007), é importante considerar o número de dados de cada fator, pois os nocautes podem ser casos de pouquíssimas ocorrências em determinado contexto da análise.

Nesse caso, convém apresentar, antes da análise, os grupos de fatores selecionados pelo programa GoldVarb X como estatisticamente expressivos, na sequência que constitui a seleção dada como significativa. Para Guy e Zilles (2007), eliminar grupos de fatores não significativos é um processo básico, após, devem ser testadas rodadas adicionais com amalgamações, que podem ser significativas dependendo da quantidade de dados. Para amalgamar grupos de fatores é preciso estar ciente de justificativas de ordem tanto teórica quanto quantitativa que embasem esse processo, as quais podem ser linguísticas ou sociais.

Portanto, o Varbrul, programa estatístico desenvolvido por Sankoff e Rousseau, em 1978, tem como objetivo apresentar padrões de variação entre formas alternativas de uso da língua com cálculos de frequência, percentuais e pesos relativos direcionados a cada fator das variáveis independentes em relação à aplicação da regra que indica a extensão de cada um dos fatores sobre o uso de uma das variantes. Este programa tem várias versões, inclusive a que aqui utilizamos, o GoldVarb X, uma excelente ferramenta que auxilia pesquisadores da Sociolinguística quantitativa em uma análise de fenômenos variáveis. Utilizamos esse programa por tratarmos, nesta pesquisa, de um fenômeno variável, por quantificarmos as ocorrências da variável e os fatores que influenciam o uso do pretérito imperfeito do indicativo por pretérito imperfeito do subjuntivo.

4.4 Síntese do capítulo

Neste capítulo, delineamos a metodologia utilizada para analisar a variação entre imperfeito do indicativo e imperfeito do subjuntivo em peças teatrais do século XIX ao século XXI, nas funções completiva, condicional e concessiva por meio do programa estatístico GoldVarb X.

Inicialmente, explicitamos: a) o método de pesquisa (dedutivo e indutivo); b) o *corpus* da pesquisa, constituído por 18 peças teatrais, sendo 6 para cada século; c) a perspectiva de tratamento estatístico dos dados linguísticos e d) os grupos de fatores: presença/ausência de marcador temporal; relação temporal; tipo aspectual do verbo da oração principal; tipo aspectual do verbo na subordinada; factualidade da situação da oração; modalidade da oração nuclear; século; vozes da narrativa; gênero teatral.

Procederemos, no próximo capítulo, à análise dos dados, a partir da qual identificamos os contextos favoráveis ao pretérito imperfeito do indicativo em competição com o pretérito imperfeito do subjuntivo, considerando-se grupos de fatores relacionados ao complexo TAM (Tempo, Aspecto, Modalidade).

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste capítulo, apresentamos os resultados obtidos após emprego dos procedimentos metodológicos descritos no capítulo anterior, especificamente em relação às variáveis independentes sob análise: *presença/ausência de marcador temporal; relação temporal; tipo aspectual do verbo da oração principal; tipo aspectual do verbo da subordinada; factualidade da situação da oração subordinada; modalidade da oração nuclear; século; vozes da narrativa e gênero teatral.*

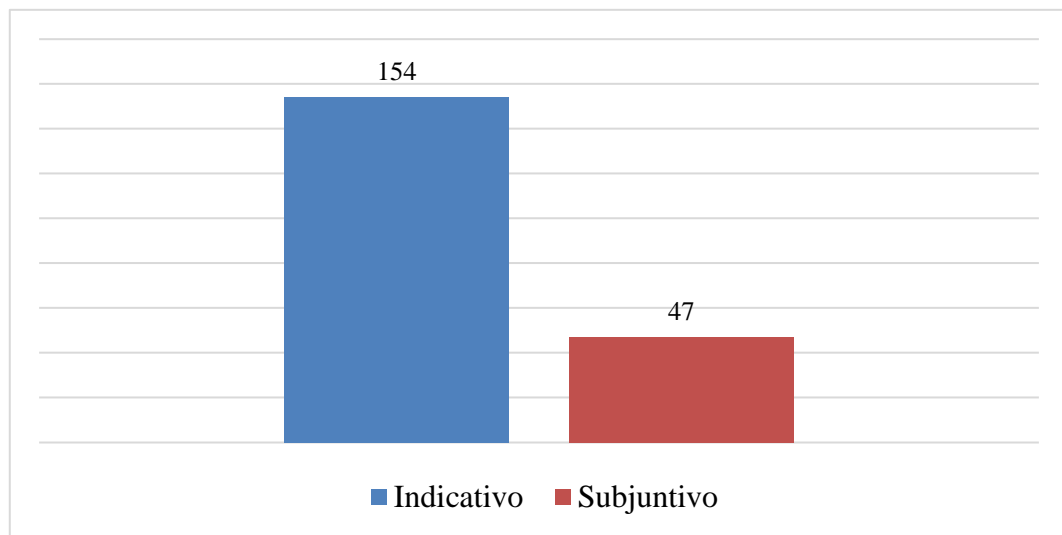
Iniciamos expondo um panorama geral das formas variáveis de pretérito imperfeito do modo indicativo/subjuntivo. Logo em seguida, apresentaremos os resultados obtidos após testagem estatística no programa GoldVarb X, considerando-se, em seções separadas, os grupos de fatores relativos a tempo, a aspecto e à modalidade. Ressaltamos, contudo, que somente dois grupos de fatores se mostraram estatisticamente relevantes para esta pesquisa: *factualidade da situação da oração subordinada* e *vozes da narrativa*; aos demais grupos, que não foram selecionados como estatisticamente relevantes, faremos uma análise voltada para a porcentagem dos dados, o que nos leva a uma discussão mais aprofundada sobre o papel da frequência em processo de variação.

5.1 Resultados Gerais

Nesta seção, com base nos dados extraídos das peças teatrais dos séculos XIX, XX e XXI, apresentamos a variação entre o imperfeito do indicativo e imperfeito do subjuntivo. Conforme consta em nossos procedimentos metodológicos, coletamos, ao término desta pesquisa, dados de 18 peças teatrais, distribuídas em 6 para cada século.

Assim, chegamos a um total de 201 (100%) dados de pretéritos, sendo que 154 desses são de pretérito imperfeito do indicativo, comutáveis por pretérito imperfeito do subjuntivo, 77% do total, e 47 de pretérito imperfeito do subjuntivo, comutáveis por pretérito imperfeito do indicativo, o que corresponde a 23% do total, conforme demonstra o gráfico 1. Esse resultado, quanto as funções, não nos causou tanta surpresa, tendo em vista que o modo indicativo é favorecido nas funções completiva e concessiva, enquanto o modo subjuntivo na função condicional.

Gráfico 1 – Ocorrência de pretérito imperfeito indicativo/subjuntivo nas peças teatrais



Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

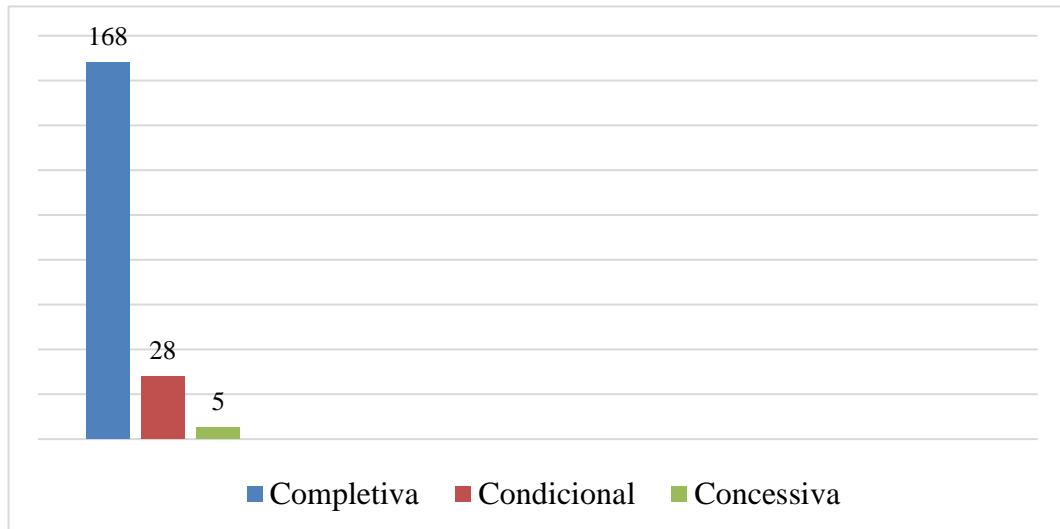
Percebe-se, por meio dos dados (77) e (78), que as formas verbais de pretérito imperfeito do indicativo/subjuntivo comportam-se como variantes na presença de verbos cognitivos na apódose. Sendo assim, há, nesse caso, duas formas verbais para a função completiva. É perceptível que tanto o modo indicativo quanto o modo subjuntivo apresentem na prótase incerteza, deixando claro que para ocorrer certeza no indicativo e incerteza no subjuntivo é preciso analisar o contexto situacional das formas verbais, como bem apresentam os gramáticos abordados no capítulo 2. Segundo Mattoso Câmara (1981), o indicativo é o modo verbal mais comum e básico na língua portuguesa, sendo o subjuntivo o modo verbal que apresenta, no português atual, uma servidão gramatical, ou seja, é usado em tipos especiais de frases. Castilho (2019), por seu turno, apresenta uma ideia semelhante, quando descreve que o indicativo é o modo da camaradagem, familiaridade e informalidade, enquanto o subjuntivo ocorre em uma interação assimétrica caracterizando uma relação de formalidade em seu uso.

(77) UMBERTO [exaltado] – Sabia? Eu sabia? Também pode ser. Eu gosto de mentir, sabendo que estou mentindo. Imagine que eu **ia** [fosse] dizer que naquele dia, aliás um dia que nunca existiu... Pois bem. Naquele dia você estava de quimono rosa. Com dragões bordados. (A mulher sem pecado – Nelson Rodrigues)

(78) PAULA – Mas que queríeis vós que eu fizesse? Ele jogou que a fita **fosse** [era] minha (Leonor de Mendonça – Gonçalves Dias)

Vejamos, no gráfico 02, adiante, a distribuição dessas formas de imperfeito nas funções completiva, condicional e concessiva em sua totalidade:

Gráfico 2 – Número de dados por função: completiva, condicional e concessiva nas peças teatrais



Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

Com base no gráfico 02, a função completiva foi a mais significativa quantitativamente, obtendo dos 201 dados um total de 168 ocorrências, o que equivale a 84%; na função condicional, obtivemos 28 ocorrências, no total de 14% e, por último, a função concessiva com 05 casos, totalizando 2%. A função condicional favorece o uso do pretérito imperfeito do subjuntivo enquanto as funções completiva e concessiva o do pretérito imperfeito do indicativo, conforme podemos observar juntamente com a tabela 1, mais adiante.

Para a função completiva estar em evidência, em relação às outras duas, é preciso destacar a quantidade de dados e o item verbal da oração nuclear, fatores que analisamos mais adiante nas seções sob Aspecto e Modalidade. Já o resultado referente à função concessiva não foi condizente com nossa hipótese, pois esta teria mais incidência com o pretérito imperfeito do modo subjuntivo, conforme podemos ver na tabela 01, adiante. Para melhor explicar os dados do gráfico 02, elaboramos uma tabela detalhada sobre o modo verbal em cada função:

Tabela 1 – Número de ocorrências de pretérito imperfeito do indicativo e pretérito imperfeito do subjuntivo no contexto das funções completiva, condicional e concessiva

	Completiva	Condicional	Concessiva
Indicativo	145	5	4
Subjuntivo	23	23	1

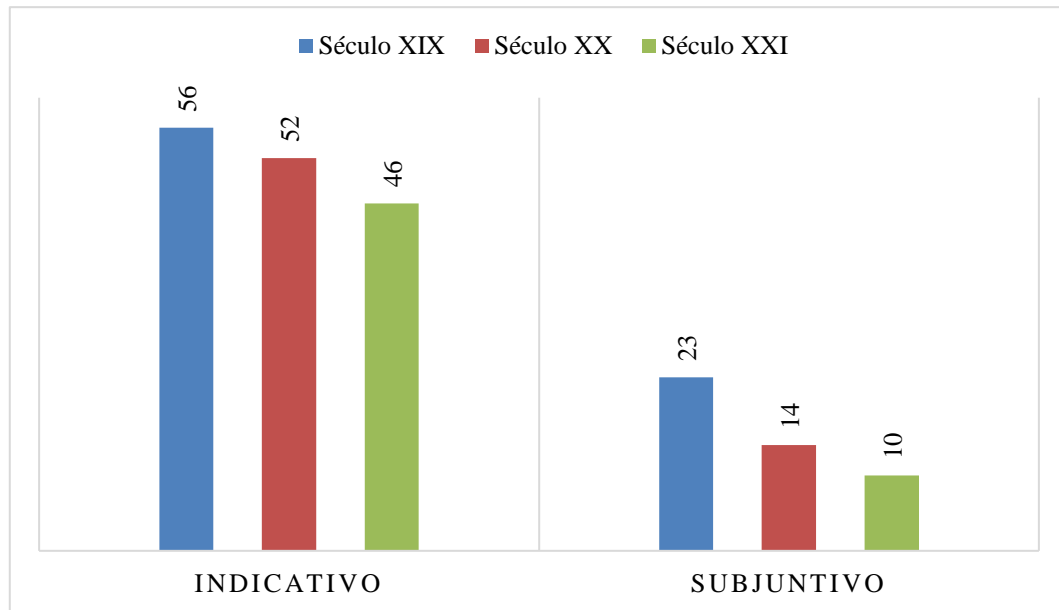
Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

Os resultados obtidos, apresentados na tabela 01, mostram o quanto o uso do pretérito imperfeito do indicativo está presente nas orações completivas e concessivas – embora só haja 4 dados nesse tipo oracional; no caso do pretérito imperfeito do subjuntivo, a ocorrência maior, como era esperado por ser prototípico, deu-se na função condicional. Em uma leitura horizontal, podemos ver que o subjuntivo empatou em números de ocorrências nas funções completiva e condicional, mas nossa análise parte de uma leitura vertical. Com isso, chegamos à seguinte resposta de pesquisa: o pretérito imperfeito do subjuntivo não ocorre com maior frequência em todas as funções sob análise.

Sendo assim, faz-se necessário destacar a frequência de uso do pretérito imperfeito do indicativo no processo de variação (Labov, 2001), pois o imperfeito do subjuntivo se encontra em menos destaque na língua desde o enfraquecimento do Latim, como afirma Silva (2019). Para o Funcionalismo, o pretérito imperfeito do indicativo seria o não marcado, por ter uma acessibilidade maior por parte dos falantes, enquanto o pretérito imperfeito do subjuntivo denotaria maior esforço cognitivo, por isso, seria a forma marcada no discurso. Atestamos isso com os próprios dados desta pesquisa. Podemos afirmar que o pretérito imperfeito do indicativo, conforme estudos na área da Sociolinguística, ocorre em diversos contextos de uso por ser mais geral, familiar e informal, conforme Castilho (2019).

A seguir, detalhamos as ocorrências das funções por cada século em análise.

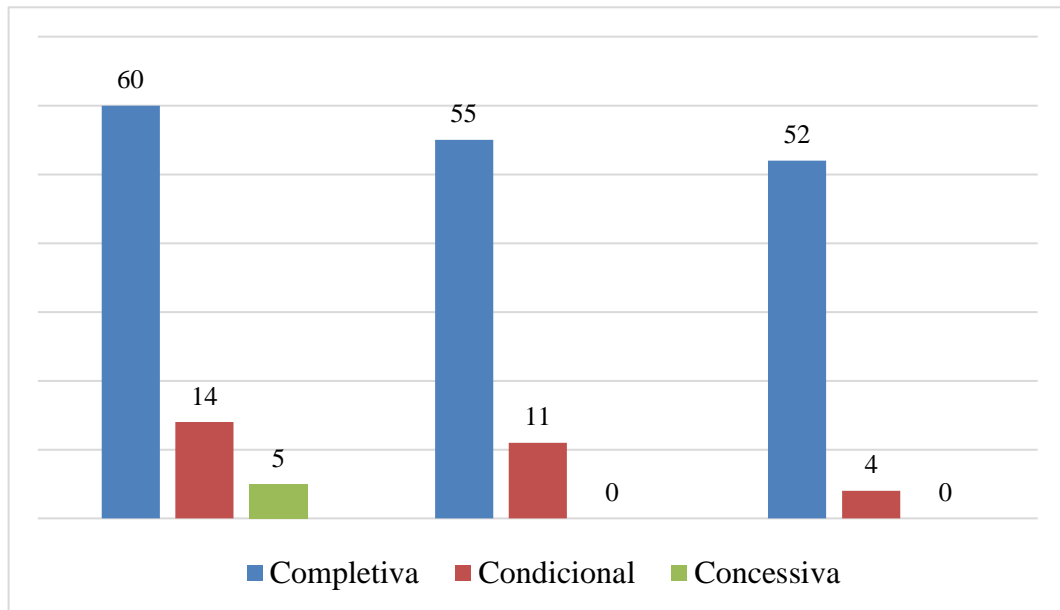
Gráfico 3 – Percentual de indicativo e subjuntivo a partir do século XIX nas peças teatrais



Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

Como podemos ver no gráfico 03, o pretérito imperfeito do indicativo tende a ser mais usado por ser a forma menos marcada cognitivamente, enquanto o pretérito imperfeito do subjuntivo mostra um declínio no decorrer dos séculos XIX, XX e XXI. Segundo Silva (2019), o pretérito imperfeito do subjuntivo, ao ser usado no discurso, depende do tempo do verbo da apódose ou de outras determinações estruturais como o próprio contexto. No gráfico seguinte, diluímos o uso dos modos verbais a depender do século e do contexto oracional em que estes se encontram.

Gráfico 4 – Ocorrência de pretérito imperfeito do indicativo e do subjuntivo nas funções completiva, condicional e concessiva no decorrer dos séculos XIX, XX e XXI



Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

Conforme o resultado do gráfico 04, não temos como fazer uma análise sociolinguística da função concessiva pelas poucas ocorrências nas peças teatrais selecionadas para esta pesquisa. A informação importante que podemos destacar do gráfico são baixo número de ocorrências para a função concessiva (5 dados) e a supremacia do pretérito imperfeito do indicativo nessa função (4 dados), considerando-se que o *corpus* em análise não favorece a ocorrência dessa função nos séculos XX e XXI. Vale ressaltar, ainda, que a função condicional tem menos uso de formas variáveis no decorrer dos séculos: podemos apontar, no caso, o quantitativo de dados ou o episódio de o modo subjuntivo prevalecer nesta função. Embora a função completiva esteja em evidência em todos os séculos pela quantidade de uso, o que é destacável é a função concessiva ser prevalecida pelo indicativo, conforme tabela 01.

Com base no que foi descrito nesta seção, podemos concluir que as formas de pretérito imperfeito do indicativo encontram-se em realce nas funções completiva e concessiva, o que se evidencia, também, no decorrer dos séculos. O fato de a função concessiva acoplar-se ao indicativo nos deixou surpresos, pois, na língua portuguesa, conforme Castilho (2019, p. 377), é prescrito, gramaticalmente, o uso do subjuntivo em orações subordinadas adverbiais concessivas, diferentemente do espanhol em que prevalece, nessa função, o modo indicativo podendo alternar com o modo subjuntivo (PIMPÃO, 1999). Na função condicional, o pretérito

imperfeito do subjuntivo, como esperado, é exuberante, mas esse destaque não acontece significativamente em quantidade, por isso, é interessante analisar o contexto da variação.

Portanto, a partir da seção 5.2, a seguir, detalhamos o porquê da variação entre os pretéritos imperfeitos nas peças teatrais aqui analisadas, observando, primeiramente, a atuação da categoria tempo, com base em Givón (1984), Castilho (2019) e Corôa (2005). No final do capítulo apresentamos uma tabela com o cruzamento dos fatores por função: completiva, condicional e concessiva, mas, antes, mostramos esse cruzamento nos grupos selecionados pelo programa estatístico como significativos.

5.2 Tempo

Nesta seção, trataremos da atuação da categoria tempo sobre o fenômeno variável em pauta nesta dissertação: pretéritos imperfeitos do modo indicativo e do modo subjuntivo. Segundo Castilho (2019, p, 418), “Tempo é uma propriedade da predicação cuja interpretação tem de ser remetida à situação de fala. É assim que se pode representar a anterioridade, a simultaneidade e a posterioridade.” Na maioria das línguas, tal propriedade é codificada através da morfologia dos verbos (cf. quadro 1), enquanto em outras, a exemplo do chinês, a referência a essa categoria é feita por advérbios ou fragmentos dêiticos.

O pretérito imperfeito do indicativo, em geral, toma como referência o tempo da fala (presente) e, por assim ser, constitui-se, conforme Comrie (1990), um tempo absoluto, categoria ligada ao tempo de fala, por ter o momento presente como o ponto de referência. Quando há outro ponto de referência em pauta, tal pretérito pode ser categorizado como um tempo relativo, mais especificamente, como um tempo relativo-absoluto, por estar acoplado a duas referências (o tempo de fala e outra situação dada pelo contexto). O pretérito imperfeito do subjuntivo, por sua vez, em geral, ocorre como um tempo relativo, vinculado a outra situação dada pelo contexto como ponto de referência. Para Givón (2001; 2005), o tempo faz parte da conjuntura comunicativa, ou seja, o autor o concebe como uma categoria discursiva e que se configura como um constructo mental. Esta categoria envolve uma codificação sistemática entre dois pontos numa ordem linear: tempo de referência (ato de fala) e tempo do evento (sucessão de pontos, momentos). Por sua vez, Corôa (2005, p. 35) descreve que “[...] são os verbos os elementos linguísticos que mais de imediato situam a ação, estado, evento ou processo na sua relação temporal com a enunciação e o falante/ouvinte.” Assim, as formas verbais que exibem como tempo de referência o tempo de fala são apresentadas como tempos absolutos e

as categorias que são vinculadas a outros marcadores de tempo envolvidos na situação comunicativa são exibidas como tempo relativo.

Para a categoria tempo foram controlados dois grupos para evidenciar quais fatores favorecem ou desfavorecem o uso de uma ou outra forma de imperfeito: presença/ausência de marcador temporal e relação temporal, conforme Domingos (2004). Destacamos, mais uma vez, que os fatores temporais não foram estatisticamente relevantes na análise do GoldVarb X. Em termos estatísticos, a frequência aqui apresentada indica apenas a distribuição dos dados sem interação das variáveis entre si, mas esse procedimento nos mostra como as variáveis estão distribuídas na amostra, o que também é significativo para o processo de variação das formas verbais aqui consideradas.

5.2.1 Presença/ausência de marcador temporal

Os marcadores temporais foram considerados no período composto por oração nuclear e subordinada (encaixada ou hipotática). Estes servem para detalhar o tempo exato da ação, pois, muitas vezes, os tempos verbais são ineficazes para demonstrar função de anterioridade, simultaneidade e posterioridade, por exemplo: “Amanhã eu levo o seu livro”. O verbo “levar” apresenta-se conjugado no tempo presente, porém o advérbio de tempo amanhã situa a ação de levar o livro no tempo futuro. Segundo Weinrich (1973), quando as formas verbais não suprem essa necessidade de exprimir o exato tempo da ação, os advérbios, como outros fatores, devem situar o leitor no processo comunicacional da linguagem, embora esta seja função dos tempos verbais.

Em nossa pesquisa, este grupo não foi selecionado pelo programa estatístico, como um fator relevante para a variação das formas verbais. Todavia, os dados percentuais, presentes na tabela 02, explicitam que, nas peças teatrais, a presença foi um pouco mais significativa que a ausência de marcadores temporais.

Tabela 2 – Percentual de aplicação de presença/ausência de marcadores temporais no uso do pretérito imperfeito do indicativo *versus* pretérito imperfeito do subjuntivo

Fatores	Aplicação / Total	%
Presença	27/34	79.4
Ausência	127/167	76.0

Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

Conforme podemos ver, na tabela 02, a presença, total de 79.4%, supera a ausência de marcadores temporais, inteirando 76.0%. Mediante esse resultado percentual, nossa hipótese foi confirmada, pois pressupomos que houvesse maior incidência de marcadores temporais junto à forma de pretérito imperfeito do indicativo por ser a variante inovadora. Essa hipótese foi pautada em Domingos (2004), que descreve, em sua pesquisa, que a ausência de elementos marcadores de tempo na principal é favorecedor ao uso do pretérito imperfeito do indicativo na subordinada. Pelo percentual apresentado, em nossos dados, verificamos que a presença desses marcadores mostrou-se minimamente mais relevante para o pretérito imperfeito do indicativo.

Esses dados percentuais fazem com que o estudo de Domingos (2004) entre em divergência com este, pois, de acordo com a autora, quando há ausência de marcadores (advérbio ou locução adverbial), o falante declina ao uso do pretérito imperfeito do indicativo na oração subordinada. Ilustramos, a seguir, conforme indicação dos dados, um exemplo da presença e outro da ausência de marcadores de tempo, vejamos:

(79) MÉRCIA – Agora entendo porque ele estava tão furioso, na hora pensei ele **tava** [estivesse] delirando de tão bêbado. [VIRA PARA GOMES QUE DESCONGELA] Fala baixo, por favor... olha se tem alguma coisa contra mim amanhã podemos conversar e... (Meu querido falecido, ou, como livrar-se de um corpo – Aziz Bajur)

(80) FLORÊNCIA - Ah, pensavas que o caso **havia** [houvesse] de ficar assim? Anda, bota a cabeça de fora! (O noviço – Martins Pena)

A partir dos dados percentuais e dos exemplos (79) e (80), podemos destacar que a presença de marcador temporal está associada ao ponto de vista semântico. No exemplo (79), destacamos a expressão “na hora” como um marcador de tempo, o que segundo Ilari (2018) seria de estrutura pontual, pois Mércia volta, na memória, ao momento do acontecimento (passado) para entender o agora (presente). Segundo Pontes (2012, p. 164), “[...] o uso de marcadores temporais é essencial como âncora temporal para situar o contexto de interação verbal em que estão inseridos o falante e o seu interlocutor”

Neste caso, a ausência de marcadores temporais não impede que haja variação, pois este processo pode acontecer por meio de outros elementos relevantes contidos no discurso, podemos citar, mais uma vez, a semântica do verbo na principal que beneficia o uso de uma forma ou outra na subordinada, conforme dado (80).

5.2.2 Relação temporal

Esse grupo de fator, também, não se mostrou relevante estatisticamente para nossa pesquisa, embora haja várias pesquisas nas quais tem mostrado relevância, por exemplo em Coan (1997; 2003) e Domingos (2004). Para marcar a relação temporal das formas verbais, optamos, nesta pesquisa, em mostrar a analogia temporal de anterioridade (passado), simultaneidade (presente) e posterioridade (futuro) em relação ao ponto de referência passado. A anterioridade é relacionada ao tempo de fala por caracterizar situações que ocorrem antes deste tempo; a simultaneidade representa o momento de fala, ou seja, o evento acontece no instante que está sendo enunciado, pode também ser uma ação passada que coincide com outra ação passada; a posterioridade representa uma relação de possibilidade entre o evento e seu ponto de referência, ou seja, algo que deve acontecer ou não após a enunciação. Para tratar dessas relações, consideramos o momento do evento, o momento de fala e o momento de referência, baseando-nos em Corôa (2005, p. 41), conforme quadro 7, a seguir.

Quadro 7 – Os três momentos referentes a categoria Tempo

Momento do evento (ME)	É o tempo em que se dá o evento (processo ou ação) descrito; é o tempo da predicação.
Momento da fala (MF)	É o momento da realização da fala; o momento em que se faz a enunciação sobre o evento (processo ou ação); é o tempo da comunicação.
Momento de referência (MR)	É o tempo da referência; o sistema temporal fixo com respeito ao qual se definem simultaneidade e anterioridade; é a perspectiva do tempo relevante, que o falante transmite ao ouvinte, para a contemplação do ME.

Fonte: Corôa (2005, p. 41).

Na tabela 3, apresentamos os valores percentuais atrelados à relação temporal estabelecida entre pretérito imperfeito e seu ponto de referência passado:

Tabela 3 – Percentual da relação temporal na aplicação do pretérito imperfeito do indicativo *versus* pretérito imperfeito do subjuntivo

Fatores	Aplicação/Total	%
Anterioridade	121/149	81.2
Simultaneidade	4/6	66.7
Posterioridade	29/46	63.0

Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

Os resultados mostram que a anterioridade é favorecida em 121 casos, totalizando 81.2% das 149 ocorrências, ao passo que simultaneidade (66.7%) e posterioridade (63.0%) são muito próximas em relação aos percentuais. Nossa hipótese era de que os dados confirmassem que o valor temporal de passado (anterioridade) do pretérito imperfeito é prototípico, mas a depender do contexto, há valor temporal de passado (conforme dado 81), de presente (conforme dado 82), de futuro (conforme dado 83), no entanto fomos surpreendidos por não constar como um grupo significativo no processo de variação dos imperfeitos, cujo comportamento temporal pode evidenciar o que Fiorin (1996) assim descreve:

Os tempos, no discurso, fogem das rígidas convenções do sistema, mesclam-se, superpõem-se, perseguem uns aos outros, servem de contraponto uns aos outros, afastam-se, aproximam-se, combinam-se, sucedem-se num imbricado jogo de articulações e de efeitos de sentido. No entanto, como no contraponto, obedecem a regras, a coerções semânticas. O discurso cria o cosmo e abomina o caos (FIORIN, 1996, p. 229).

Assim, a complexidade do tempo na enunciação é inerente à própria noção de tempo e o que vem a ser o tempo linguístico não está nos enunciados, mas na cognição humana. Em relação ao tempo verbal, Fiorin (1996, p. 183) aponta para uma concordância, pois "[...] o tempo verbal das orações subordinadas é condicionado pelo tempo da principal" como podemos observar nos dados (81) e (82), nos quais o verbo da principal no pretérito perfeito prevê a variação entre o imperfeito do indicativo e o imperfeito do subjuntivo para indicar anterioridade e simultaneidade a um ponto de referência passado.

(81) JOAQUIM [primeiro plano] – Não disse que **famos** [fôssemos] voltar para a fazenda? (A moratória – Jorge Andrade)

(82) HELENA [pausa] – E como cantaram os galos! Quando **ia** [fosse] terminando um, começava outro; ora perto, ora longe. Logo depois da meia noite... [os dois se olham]..., tive a impressão de que algum bicho está pegando uma galinha. Não ouviu o barulho? (A moratória – Jorge Andrade)

No dado (83), o que podemos observar é que, em um dado real de fala, não se pode esperar essa confirmação a respeito do verbo da subordinada ser condicionado pelo da oração principal.

(83) LOLA – Eu? Ah! ah! ah! ah!... Sé esta me faria rir!... Ah! ah! ah! ah!... Sempre me saíste um grande tolo! Pois entrou-te na cabeça que eu algum dia **quisesse** [queria] de ti outra coisa que não fosse o teu dinheiro? (A Capital Federal – Gonçalves de Azevedo)

São situações como essas, que corroboram para a função, no contexto linguístico, sobrepor-se à forma, dando a compreender que o contexto discursivo tem papel fundamental na interpretação do tempo verbal, principalmente, em casos de variação. Em relação à função sintática das completivas, Ilari (1997) descreve que é corriqueiro os verbos cognitivos introduzirem essas orações, além de predeterminarem o modo do verbo da oração subordinada, constituírem também restrições de tempo. “[...] Nesses casos, a ocorrência de tempos e perífrases verbais resulta frequentemente de um automatismo gramatical e não de uma escolha feita a partir de um repertório de opções autenticamente significativas” (ILARI, 1997, p. 70).

Porém, Givón (2005) traz a compreensão de que o tempo está atrelado não só a momentos expressos pelo verbo, mas a outros elementos que, na relação temporal, podem ser o momento de fala ou outros momentos que estabeleçam relação com a situação, sendo assim, o número de tempos verbais, considerando o uso real da língua, é maior do que as noções que temos de presente, passado e futuro em relação ao momento da fala.

Na relação de tempo com aspecto, podemos definir que tempo pode ser visto como necessário ao desenvolvimento do evento, ou seja, tempo implicado e o tempo em que o processo ocorre é o tempo explicado (CORÔA, 2005). Desse modo, o primeiro é considerado aspecto e o segundo chama-se tempo. Segundo Corôa (2005, p. 42), “[...] o tempo que tem relação com o sujeito no momento da enunciação, chama tempus”; o outro que está voltado para o “[...] o desenvolvimento do processo, sem relação com o momento da enunciação, chama aspecto.” Portanto, as dimensões que trataremos a seguir estão atreladas à categoria aspecto e os grupos de fatores que a compõem são: tipo aspectual do verbo da oração principal e tipo aspectual do verbo na subordinada.

5.3 Aspecto

O objetivo desta seção é situar nossos dados em relação à categoria aspecto, a qual se refere a maneiras de observar a constituição temporal interna de uma dada situação. Para tanto, tratamos, sequencialmente, dos grupos: tipo aspectual do verbo da oração principal e tipo aspectual do verbo na subordinada. Os percentuais de dados mostram-nos que a categoria aspecto foi minimizada para que a modalidade se sobressaia, propriedade mais geral dos modos verbais, porém traremos detalhes relevantes atribuídos pelas porcentagens dadas aos fatores.

Esta categoria não dispõe de uma morfologia própria nas línguas românicas, já nas línguas eslavas o aspecto se manifesta de forma diferente, porque os sistemas verbais não são baseados somente em uma divisão temporal, por exemplo, o perfectivo e o imperfectivo não surgem apenas nas formas aspectuais de passado, mas também no imperativo, infinitivo etc. Nas línguas românicas, o falante pode focalizar determinada ação em duas perspectivas: “[...] se ação verbal indica uma duração, temos o aspecto imperfectivo; se uma ação cumprida, contrária à noção de duração, o aspecto perfectivo [...]” (Castilho, 1967, p. 14).

Comrie (1976, p. 3-4) descreve aspecto como “[...] diferentes maneiras de visualizar a constituição temporal interna de uma situação”. Desta maneira, o aspecto perfectivo “[...] olha do lado de fora da situação, sem distinguir, necessariamente, sua estrutura interna” enquanto o aspecto imperfectivo “[...] olha do lado de dentro da situação e, como tal, diz respeito à estrutura interna da situação”. Nesta dissertação, focalizamos o aspecto imperfectivo, pois os imperfeitos, em geral, relacionam o processo/ação à duração.

Para essa análise, consideramos a proposta de Vendler (1967), assim subdividida: a) estado: ação que apresenta uma duração indefinida; b) atividade: ação durativa; c) processo culminado: ação, também, durativa, porém refere-se a um segmento inteiro de tempo; d) culminação: ação que denota evento instantâneo. Para corroborar a proposta aspectual de Vendler (1967), acrescentamos mais dois fatores que seriam relevantes para analisar os dados de imperfeito, quais sejam: verbo cognitivo que não representa ação do mundo material, mas refere-se à atividade que se processa mentalmente, e verbos *dicendi* que são verbos de elocução e que têm seu complemento direto a partir do que se diz.

O aspecto durativo, segundo Spaldaro (2005, p. 48), “[...] é um traço semântico que revela a presença ou a ausência de intervalos internos em determinada situação.” Travaglia (2016, p. 33), por seu turno, descreve o pretérito imperfeito do indicativo como formas típicas do aspecto durativo e subdivide-o em: a) progressivo: “é o durativo em que o processo se intensifica cada vez mais”; b) cursivo: “é o durativo em que o processo se desenrola

simplesmente”; c) interativo: “é o durativo em que o processo se repete por uma série de processos pontuais”. Para alguns gramáticos, como Said Ali (1971, p. 310-322), Cunha (1975, p. 436) e Bechara (1977 p. 274), o pretérito imperfeito é um tempo que exprime ação prolongada/durativa. Diante das afirmativas desses gramáticos e, em paralelo, elaboramos um quadro com algumas definições de aspecto a partir de autores que pesquisam esta categoria:

Quadro 8 – Definição de Aspecto

Autores	Definição
Comrie (1976, p. 03):	Aspecto são diferentes formas de ver a constituição interna de uma situação.
Castilho (1968):	Aspecto é a visão objetiva da relação entre o processo e o estado expressos pelo verbo e a ideia de duração e desenvolvimento. É a representação espacial do processo.
Marín (1987, p. 268)	O Aspecto é a expressão de uma ação no que diz respeito a estar terminada ou em progresso.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Desse modo, o que podemos concluir é que aspecto vai além do que apresentam os gramáticos sobre exprimir ação prolongada/durativa. Portanto, para captar traços aspectuais motivadores da variação entre o pretérito imperfeito do indicativo e imperfeito do subjuntivo, nesta pesquisa, tratamos dos tipos aspectuais tanto na oração nuclear quanto na subordinada, considerando o que descrevem os autores no quadro 8.

5.3.1 Tipo aspectual do verbo da oração principal

Nesta subseção, analisaremos a relação do grupo de fatores tipo aspectual do verbo da oração principal com a variação entre pretérito imperfeito do indicativo e pretérito imperfeito do subjuntivo. Esse grupo subdivide-se em verbos cognitivos, de estado, de atividade, de processo culminado, de culminação e verbos *dicendi*. Os verbos cognitivos foram selecionados conforme Halliday (1985), que divide os processos mentais em subtipos: percepção, afeição, cognição e desejo. Os verbos de estado, atividade, processo culminado e culminação são referentes à proposta de Vendler (1967). Já os verbos *dicendi*, acrescentamos a esse grupo incentivados por Carvalho (2007), que demonstra esse tipo de verbo como motivador do uso de

indicativo nos processos de variação entre os modos indicativo e subjuntivo nas orações subordinadas substantivas.

A título de ilustração dos fatores desse grupo, apresentamos exemplos representativos para cada um e, na sequência, a tabela 04, na qual expomos os percentuais relativos a cada fator sob análise:

a) **Verbo cognitivo**

(84) RIBEIRO – Ernesto, sempre me engano. [Senta-se; todos o imitam.] Obra do acaso. É muito boa! Também o nascimento é obra do acaso, e a gente a quem mais ama, abaixo de Deus, é a seu pai e a sua mãe. Ora imaginem que **ia** [fosse] eu para a Guarda-velha encomendar cinquenta garrafas de cerveja para casa, quando, ao passar pelo Largo da Carioca, uma maldita casca de banana me faz escorregar e cair sobre os trilhos justamente na ocasião em que ia passar um bonde. (Almanjarra – Gonçalves de Azevedo)

b) **Estado**

(85) LÍDIA - Porque eu não me queixava, você estava certinho de que eu **era** [fosse] muito feliz! (A mulher sem pecado – Nelson Rodrigues)

c) **Atividade**

(86) PAULA [Só, entrando com uma luz.] – Ainda não veio!... Com efeito, para um namorado é ser bem esquecido. Ah! Se **fosse** [era] comigo, eu lhe cantaria uma ladainha bem comprida para o ensinar a ser descortês com senhoras. [Chegando-se à janela.] Como está escura a noite. [Recuando.] Jesus Senhor!... Parece -me vi lampejo de armas por entre as folhas do bosque. [Observando de novo.] Já nada vejo!... Foi ilusão. [Fecha a janela.] (Leonor de Mendonça – Antônio Gonçalves Dias)

d) **Processo culminado**

(87) MACEDO - Fico. Se **adivinhasse** [adivinrava], não tinha cá vindo; limitava-me a mandar os homens. Uma vez que vim, fico. Que vou fazer no armazém a estas horas? De mais a mais, está muito calor lá embaixo na cidade. Jantaremos juntos pela primeira vez em dia de semana. [Levanta-se e contempla o guarda-roupa.] - Que diabo! é mesmo um monstro, como lhe chamou aquele mariola! Onde tinha eu a cabeça quando comprei isto? Mas... porque o fechou? (Almanjarra – Gonçalves de Azevedo)

e) **Culminação**

(88) LOLA - Eu? Ah! ah! ah! ah!... Sé esta me faria rir!... Ah! ah! ah! ah!... Sempre me saíste um grande tolo! Pois entrou-te na cabeça que eu algum dia **quisesse** [queria] de ti outra coisa que não **fosse** [era] o teu dinheiro? (A capital federal – Gonçalves de Azevedo)

f) **Dicendi**

(89) A DUQUESA [Depois de alguns instantes de silêncio.] — Criança me trouxeram da casa de meus pais, prenderam-me numa câmara forrada de veludo, envolveram-me em alcatifas de seda, em reposteiros de damasco e eu disse adeus ao meu prado florido, ao meu jardim encantado, às flores que eu amava, a tudo, meu padre, a tudo!... Disseram-me então que eu pertencia a um homem, e que o **devia** [devesse] amar porque ele era meu esposo. Afiz-me à ideia de que lhe pertencia, fiz esforços incríveis para o amar, a ele que eu só via de quando em quando rodeado de larga turba de

cortesãos, polido e respeitoso para comigo, porém, nunca extremoso. Nunca ele teve franqueza para comigo, nunca eu a pude ter para com ele; nunca o pude amar. E se ele o quisera! Bem pouco lhe seria preciso, porém jamais se deu ele a esse trabalho. Nunca, meu padre, nunca estive com ele sem recear um acesso de sua cólera, sem tremer na sua presença como uma escrava. Dizei meu padre: sou eu culpada em o não ter podido amar? (Leonor de Mendonça – Antônio Gonçalves Dias)

No que tange aos percentuais, é possível notar, na tabela (04) quais contextos melhor se adaptam à variação dos pretéritos imperfeitos indicativo/subjuntivo.

Tabela 4 – Percentual de tipo aspectual do verbo da oração principal na aplicação do pretérito imperfeito do indicativo *versus* pretérito imperfeito do subjuntivo

Fatores	Aplicação / Total	%
Verbo cognitivo	73/89	82.0
Estado	19/24	79.2
Atividade	23/37	62.2
Processo culminado	7/12	58.3
Culminação	5/7	71.4
Dicendi	27/32	84.4

Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

Os resultados percentuais apontados na tabela 04, acima, confirmam que as formas de pretérito imperfeito do indicativo são mais utilizadas em contextos nos quais a oração principal apresenta verbos dicendi (84.4%) e verbos de cognição (82.0%). Nossos resultados alinham-se aos de Domingos (2004) e de Carvalho (2007): a primeira verificou que os verbos cognitivos nas orações principais favorecerem, em percentual significativo, o uso do pretérito imperfeito do indicativo; Carvalho (2007), por sua vez, corrobora esse resultado, especialmente, em se tratando de orações subordinadas substantivas.

Em relação à tipologia de cunho semântico lexical proposta por Vendler (1967), propomos a hipótese de que os verbos de estado e atividade requerem o uso do pretérito imperfeito do subjuntivo por demandarem um tempo maior decorrido, enquanto os verbos de processo culminado e culminação conduziram ao uso do pretérito imperfeito do indicativo, tendo em vista que a situação decorreria durante menos tempo. Conforme amostragem na tabela 04, de 24 ocorrências de verbos de estado, somente 5 selecionaram o pretérito imperfeito do subjuntivo e os verbos de atividade foram selecionados em 14 casos, sendo assim, nossa hipótese não se concretiza diante do uso do pretérito imperfeito do subjuntivo. Pela quantidade

de ocorrências de verbos de processo culminado e de culminação, nossa hipótese torna-se quase que contraditória ou neutra, pois há um equilíbrio desses verbos quanto ao uso das formas aqui analisadas.

Com base nos percentuais acima, pode-se tecer uma generalização pautada em frequência: o pretérito imperfeito do indicativo, nas funções completiva, condicional e concessiva, é mais frequente em contextos de verbos dicendi e cognitivos na oração nuclear. Note-se que a incidência de percentuais acima de 50% para todos os verbos reflete a predominância do indicativo, especialmente na função completiva, que contém a maior parte dos dados, como mostra o gráfico 02.

Na próxima subseção, trataremos do tipo aspectual na oração subordinada.

5.3.2 Tipo aspectual do verbo na subordinada

Passemos à análise do grupo de fatores tipo aspectual do verbo na subordinada. Esse grupo foi pensado contendo os mesmos fatores do grupo anterior, para que possamos ter uma noção do nível aspectual da oração subordinada em relação à variação das formas verbais. A diferença desse grupo para o outro (5.3.1) é que tivemos que retirar o fator *dicendi*, pois obtivemos um nocaute, ou seja, não houve ocorrência com o pretérito imperfeito do subjuntivo. Segundo Guy e Zilles (2007, p. 158), “um nocaute [...] é um fator que, num dado momento da análise, corresponde a uma frequência de 0% ou 100% para um dos valores da variável dependente.” Sendo assim, as formas verbais referentes aos verbos do dizer restringem fortemente o uso do pretérito imperfeito do subjuntivo no contexto das funções completiva, condicional e concessiva.

Para Vendler (1967), os verbos de estado são atélcos (não exigem um fim), não contêm fases que seguem em determinado período do tempo, ou seja, numa sucessão; os verbos de atividade são contrários ao primeiro porque têm fases distintas, sendo que podem ou não serem concluídas, mas terão incumbidas a verdade, esses verbos mostram-se também atélcos; os verbos de processo culminado contêm fases que são segmentos inteiros de tempo e, necessariamente, devem evidenciar um ponto final, sendo assim, são verbos télcos (exigem do evento um fim); já os verbos de culminação não têm fases, pois são eventos pontuais e não captam um determinado tempo, mas são télcos porque tem um ponto final. Os dados, a seguir, ilustram tais tipos verbais:

a) **Estado**

(90) PAULA – Mas que queríeis vós que eu fizesse? Ele julgou que a **fosse** [era] minha. (Leonor de Mendonça – Antônio Gonçalves Dias)

b) **Atividade**

(91) ONOFRE - Quando Cristo tinha suas andanças na Terra, um dia vieram de encontro DELE os endemoniado... e foram deitando ofensa. Com a ordenança do Cristo os demônios saíram do corpo dos homens pra entrar numa partida de porco que **andava** [andasse] fucinhando ali por perto; e eis que toda a manada, por ordem de Deus, saiu correndo em direção da morte. Só assim foi exterminado os demônio... e os homens deles puderam subir no caminho do Cristo! Por isso, meus irmãos, é preciso merecer, não trazer impureza no corpo. Quem não livrar o corpo de tudo que segura a gente na Terra, não pode subir no caminho estrelante! Amanhã, vocês vão pra cidade do Tobocal em peregrinação... vão conhecer nossa igreja e encontrar o enviado da Capital. Faz um ano que ele visitou nós. Amanhã será só alegria pra ele e pra todo mundo. [Pequena pausa] Depois desta semana de oração e penitência, desses dia de jejum, é preciso perdoar, pagar as dívidas visível e invisível, botar todas as maldades pra fora. Deus não gosta dessas coisa. O sacrifício da humilhação é o único que purifica o corpo. [Artuliana sai do casebre e junta-se aos agregados] Qual é o primeiro? Será que estão puros? Estão, irmãos?! (Vereda da Salvação – Jorge de Andrade)

c) **Processo culminado**

(92) MESTRE - Tende paciência. Pintar-vos a confusão em que por alguns instantes esteve o convento, é quase impossível. O Dom Abade, ao conhecer que o noviço preso era uma mulher, pelos longos cabelos que ao tirar o chapéu lhe caíram sobre os ombros, deu um grito de horror. Toda a comunidade acorreu e grande foi então a confusão. Um gritava: Sacrilégio! Profanação! Outro ria-se; este interrogava; aquele respondia ao acaso... Em menos de dois segundos a notícia percorreu todo o convento, mas alterada e aumentada. No refeitório dizia-se que o diabo estava no coro, dentro dos canudos do órgão; na cozinha julgava-se que o fogo **lavrava** [lavrasse] nos quatro ângulos do edifício; qual, pensava que Dom Abade tinha caído da torre abaixo; qual, que fora arrebataado para o céu. Os sineiros, correndo para as torres, puxavam como energúmenos pelas cordas dos sinos; os porteiros fecharam as portas com horrível estrondo: os responsos soaram de todos os lados, e a algazarra dos noviços dominava esse ruído infernal, causado por uma única mulher. Oh, mulheres! (O Noviço – Martins Pena)

d) **Culminação**

(93) ROSÁLIA - Naturalmente. Este minuto bastou para desfazer uma impressão de muito tempo. Supus que o senhor **saísse** [saía] do seu esconderijo entusiasmado pela minha astúcia; mas vejo que só lhe pode agradar a vulgaridade, o comum. É muito limitado o seu ideal. Adeus, boa viagem. Felizmente as coisas não chegaram ao ponto de lhe darem o direito de me fazer corar. [Pausa.] Tem graça! Cruzar Impertinente os braços diante de mim, e dizer-me que sou de muita força! Que faria o senhor, se eu tivesse cedido à brutalidade dos seus desejos! (Almanjarra – Gonçalves de Azevedo)

No dado (90), temos situação de estado, pois o fato de ser de Paula ocorre durante todos os instantes do período determinado de posse de algo que esteve com ela. No dado (91), as situações de atividade indicam um fato que tem um intervalo de tempo e que não precisam, necessariamente, de um término, sendo verdadeiras mesmo quando interrompidas. Em

situações de processo culminado, conforme dado (92), tem-se noção de um evento que teve início e é evidenciado um ponto final, ou seja, referem-se a um segmento inteiro de tempo. No verbo de culminação, dado (93), temos situações que são pontuais, para sabermos se tal verbo indica situação de culminação podemos fazer a seguinte pergunta: Em que momento isso aconteceu? E a resposta indica um instante/agora.

Sendo assim, o objetivo desse grupo de fator é de verificar de que maneira o aspecto atua na variação entre as formas do pretérito imperfeito do indicativo e do subjuntivo, levando em consideração a proposta elaborada por Vendler (1967), lembrando que esse grupo, também, não foi significativo na análise estatística do programa GoldVarb X, porém as porcentagens obtidas, na tabela 05, a seguir, fornecem-nos uma análise da probabilidade de variação das formas de imperfeito aqui empregadas relativamente à tipologia de Vendler (1967).

Tabela 5 – Percentual do tipo aspectual do verbo na subordinada na aplicação de pretérito imperfeito do indicativo *versus* pretérito imperfeito do subjuntivo

Fatores	Aplicação / Total	%
Verbo cognitivo	7/9	77.8
Estado	62/82	75.6
Atividade	60/80	75.0
Processo culminado	20/23	87.0
Culminação	4/6	66.7

Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

Para o fator *verbo cognitivo*, verificamos, nos dados, que de nove ocorrências desse tipo aspectual de verbo na subordinada, sete levam ao uso do pretérito imperfeito do indicativo na função completiva, com percentual de 77.8%. Há de se notar que os verbos de cognição, semanticamente, aproximam-se muito mais de estado do que de ação, como podemos observar no dado (94), abaixo:

(94) O VELHO ALCOFORADO - Jurai, senhor, jurai! No meu tempo o homem que ambicionava uma espada, ou que já a podia trazer consigo, tinha o juramento por uma coisa veneranda e sagrada, e usava dele apenas nas circunstâncias de momento. Era o vassalo que **jurava** [jurasse] lealdade a seu rei; era o cidadão que **jurava** [jurasse] amor à sua pátria; era o guerreiro que **jurava** [jurasse] morrer com o seu companheiro de armas. Por isto o juramento era entre eles uma religião e os mais altos como os mais humildes não se atreviam a quebrá-lo. Hoje, porém, fizeram dele uma fórmula para os usos da vida, e a criança desde o berço aprende a balbuciar essa palavra vazia de sentido, que noutro tempo foi símbolo de fé e era condão de prodígios. (Leonor de Mendonça - Antônio Gonçalves Dias)

Os resultados da tabela 05 ainda nos revelam que os verbos de estado (75.6%) e atividade (75%), conforme dados (90) e (91), respectivamente, estão em uma frequência bem próxima. Conforme podemos observar, o fator que se destaca um pouco mais são os verbos de processo culminado com 87%, favorecendo, significativamente, o uso do pretérito imperfeito do indicativo, conforme dado (92), e o que menos se destaca é o fator culminação com 66.7%, conforme dado (93).

Sendo assim, as formas de pretérito imperfeito do indicativo foram associadas aos verbos de processo culminado seguidos pelos verbos de cognição, estado, atividade e, por último, de culminação. Conforme apresenta Givón (1993; 129-136), as propriedades semânticas e sintáticas codificadoras dos eventos expressos na oração complexa, ou seja, orações matriz e subordinada, estão atreladas, mostrando que as propriedades semânticas do verbo matriz exercem um controle sobre a sintaxe de combinação de orações.

Com relação à significância com cada tipo de verbo, pudemos verificar que os verbos na oração principal podem exercer poder semântico sobre os verbos na subordinada, a depender do tipo de verbo. Conforme tabela 6, podemos observar, no entanto, que essa regra é menos evidente em se tratando de verbos de atividade e processo culminado. Os verbos, na principal, que tendem a esse uso são os cognitivos e os *dicendi*. Quanto à oração subordinada, os verbos são percentualmente próximos, em destaque, somente, os de processo culminado com um percentual bem maior que os demais, pois estes não influenciam na variação do próprio verbo na subordinada, conforme podemos verificar na tabela 06, a seguir, que visa à comparação dos dois grupos de fatores aspectuais.

Tabela 6 – Comparação dos grupos de fatores aspectuais na aplicação de pretérito imperfeito do indicativo *versus* pretérito imperfeito do subjuntivo

Oração →	Principal		Subordinada	
Tipo verbal↓	(aplicação/total/percentual)		(aplicação/total/percentual)	
Verbo cognitivo	73/89	82.0%	7/9	77.8%
Estado	19/24	79.2%	62/82	75.6%
Atividade	23/37	62.2%	60/80	75.0%
Processo culminado	7/12	58.3%	20/23	87.0%
Culminação	5/7	71.4%	4/6	66.7%

Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

A seguir, procederemos à análise dos dados apresentando articulações teóricas com a categoria Modalidade.

5.4 Modalidade

Nesta seção, voltaremos para questões relacionadas à Modalidade no sistema verbal do português brasileiro. Nessa perspectiva, discutiremos os grupos de fatores que compõem essa categoria nesta dissertação: modalidade da situação da oração subordinada e modalidade da oração nuclear.

Precisamos lembrar que modo se diferencia de modalidade, pois o primeiro indica uma categoria gramatical que é expressa pela morfologia verbal, ou seja, uma manifestação que tenta exprimir a modalidade, embora Givón (2001) afirme que a modalidade exista no próprio verbo, conforme seção 3.2. A Modalidade, por sua vez, codifica a atitude do falante, a avaliação acerca da informação da oração, ou seja, julgamento epistêmico (*realis*) e deôntico (*irrealis*) (GÖRSKI et al, 2002).

Para Givón (1984), a modalidade é vista no contexto comunicativo e seus tipos são redefinidos em uma interpretação pragmático-discursiva de modo que: a) pressuposição é a proposição assumida como verdade; b) asserção *realis* tem a proposição como sendo intensamente declarada como verdade, mas o ouvinte é capaz de refutá-la; c) asserção *irrealis* condiz com a declaração possível ou necessária da proposição; d) asserção negada traz na composição da proposição uma declaração falsa e o falante dispõe de evidências para embasar seu ponto de vista. Para Givón (1993, 1995, 2001), esse é o escopo da modalidade epistêmica e é possível prever a distribuição universal em contextos gramaticais definidos.

Partindo dos valores de verdade que estão presentes em um enunciado, faz-se importante destacar as categorias: *realis* – realidade e *irrealis* – irrealidade. Essas categorias recobrem a assertividade e a não assertividade de um enunciado, ou seja, estão atreladas à factualidade da situação da oração subordinada como: a) factual: que sinaliza um evento que, de fato, ocorreu e está relacionado ao mundo real; b) contrafactual: marca um evento que é a negação de uma afirmação, sendo uma possibilidade; c) eventual: um evento hipotético, que pode ou não acontecer. Prestes (2012, p. 6) resume a correlação entre factualidade e uso do imperfeito do subjuntivo da seguinte forma: o pretérito imperfeito do subjuntivo “eventual tende a ocorrer com eventos no futuro”, o pretérito imperfeito do subjuntivo “contrafactual, com eventos presentes” e o pretérito imperfeito do subjuntivo “factual, com eventos passados.”

Para uma melhor discussão a respeito, passemos à análise dos dois grupos de fatores que investigamos para tratar da categoria modalidade.

5.4.1 *Factuality da situação da oração subordinada*

Factuality é um grupo de fator que tem sido utilizado em algumas pesquisas funcionalistas, como as de Prestes (2001, 2003, 2007) e de Neves (2011), além de pesquisa sociofuncionalista como a de Brito (2018). É válido lembrar que, nesta pesquisa, esse grupo aplica-se às funções completiva, condicional e concessiva, diferentemente de outros estudos que abordaram esses fatores em uma dessas funções que apresentamos. Como já visto antes (seção 5.1, gráfico 2), as completivas se sobressaem, sobretudo no pretérito imperfeito do modo indicativo.

Wherritt (1978) descreve nos resultados de seu artigo que o imperfeito do indicativo prevalece quando o falante considera a proposição mais próxima à factuality, como no dado, a seguir:

(95) ROSA - E muito chorei eu, Reverendíssimo; mas depois pensei que era [fosse] impossível, pois um homem pode lá casar-se tendo a mulher viva? Não é verdade, Reverendíssimo? (O noviço – Martins Pena)

Apesar de a oração completiva sublinhada no dado (95) se caracterizar como contrafactual (não é impossível), esse fato pode ocorrer devido ao verbo cognitivo “pensar”, na oração principal. Após a rodada estatística, este grupo de fatores demonstrou ser estatisticamente significativo. Podemos visualizar os resultados sumarizados na tabela 07, adiante:

Tabela 7 – Influência da factuality da situação da oração subordinada na aplicação de pretérito imperfeito indicativo *versus* pretérito imperfeito do subjuntivo

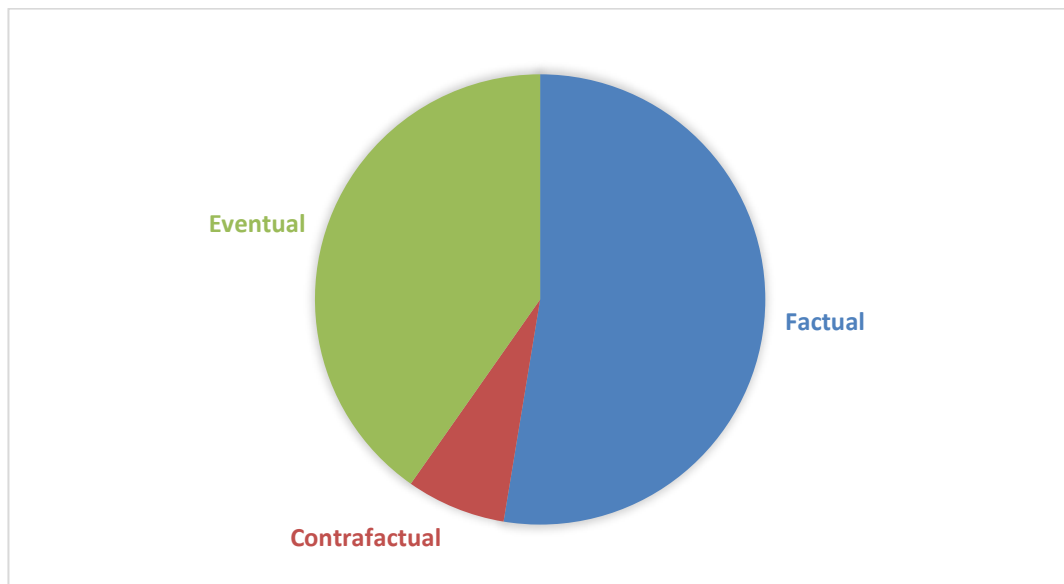
Fatores	Aplicação / Total	%	P.R.
Factual	81/96	84.4	0.593
Contrafactual	11/26	42.3	0.160
Eventual	62/79	78.5	0.522

Significance = 0.004

Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

Podemos observar, com base nas informações acima, que o fator factual foi mais propenso ao uso do pretérito imperfeito do indicativo com 0.593, juntamente com o fator eventual, com peso relativo 0.522, um pouco inferior ao primeiro. Já ao fator contrafactual, o programa estatístico atribuiu peso relativo 0.160, ou seja, a contrafactualidade está presente no modo subjuntivo, como podemos concluir com esse valor. Para ilustrar a significância dos fatores desse grupo, segue-se o gráfico 05:

Gráfico 5 – Atuação da factualidade da situação da oração subordinada na aplicação de pretérito imperfeito do indicativo



Fonte: Elaborado a partir dos dados da tabela 07.

Esse gráfico corrobora a hipótese que construímos para esse grupo, pois acreditamos que o pretérito imperfeito do indicativo tenda à factualidade, já que, em se tratando de grau de hipoteticidade, este confere ao enunciado maior probabilidade de ocorrência. Sendo assim, nos dados (96), (97), (98), mostramos que as construções factuais/reais relacionam conteúdo do mundo real; que, nas contrafactuals/irreais, o conteúdo expresso na subordinada é irreal; e que, nas eventuais, o conteúdo expresso na subordinada pode realizar-se ou não.

a) **Factual**

(96) ZÉLIA – [RESOLUTA] Por acaso o senhor está insinuando que meu marido **tinha** [tivesse] alguma coisa com essa tal de Sueli? (Velório à brasileira – Aziz Bajar)

b) **Contrafactual**

(97) PAULA [Só, entrando com uma luz.] — Ainda não veio!... Com efeito, para um namorado é ser bem esquecido. Ah! Se **fosse** [era] comigo, eu lhe cantaria uma

ladainha bem comprida para o ensinar a ser descortês com senhoras. [Chegando-se à janela.] Como está escura a noite. [Recuando.] Jesus Senhor!... Parece-me que vi lampejo de armas por entre as folhas do bosque. [Observando de novo.] Já nada vejo!... Foi ilusão. [Fecha a janela.] (Leonor de Mendonça – Antônio Gonçalves Dias)

c) **Eventual**

(98) ARTULIANA - Nunca tive danação. Gosto do Manoel, só isso. Manoel! Me bateram, aguentei tudo pra viver com você. Enquanto me batiam, pensava nas suas promessa. Nos filho que **podia** [pudesse] vim depois. Foi isso que me deu fortalecimento, Manoel! (Vereda da Salvação – Jorge de Andrade)

Prestes (2012) apresenta o pretérito imperfeito do subjuntivo factual tendo como característica eventos ocorridos no passado; o pretérito imperfeito do subjuntivo contrafactual como eventos ocorridos no presente; o pretérito imperfeito do subjuntivo eventual tendo como base eventos que venham acontecer no futuro, assim, a autora compreende que o pretérito imperfeito do subjuntivo tem relação entre seu conteúdo modal (factual, contrafactual, eventual) e temporal (passado, presente, futuro). Os números indicados na tabela 07 corroboram o exposto, pois demonstram usos de imperfeito do indicativo e do subjuntivo nas três situações (factuais, contrafactuais e eventuais), no entanto, também revelam predileção pelo indicativo em alguns casos (factuais e eventuais) ao passo que o subjuntivo é favorecido por contextos contrafactuais.

No cruzamento dos dados, tabela 08, a factualidade e a eventualidade, fatores com pesos relativos significativos para o imperfeito do indicativo, são mais frequentes na função completiva, enquanto a contrafactualidade o é na função condicional. Esses dados corroboram a ideia de que o modo indicativo relaciona conteúdo do mundo real e que esse conteúdo pode realizar-se ou não. A contrafactualidade, na função condicional, apresenta o conteúdo da subordinada como irreal, podendo haver uma possibilidade do fato não ocorrer.

Tabela 8 – Cruzamento dos fatores factual, contrafactual e eventual na aplicação do pretérito imperfeito do indicativo *versus* pretérito imperfeito do subjuntivo nas funções completiva, condicional e concessiva

	Funções					
	Completiva		Condicional		Concessiva	
Fatores	PII	PIS	PII	PIS	PII	PIS
Factual	77	7	3	7	1	1
Contrafactual	9	4	2	11	0	0
Eventual	59	12	0	5	3	0

Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

5.4.2 Modalidade da oração nuclear

Esse grupo de fatores não foi estatisticamente selecionado pelo programa estatístico GoldVarb X como significativo para a variação entre os pretéritos imperfeitos. Tínhamos como hipótese, para esse grupo, a seguinte: as gramáticas normativas apontam para o traço de certeza e incerteza como diferenciador dos modos verbais, mas, de acordo com Givón (1995), acreditamos que as modalidades pressuposição, asserção *realis*, asserção *irrealis* e asserção negada condicionem a variação entre indicativo *versus* subjuntivo, por estarem tais formas verbais acopladas a outros elementos contextuais que indiquem o grau de (in)certeza. Além disso, nosso interesse estava em considerar a modalidade não só na oração subordinada, como muitos têm feito (Pimpão, 1999; Prestes, 2003; Back, 2008), mas também na oração nuclear.

Givón (2001) refere-se à modalidade no tocante à atitude do falante diante de uma determinada informação, sendo assim, podemos destacar os julgamentos no âmbito do conhecimento, que é o julgamento epistêmico, ou seja, são verdades, probabilidades, certezas, crenças e evidências; no âmbito da conduta, temos o julgamento deontico que diz respeito a desejos, preferências, intenções, permissões, habilidades, obrigações e manipulações. Givón (2005) sintetiza a modalidade em dois blocos: a) factual: agrupa a pressuposição e asserção *realis* e b) não-factual: engloba a asserção *irrealis* e a asserção negada. Embora seja mais concisa essa divisão da modalidade proposta pelo autor, preferimos dar ampla abrangência à modalidade considerando a perspectiva quadripartida, conforme expomos na tabela a seguir:

Tabela 9 – Percentual de modalidade da oração nuclear na aplicação de pretérito imperfeito do indicativo *versus* pretérito imperfeito do subjuntivo

Fatores	Aplicação / Total	%
Pressuposição	114/138	82.6
Asserção <i>realis</i>	10/13	76.9
Asserção <i>irrealis</i>	11/24	45.8
Asserção negada	19/26	73.1

Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

Com base nos dados explicitados na tabela 09, há porcentagens mais significativas ao pretérito imperfeito do indicativo em contextos de pressuposição (82.6%), asserção *realis* (76.9%) e asserção negada (73,1%); já em contextos de asserção *irrealis* (76.9%), o que predomina é o pretérito imperfeito do subjuntivo.

Pelos dados percentuais dos fatores, podemos concluir que a pressuposição, a asserção *realis* e a asserção negada estão para o pretérito imperfeito do modo indicativo enquanto a asserção *irrealis* para o pretérito imperfeito modo subjuntivo. Levando em consideração que a pressuposição é a verdade assumida na proposição, que a asserção *realis* é a verdade declarada como uma verdade contundente, mas capaz de ser refutada, e que a asserção negada tem a falsidade declarada na proposição, verificamos que estes três fatores, diretamente relacionados à facticidade, estão igualmente relacionados ao modo indicativo. Do mesmo modo, sendo a asserção *irrealis* uma verdade declarada como possível na proposição, é mais propensa ao modo subjuntivo.

Segundo Pontes (2012, p. 71), as formas verbais de indicativo e de subjuntivo “normalmente expressam, respectivamente, a oposição entre realidade e não realidade das ações, não no sentido de ações reais ou irreais em si, mas no sentido de ações concretas, possíveis de se realizar em contraposição a ações hipotéticas, prováveis, que podem não se realizar”. Verificaremos esse fato nos exemplos a seguir:

a) **Pressuposição**

(99) SÔNIA - Seu coração palpitava, se ela **via** [visse] os próprios pés, [doce] frios e nus, sem meias e sem sapatos. (Valsa nº 6 – Nelson Rodrigues)

b) **Asserção realis**

(100) MACEDO – Queres saber de uma coisa engraçada? Minha mulher quis hoje fazer-me crer que tinha [tivesse] escondido um namorado lá dentro! Eh! eh! eh! eh! eh! (Almanjarra – Gonçalves de Azevedo)

c) **Asserção irrealis**

(101) PAULA [Só, entrando com uma luz.] — Ainda não veio!... Com efeito, para um namorado é ser bem esquecido. Ah! Se **fosse** [era] comigo, eu lhe cantaria uma ladainha bem comprida para o ensinar a ser descortês com senhoras. [Chegando-se à janela.] Como está escura a noite. [Recuando.] Jesus Senhor!... Parece-me que vi lampejo de armas por entre as folhas do bosque. [Observando de novo.] Já nada vejo!... Foi ilusão. [Fecha a janela.] (Leonor de Mendonça - Antônio Gonçalves Dias)

d) **Asserção negada**

(102) ROSÁLIA - É possível. Se não me **queria** [quisesse] assim, não se casasse comigo (A capital federal - Gonçalves de Azevedo)

Givón (1993, 2001, 2005) pontua que, no contexto da pressuposição, conforme dado (99), a fala de Sônia garante ao espectador que a proposição é verdadeira sem que ninguém possa contra-argumentar, esta verdade pode ser por obviedade da situação comunicativa ou por convenções socioculturais. Na asserção *realis*, dado (100), Macedo assevera que é verdade que

a mulher quis fazê-lo crer que havia um namorado escondido em uma almanjarra, embora o ouvinte possa perguntar: você creu ou não que a esposa havia escondido um namorado? Mesmo assim, o falante (Macedo) tem fortes argumentos para manter e defender que a mulher quis fazê-lo crer. Na asserção *irrealis*, como no dado (101), Paula faz uma asseveração fraca em relação à verdade da proposição, podendo ser provável ou incerta que ela faria essa ladainha e não dispõe de argumento convincente de que realmente seria capaz de fazer tal ato. Na asserção negada, tal como no dado (102), Rosália assevera que não se casasse com ela.

5.5 Variáveis extralinguísticas

Enumeramos, nesta pesquisa, as variáveis externas estratificadas: século, vozes da narrativa e gênero teatral, as quais foram controladas de maneira que constituíssem o *corpus* desta pesquisa, com o objetivo de tratar esses condicionadores como propulsores da variação entre as formas verbais aqui analisadas. O que podemos descrever é que essas variáveis não agem isoladamente, nem as variáveis internas, mas inibem ou favorecem a escolha de formas variantes que são semanticamente equivalentes.

Para Du Bois (1987), as motivações sociais estão em confrontação e interação com as motivações internas com intensas consequências. O mais importante é que o contínuo da evolução linguística compreende uma dependência de oscilação entre processos internos de generalização estrutural com interação ao sistema social externo.

Os grupos de fatores sociais inseridos no estudo de fenômenos linguísticos são totalmente relevantes por servirem de parâmetros que determinam em que medida está a variação, no caso deste estudo, entre o pretérito imperfeito do subjuntivo e o pretérito imperfeito do indicativo. A Sociolinguística não restringe esses fatores, pelo contrário, trata com a mesma importância dada aos fatores linguísticos. O que podemos mencionar aqui, sem novidade alguma, é que a língua é social e, a depender de cada comunidade de fala e época, vai adquirindo características que ao mesmo tempo que são comuns e também diferentes, ou seja, a variação pode ser regional/geográfica, social, estilística etc. Na verdade, o que incide é um ajuste dos fatores que condicionam as formas.

5.5.1 Século

Nesta subseção, analisamos os dados de variação do pretérito imperfeito do indicativo e do subjuntivo que estão distribuídos por três séculos, que são: século XIX, século

XX e século XXI. Os dados por século mostram-nos um panorama da variação das formas verbais de imperfeito, embora esse grupo não tenha sido selecionado como relevante em relação a peso relativo para uma análise quantitativa.

Em nossa pesquisa, dos 201 dados comutáveis, 70,9% de usos de imperfeito do indicativo são referentes ao século XIX, para o século XX há um percentual de 78,8%, enquanto, no século XXI, o percentual é de 82,1%. Observamos que, no decorrer dos séculos, o pretérito imperfeito do indicativo vai sendo preferência de uso na fala do português brasileiro. Vejamos a tabela abaixo seguida de dados que demonstram a variação do pretérito imperfeito do indicativo/subjuntivo.

Tabela 10 – Percentual dos séculos na aplicação do pretérito imperfeito do indicativo *versus* pretérito imperfeito do subjuntivo

Fatores	Aplicação / Total	%
Século XIX	56/79	70.9
Século XX	52/66	78.8
Século XXI	46/56	82.1

Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

Seguem exemplos retirados das peças teatrais que compõem o *corpus* desta pesquisa e que estão distribuídos por cada século analisado:

i) **Século XIX**

(103) PAULA — Mas que quereis vós que eu fizesse? Ele julgou que a fita **fosse** [era] minha. (Leonor de Mendonça – Gonçalves Dias)

ii) **Século XX**

(104) DOLOR – Avelino! Apareceu da noite pro dia, caçando serviço, lá onde eu morava. Ninguém podia com ele numa derrubada. Logo que chegou... todas as moça botou os olho em cima dele... e ele em cima de mim. Eu era a mais sacudida. (de repente) Nós queria casar, Artuliana! Acredita em mim! Mas, cadê jeito? Avelino não tinha os papel. Nem sabia onde tinha nascido. Nunca recebemo água benta. Com tanto filho que veio... a gente pensando que **era** [fosse] casado. (Vereda da salvação – Jorge de Andrade)

iii) **Século XXI**

(105) MÉRCIA - Agora entendo porque ele estava tão furioso, na hora pensei que ele **tava** [estivesse] delirando de tão bêbado. [VIRA PARA GOMES QUE DESCONGELA] Fala baixo, por favor... olha se tem alguma coisa contra mim amanhã podemos conversar e... (Meu querido falecido, ou, como livrar-se de um corpo – Aziz Bajur)

No dado (103), referente ao século XIX podemos perceber o uso do pretérito imperfeito do subjuntivo sendo cambiável com o pretérito imperfeito do indicativo. No capítulo 2, aludimos a Bagno (2012), que descreve que o modo subjuntivo pode emitir um fato real, quando há um julgamento, por essa razão o pretérito imperfeito do subjuntivo pode ser comutado com o pretérito imperfeito do indicativo, sendo o modo evidencial ou declarativo. Outra evidência, também, é o fato de a função completiva favorecer o contexto dessa variação, preferencialmente o uso do imperfeito do indicativo, conforme aponta Bianchet (1996).

Tendo em vista a variação no século XX, ilustrada por meio do dado (104), podemos concordar com Wherritt (1978), quando descreve preferência ao pretérito imperfeito do subjuntivo, em um contexto de oposição, embora esteja na função completiva, contexto preferencial ao uso do indicativo.

Por último, vale destacar que a variação, nos dados (103), (104) e (105), está atrelada à carga semântica favorecedora desse contexto, conforme aponta Carvalho (2007), já que os verbos de atividade mental propiciam seleção tanto do subjuntivo quanto do indicativo.

5.5.2 Vozes da narrativa

Nesta seção, analisaremos a relação entre as vozes da narrativa e as formas verbais do pretérito imperfeito do indicativo/subjuntivo. Nesse sentido, analisaremos as vozes do protagonista, do antagonista e dos personagens secundários. Este grupo de fatores demonstrou ser significativo.

Segundo Ubersfeld (2005, p. 173), a linguagem da personagem, muitas vezes, “[...] serve para provocar, no espectador, um riso de superioridade, em relação àquele que não sabe usar corretamente o instrumento linguístico da comunidade.” Consideramos, a partir do que descreve a autora, que o jogo de palavras nesse sentido não vem à tona nos dados de variação das formas verbais de imperfeito.

Diante disso e com base nos dados explicitados na tabela 11, verificamos que a voz do protagonista constitui o contexto mais favorável para o uso do pretérito imperfeito do indicativo. Nesse sentido, podemos sugerir que isso se deve à amplitude dessa voz nas peças teatrais analisadas, isto é, ela é predominante em toda a estrutura do enredo e em quase todo o volume textual, apresentando assim, um contexto mais complexo e diversificado.

A voz do protagonista com peso relativo de 0,573 corrobora nossa hipótese, pois esperávamos que os protagonistas favorecessem o uso do pretérito imperfeito do indicativo,

devido ao fato de estarem em foco com a verdade a ser transmitida e por sua importância fundamental na construção do texto.

O fator ‘personagens secundários’, com peso relativo de 0,478, não é estatisticamente relevante, embora haja aproximação desses personagens ao personagem principal, ao usarem uma fala de cortesia ou de polidez, além de exercerem um papel fundamental na história. Segundo Cunha e Cintra (2006) e Castilho (2019), o pretérito imperfeito do indicativo tem como contexto preferencial a polidez, dada a formalidade que exerce o modo subjuntivo. O antagonista, por estar sempre próximo ao protagonista, teve um peso relativo menor (0,207) e essa associação deve-se ao fato de que, no teatro, esse personagem pode estar ligado a um fato concreto, um outro ser, ou abstrato, problemas/fantasmas que estão no plano da imaginação.

Tabela 11 – Influência de vozes da narrativa na aplicação do pretérito imperfeito do indicativo *versus* pretérito imperfeito do subjuntivo

Fatores	Aplicação / Total	%	P.R.
Protagonista	114/138	82.6	0.573
Antagonista	14/28	50.0	0.207
Personagens secundários	26/35	74.3	0.478

Significance = 0.004

Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

Agora, a título de ilustração, vejamos um exemplo para cada tipo de personagem encontrado nas peças teatrais. Aqui destacamos, logo de início, que “[...] a personagem fala, e, falando, diz a respeito de si um certo número de coisas, que pode ser comparado com o que outras dizem a respeito dela.” (UBERSFELD, 2005, p. 82).

a) Protagonista

(106) RÔ – [OLHA MÉRCIA, CHOROSA, COMOVIDA A ABRAÇA] Estou emocionada com seu gesto, sua abnegação, sua realidade... nunca pensei que fosse [era] tão nobre! (Meu querido falecido, ou, como livrar-se de um corpo – Aziz Bajur)

b) Antagonista

(107) EDGARD – [CONSTRANGIDO. OLHANDO PARA TODOS. NERVOSO E SEM SABER O QUE FAZER] Eu pensei que a senhora já soubesse [sabia]... Glorinha disse que sabia e que havia até perdoado o Abreu... disse também que eu deveria vir até aqui... (Velório à brasileira – Aziz Bajur)

c) **Personagens secundários**

(108) PAULA — Pois de quem a havia ele de julgar? Viu-me com uma fita nas mãos, e pensou, muito naturalmente, que **era** [fosse] minha. (Leonor de Mendonça – Gonçalves Dias)

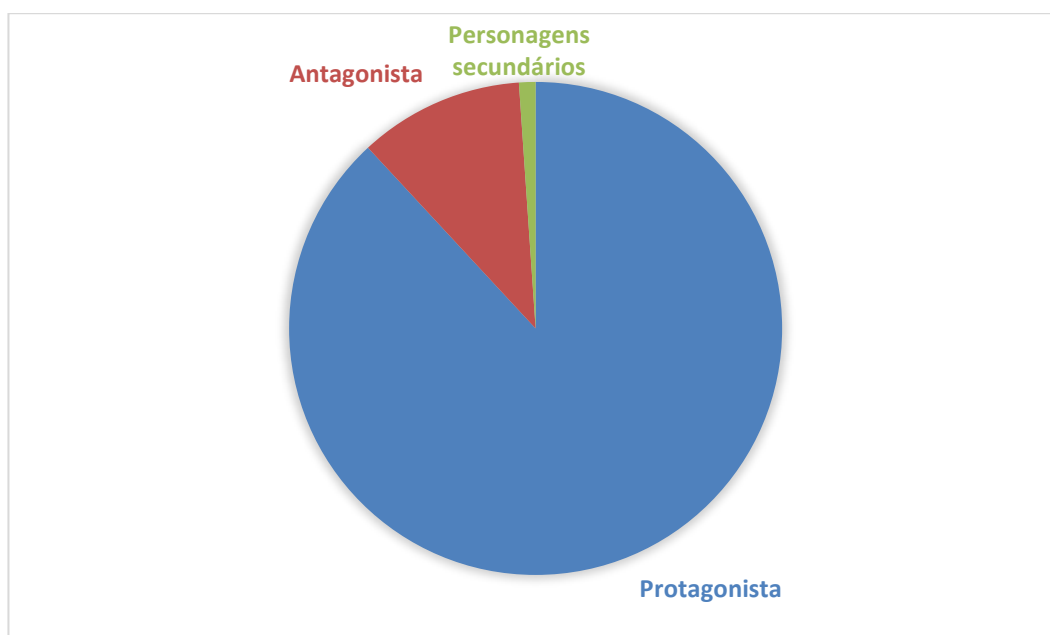
Quanto às personagens no teatro, cada um tem suma importância na obra, pois o autor confere a cada personagem um papel a ser cumprido, ou seja, uma função a ser desempenhada como uma vontade a ser exercitada, além de um destino a ser alcançado. Como podemos analisar, nos dados (106), (107) e (108), cada personagem desempenha uma vontade/destino que deve ser alcançado a qualquer custo e para isso vale matar ou morrer.

Desse modo, no dado (106), como representação de protagonista, podemos notar que Rô ganha o primeiro plano no enredo, pois é em torno desse ser que os fatos se desenrolam, sendo assim, os outros personagens estarão de qualquer forma em função dele. (CARDOSO, 2001). Ao antagonista, dado (107), cabe o papel de se opor “[...] ao protagonista, seja por sua ação que atrapalha, seja por suas características, diametralmente opostas às do protagonista. Enfim, seria o vilão da história” (GANCHO, 2004, p. 15). No teatro, esse antagonista pode ser “[...] o destino, o ambiente, uma intuição ou qualquer outro elemento personificado ou personificável” (CARDOSO, 2001, p. 42). Por fim, no dado (108), observamos que os personagens secundários, segundo Gancho (2004, p. 16), são “[...] menos importantes na história, isto é, [têm] uma participação menor ou menos frequente no enredo.” Esse tipo de personagem apresenta-se associado aos atos do protagonista ou do antagonista com quem contracenam, podendo ser distintos ou não.

Para Perini (2005), a negação na oração principal é um dos contextos que favorece a alternância tanto do modo indicativo quanto do modo subjuntivo na subordinada, conforme podemos aludir no dado (106), nesse caso a variação tanto pode ser usado pela semântica do verbo como o contexto do advérbio de negação “nunca”.

Resumimos, de forma dinâmica, a performance de favorecimento do uso do pretérito imperfeito do indicativo nesse grupo de fatores vozes da narrativa.

Gráfico 6 – Atuação das vozes da narrativa na aplicação do pretérito imperfeito do indicativo *versus* pretérito imperfeito do subjuntivo



Fonte: Elaborado a partir dos dados da tabela 09.

Observemos, então, que o fator protagonista favorece o imperfeito do indicativo na função completiva. Com base na tabela 12, adiante, verificamos que antagonista e personagens secundários tendem a favorecer o imperfeito do indicativo nessa função também, embora o foco esteja no fator protagonista.

Tabela 12 – Cruzamento de vozes da narrativa na aplicação do pretérito imperfeito do indicativo *versus* pretérito imperfeito do subjuntivo nas funções completiva, condicional e concessiva

Fatores	Funções					
	Completiva		Condicional		Concessiva	
	PII	PIS	PII	PIS	PII	PIS
Protagonista	111	12	3	11	0	1
Antagonista	12	6	1	8	1	0
Personagens secundários	22	5	1	4	3	0

Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

5.5.3 Gênero teatral

Nesta seção, com base nos resultados empreendidos pelo programa estatístico, que não selecionou gênero como um grupo significativo para variação dos pretéritos imperfeitos indicativo/subjuntivo, ponderaremos as discussões/observações com base nas porcentagens. Dessa forma, nossa hipótese para esse grupo de fatores não foi confirmada, pois acreditávamos que o fator comédia favorecesse o uso do indicativo, enquanto a tragédia e o drama condicionassem o subjuntivo, portanto, o que se apresenta é uma direção a favor do uso do pretérito imperfeito do indicativo.

Consideramos, como base de nossa hipótese, o que descreve Castilho (2019) sobre o modo indicativo que sugere uma relação de informalidade, deixando para o subjuntivo o papel formal. Mas, ao passo que a gramática é uma estrutura maleável e emergente (HOPPER, 1987), temos que considerar as formas de pretérito imperfeito tanto do subjuntivo quanto do indicativo como formas capazes de conter tanto a formalidade como a informalidade, a depender do contexto em que estão inseridas.

A tabela 13, abaixo, mostra o resultado numérico obtido na análise pelo programa estatístico:

Tabela 13 – Atuação do gênero teatral na aplicação de pretérito imperfeito do indicativo *versus* pretérito imperfeito do subjuntivo

Fatores	Aplicação / Total	%
Tragédia	9/11	81.8
Comédia	61/78	78.2
Drama	84/112	75.0

Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

Podemos observar, analisando os valores percentuais, que o gênero teatral tragédia favorece, em maior porcentagem, o uso do indicativo, em um total de 81,8%. Do mesmo modo, comédia também beneficia o uso do indicativo 78,8%. Enquanto drama, que pensávamos que inibiria o uso do subjuntivo, mostrou-se o que mais favorece esse modo, embora o percentual de uso de indicativo também seja alto.

No que tange ao tempo cronológico dos gêneros teatrais tragédia e comédia, esses poderiam favorecer o uso do subjuntivo, por ser o modo que vem desde o latim, pela força e intensidade com que esses gêneros atravessaram vários séculos, mas o que podemos observar,

conforme os dados da tabela 13, é que a transformação na língua é inerente e gradual; apesar de não termos domínio dessa mudança como falante/ouvinte, somos constructo dessa mudança. No que se refere à língua/linguagem, é importante observar que esta:

[...] reproduz a realidade. Isso deve entender-se da maneira mais literal: a realidade é produzida novamente por intermédio da linguagem. Aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento. Aquele que o ouve apreende primeiro o discurso e através desse discurso, o acontecimento reproduzido. Assim a situação inerente ao exercício da linguagem, que é a da troca e do diálogo, confere ao ato de discurso dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade. Isso faz da linguagem o próprio instrumento de comunicação intersubjetiva. (BENVENISTE, 1995, p. 26).

Vale destacar que, no gênero drama, a fala dos personagens deve ser de comoção ao público, por apresentar os sofrimentos dos personagens que são vítimas da pressão social à qual eram submetidos.

Vejam os ocorrências, com uso comutável do pretérito imperfeito do indicativo/subjuntivo, que ilustram esse grupo de fatores:

a) **Tragédia**

(109) DURVALINA – Se **pedisse** [pedia] perdão na frente do Onofre ia ser melhor. Já estava resolvido. (Vereda da salvação – Jorge de Andrade)

b) **Comédia**

(110) ROSÁLIA - Mas por que me disse que eu **havia** [houvesse] de rir-me ou zangar-me? (Almanjarra – Gonçalves de Azevedo) (Meu querido falecido, ou, como livrar-se de um corpo – Aziz Bajur)

c) **Drama**

(111) O BOTICÁRIO – Pudera! Se o Matias **pegasse** [pegava] o rapazinho, esborrachava-o com um soco. (A casa fechada – Roberto Gomes)

Nos dados (109) a (111), observamos, como nos demais dados apresentados anteriormente, que há variação das formas verbais em todos os segmentos, embora o contexto favoreça um ou outro uso, por exemplo, o verbo cognitivo presente na oração principal é favorecedor ao uso do pretérito imperfeito do subjuntivo, sendo assim, esse verbo é um dos contextos de variação das formas verbais apresentadas na oração subordinada, como bem mostram Domingos (2004) e Carvalho (2007).

5.6 Síntese do capítulo

Neste capítulo, realizamos a análise dos dados dividindo-os em grupos de fatores que contemplassem o complexo TAM (Tempo, Aspecto, Modalidade) nas funções completiva, condicional e concessiva. Na primeira etapa, fizemos um apanhado geral dos dados obtidos a partir da correlação entre pretérito imperfeito do indicativo/subjuntivo tanto no decorrer dos séculos XIX, XX e XXI quanto nas funções. Em seguida, apresentamos as tendências de uso das formas verbais em cada contexto analisado, dentro do que proporcionou, numericamente, o programa estatístico GoldVarb X. Obtivemos dois grupos de fatores significativos: factualidade da situação da oração subordinada, uma categoria da expressão da modalidade (Givón, 2001), e vozes da narrativa, que também representa a categoria, por tratar da atitude, do julgamento do falante, enquanto os outros grupos foram analisados a partir das porcentagens, conforme podemos observar na tabela 14, na qual consta o cruzamento dos dados com relação a todos os grupos utilizados para mapear o contexto de variação dos pretéritos imperfeitos do modo indicativo e modo subjuntivo nas funções completiva, condicional e concessiva.

Tabela 14 – Cruzamento dos grupos de fatores na aplicação de pretérito imperfeito do indicativo *versus* pretérito imperfeito subjuntivo nas funções completiva, condicional e concessiva

Grupos ↓	Fatores ↓	FUNÇÕES					
		COMPLETIVA		CONDICIONAL		CONCESSIVA	
		PII	PIS	PII	PIS	PII	PIS
Presença/ausência de marcador temporal	Presença	27	2	0	4	0	1
	Ausência	118	21	5	19	4	0
	Anterioridade	114	12	4	15	3	1
Relação temporal	Simultaneidade	3	0	1	2	0	0
	Posterioridade	28	11	0	6	1	0
	Verbo cognitivo	72	15	0	1	1	0
Tipo aspectual do verbo da oração principal	Estado	15	0	1	5	3	0
	Atividade	19	5	4	9	0	0
	Processo culminado	7	0	0	5	0	0
	Culminação	5	0	0	1	0	1
	Dicendi	27	3	0	2	0	0
	Verbo cognitivo	4	1	0	1	3	0

Tipo aspectual do verbo na subordinada	Estado	60	6	2	13	0	1
	Atividade	57	12	3	8	0	0
	Processo culminado	19	2	0	1	1	0
	Culminação	4	2	0	0	0	0
Factualidade da situação da oração subordinada	Factual	77	7	3	7	1	1
	Contrafactual	9	4	2	11	0	0
	Eventual	59	12	0	5	3	0
Modalidade da oração nuclear	Pressuposição	109	14	4	10	1	0
	Asserção realis	10	2	0	1	0	0
	Asserção irrealis	8	4	0	8	3	1
	Asserção negada	18	3	1	4	0	0
Século	Século XIX	50	10	2	11	4	1
	Século XX	50	5	2	9	0	0
	Século XXI	45	7	1	3	0	0
Vozes da narrativa	Protagonista	111	12	3	11	0	1
	Antagonista	12	6	1	8	1	0
	Personagens secundários	22	5	1	4	3	0
Gênero teatral	Tragédia	8	0	1	2	0	0
	Comédia	57	10	3	7	1	0
	Drama	80	13	1	14	3	1

Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

Com base na tabela acima, podemos afirmar, por maior quantidade, que os fatores linguísticos *ausência*, *anterioridade*, *verbo cognitivo*, *estado*, *factual* e *pressuposição* tendem a favorecer o uso do pretérito imperfeito do indicativo na função completiva; *ausência*, *anterioridade*, *atividade*, *estado*, *contrafactual* e *pressuposição* beneficiam a função condicional; os fatores *ausência*, *anterioridade*, *estado*, *verbo cognitivo*, *eventual* e *asserção irrealis* condicionam a função concessiva. Enquanto os fatores extralinguísticos *século XIX*, *século XX*, *protagonista* e *drama* favorecem o uso na função completiva; *século XIX*, *protagonista* e *drama* estão alinhados a função condicional; *século XIX*, *personagens secundários* e *drama* também condicionam a função concessiva.

Tendo como parâmetro a variável século, observa-se que o fenômeno em análise não evidencia mudança em progresso, mas ocorre variação estável, pois a mudança em progresso indica que o processo de variação caminha para a sua resolução em favor de uma das

variantes identificadas, enquanto a variação estável refere-se à manutenção do processo variável por longo período. Considerando as funções, é possível que haja, em relação aos dados desta pesquisa, mudança em progresso na função concessiva, embora sejam poucos os dados que obtivemos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, durante todo o processo de consolidação, caminhávamos para que este tema fosse aliado ao Ensino. Embora tenhamos alguns apontamentos que evidenciem essa ideia, uma proposta bem mais consolidada ficará como desdobramento para investigações futuras. A opção, então, foi verticalizar o estudo visando a investigar a variação entre as formas verbais de pretérito imperfeito do modo indicativo e pretérito imperfeito do modo subjuntivo no domínio complexo TAM (Tempo, Aspecto, Modalidade). Nestas considerações finais, resgatamos os pontos principais abordados em cada um dos capítulos anteriores e enumeramos algumas contribuições alcançadas por esta pesquisa.

O encaminhamento primeiro, dado no capítulo um, foi de apresentar o tema proposto por este trabalho exemplificando os tempos verbais nas devidas funções que analisamos: função completiva, condicional e concessiva. Os objetivos que esboçamos para alcançar os devidos resultados, juntamente com as hipóteses e questões de pesquisa foram significativos no decorrer da análise do *corpus*. Neste capítulo, ainda, incitamos algumas considerações sobre a importância desse assunto para o ensino das formas verbais de pretérito imperfeito, pois os Livros Didáticos são superficiais no tratamento da variação modo-temporal.

No segundo capítulo, apresentamos o fenômeno em estudo, em que delineamos os modos indicativo e subjuntivo na tradição gramatical, sendo assim, abordamos as considerações dos gramáticos Dias (1970 [1881]), Barbosa (1803), Said Ali (1964), Pereira (1973), Melo (1987), Rocha Lima (2001), Perini (2005), Cunha e Cintra (2008), Bechara (2009), Bagno (2012) e Castilho (2019). Salientamos que o modo indicativo para estes gramáticos é um indicador de certeza, podendo ser em menção ao passado, presente e futuro. Esse modo é implicado como sendo o modo geral, ou seja, está presente em diversos contextos de uso sem que haja uma regra específica, pois se apresenta tanto na oração principal quanto na subordinada. O modo subjuntivo é aquele que exprime incerteza, embora possa ser substituído pelo modo indicativo em certos contextos de uso, mas é usado, normalmente, em orações dependentes de função condicional e concessiva. Ainda neste capítulo, abordamos o imperfeito nas funções completiva, condicional e concessiva, ressaltando a proposta de gramáticas tanto prescritivas quanto descritivas, cujos autores caracterizam o pretérito imperfeito do indicativo como aspectualmente durativo, enquanto o imperfeito do subjuntivo como meio de manifestação de diferentes valores temporais: passado, presente e futuro. Ainda assim, apresentamos algumas pesquisas em âmbito sociofuncionalista que demonstram alguns

contextos de uso dessas formas verbais no português brasileiro e que serviram de base para nossa investigação.

No terceiro capítulo, apresentamos os pressupostos teóricos que deram sustentação à pesquisa. Trata-se das conjecturas sociolinguísticas que têm ampla importância nas pesquisas relacionadas à variação e mudança linguística, em que destacamos seu expoente Labov (1978, 1994, 2001, 2003, 2008 [1972], 2010). Em seguida, tratamos do Funcionalismo linguístico norte-americano que tem como pesquisadores Sandra Thompson, Paul Hopper e Talmy Givón, porém baseamo-nos em estudos de Givón (1971, 1984, 1991, 1993, 1995, 2001, 2005), que atrela os fenômenos usuais da língua às funções comunicativas e à estrutura gramatical, estabelecendo-se, assim, uma aproximação à abordagem Sociofuncionalista que atrela paradigmas da vertente sociolinguística com a funcionalista, ampliando, portanto, o foco da pesquisa de certo fenômeno linguístico, como o fazem Coan (1997, 2003), Tavares (2003), Domingos (2004) Carvalho (2007), Back (2008), Görski e Tavares (2013), entre outros.

Essa conciliação, no capítulo teórico, tem o intuito de enriquecer o tratamento dado à interpretação da variação entre o pretérito imperfeito do indicativo o pretérito imperfeito do subjuntivo. Outro ponto importante é o domínio funcional no qual estabelecem as noções de Tempo, Aspecto e Modalidade, que é um direcionamento da análise do *corpus*. A partir dessa exposição teórica, desdobrou-se o próximo capítulo, em que tratamos dos encaminhamentos metodológicos visando à análise das ocorrências dos pretérito imperfeito nas funções completiva, condicional e concessiva.

No quarto capítulo, traçamos o percurso metodológico para alcançar de forma exitosa o que pretendíamos com o *corpus* quando o consolidamos. Assim, apresentamos o método de abordagem utilizado nesta pesquisa, além de proporcionar os critérios de análise para a composição desse *corpus*, e apresentação deste por cada obra representada pelo século XIX, XX e XXI. É neste capítulo que discutimos a importância do gênero teatro como *corpus* de uma pesquisa linguística, em três diacronias distintas. Discutimos, também, sobre o tratamento estatístico dos dados linguísticos, em que dividimos a variável dependente por cada função; as independentes dentro complexo funcional TAM; as extralinguísticas dentro do que consideramos fatores relevantes à variação. Por fim, descrevemos, brevemente, sobre o programa estatístico GoldVarb X, que auxiliou a análise estatística.

Junto ao capítulo cinco, expusemos a análise e discussão dos resultados obtidos, sobre os quais trataremos mais detalhadamente a seguir, concatenando as questões e hipóteses

gerais com as específicas aos grupos de fatores. Para isso, discorreremos sobre as conclusões a que chegamos a partir dos dados obtidos pelo programa estatístico.

Para o desenvolvimento desta dissertação elaboramos um objetivo geral:

1) Analisar, em perspectiva sociofuncionalista, a variação entre pretérito imperfeito do modo indicativo e o imperfeito do modo subjuntivo nas funções completiva, condicional e concessiva em peças teatrais brasileiras do século XIX, XX e XXI.

Quanto a este objetivo, podemos confirmar que as formas de pretérito imperfeito do indicativo e pretérito imperfeito do subjuntivo podem variar em cada uma das funções: completiva, condicional e concessiva, mas, para isto, é necessário outros contextos que vão além destas funções, os quais destacaremos mais adiante.

Diante desse objetivo principal, elaboramos quatro específicos que satisfizessem tanto o fenômeno em estudo quanto os grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos, quais sejam:

- 1) Mapear a frequência e os contextos de uso das formas sob análise por função (completiva, condicional, concessiva);
- 2) Examinar quantitativa e qualitativamente motivações relativas ao complexo tempo-aspecto-modalidade: a) presença/ausência de marcador temporal, b) relação temporal, c) tipo aspectual do verbo da oração principal, d) tipo aspectual do verbo na subordinada, e) factualidade da situação e f) modalidade da oração;
- 3) Tratar dos condicionadores extralinguísticos século, vozes da narrativa e gênero teatral como propulsores da variação;
- 4) Investigar se há variação estável ou mudança em progresso entre os pretéritos imperfeitos nas funções e contextos de uso sob análise.

Em relação aos objetivos, podemos descrever que houve mapeamento da frequência de uso através do programa estatístico e que poucos foram os fatores favorecedores da variação das formas verbais; o modo indicativo é frequente nas funções completiva e

concessiva, enquanto o subjuntivo na função condicional. Qualitativamente, podemos afirmar que a modalidade é favorável à variação dos pretéritos imperfeitos, tendo como grupo importante a factualidade da situação da oração subordinada. Para os grupos extralinguísticos, nosso objetivo foi satisfatório em partes, pois somente o grupo vozes da narrativa mostrou-se relevante à variação dos pretéritos imperfeitos. Considerando a visível variação no contexto das funções completiva, condicional e concessiva, afirmamos que nossos dados mostram variação estável, pois em todas as sincronias o processo se mantém lento, ou seja, não chega a ser uma mudança em progresso. Desse modo, podemos afirmar, com respaldo teórico, que o uso dos pretéritos imperfeitos do modo indicativo/subjuntivo constitui um contexto de variação linguística, pois tanto um quanto o outro tem o mesmo valor representacional em cada função (completiva, condicional e concessiva).

No decorrer da verificação dos objetivos, fomos respondendo também os questionamentos que fizemos diante dos dados que tínhamos em mãos, pois é fato que a variação ocorre em todas as funções e nos contextos que analisamos; que os fatores relacionados à modalidade como factual, contrafactual e eventual motivam a variação dos pretéritos imperfeitos (indicativo/subjuntivo). Os grupos extralinguísticos século e gênero teatral não indicaram estatisticamente variação, ficando por conta do grupo vozes da narrativa a influência dos fatores extralinguísticos. As sincronias em que se encontram os dados são relevantes para demonstrar que a variação desse fenômeno, em nossa pesquisa, encontra-se estável.

Os resultados que obtivemos responderam, em parte, nossas hipóteses que foram sendo confirmadas e/ou refutadas ao longo da pesquisa. Nossa primeira hipótese, por exemplo, foi confirmada quase que totalmente, pois, de fato, não é concreto que em todos os contextos o indicativo indique certeza e o subjuntivo incerteza como afirmam quase todos os gramáticos. Há refutação pelo fato de o indicativo favorecer a função concessiva, quando pensávamos o contrário.

A segunda hipótese é dividida por partes, conforme complexo TAM, sendo referente a Tempo, Aspecto e Modalidade. A primeira foi confirmada, já que, como também afirma Domingos (2004), é prototípico o valor temporal de passado dos pretéritos imperfeitos, mas esses podem indicar um contexto de futuro, presente e passado. Na forma inovadora, há presença maior de marcadores temporais, conforme tabela 02. Para a segunda, relativamente a aspecto, houve refutação em relação aos verbos de estado e atividade, pois pensávamos que estes favoreceriam o uso do subjuntivo por demandar um tempo maior decorrido. Os verbos de cognição e *dicendi* favorecem o pretérito imperfeito do indicativo, possibilitando, por sua carga semântica, variação dos pretéritos imperfeitos do indicativo/subjuntivo na subordinada.

Na terceira, destinada à modalidade, tivemos resultados que comprovam a hipótese, pois as factuais relacionam conteúdos do mundo real; nas contrafactuais, o conteúdo expresso na subordinada é irreal e, nas eventuais, o conteúdo exposto na subordinada pode realizar-se ou não. Nesse grupo, os fatores factual e eventual favorecem o imperfeito do indicativo na função completiva, enquanto o fator contrafactual favorece o imperfeito do subjuntivo na função condicional.

Em nossa terceira hipótese, não houve uma consolidação devidamente desejada, mas, em relação às três sincronias analisadas, o século XXI, percentualmente, é favorecedor do pretérito imperfeito do modo indicativo; para o grupo voz da narrativa, a hipótese foi confirmada, pois os protagonistas favorecem, em maior peso relativo, o uso do pretérito imperfeito do indicativo por sua importância fundamental na construção do texto teatral. No grupo de fatores gênero teatral não foi confirmada nossa hipótese, pois acreditávamos que o fator comédia favorecesse o uso do indicativo, mas esse favorecimento ficou por conta do drama que pensávamos que selecionaria o subjuntivo por associar-se a um grau maior de formalidade no que tange ao texto teatral.

Na quarta hipótese, não consideramos que houvesse mudança em progresso em relação à função condicional, pelo fato de o subjuntivo superar o indicativo no decorrer dos séculos, mas é possível que advenha, em relação aos nossos dados, mudança em progresso na função concessiva, pois esta mostrou-se, apesar de poucos dados, um contexto propício para o modo indicativo, enquanto as gramáticas descrevem o contrário. Para confirmação de tal hipótese seria interessante, em trabalhos futuros, um alargamento desses dados nessa função, em extensão, também, no complexo TAM.

Diante do que expusemos, elencamos, a seguir, sugestões que podem ser analisadas em trabalhos futuros:

- a) ampliação do *corpus* de análise, a partir da obtenção de um número maior de dados, talvez com a coleta de dados de outros gêneros textuais e/ou incluir outras sincronias;
- b) diante do *corpus* acrescido, testagem de mais grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos, para um maior aprimoramento da análise;
- c) um estudo diacrônico a respeito do uso do pretérito imperfeito do indicativo na função concessiva em perspectiva comparativa com outras línguas românicas, para

nos certificarmos se esse é um fenômeno comum no espanhol ou se já está em mudança no português brasileiro;

d) verificação desse fenômeno em materiais didáticos para o Ensino de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio, bem como em produções textuais de alunos.

Observamos que, em geral, o fenômeno não tem se mostrado integralmente sensível ao complexo TAM ou não apresenta uma direção clara em termos de resultados. No entanto, os resultados encontrados neste estudo, em alguns pontos já citados, foram relevantes a alguns fatores já testados por Domingos (2004) e Carvalho (2007). Por fim, não resta dúvida de que esse fenômeno é variável, mas nem todos os contextos aqui testados favorecem estatisticamente essa variação.

REFERÊNCIAS

- ALKMIM, Tania Maria. Sociolinguística. Parte I. *In*: MUSSALIM, Fernanda, BENTES, Anna Christina (org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 21-47.
- ALMEIDA, Erica Sousa de. **Variação de uso do subjuntivo em estruturas subordinadas: do século XIII ao XX**. 2010. 294 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 1963.
- ALMEIDA JÚNIOR, João Benedito de. **Professor João**. Uberlândia: UFU, 2019. Disponível em: <http://www.bdteatro.ufu.br/bitstream/123456789/817/1/TT01017.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2019.
- ANDRADE, Jorge de. **A moratória**. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/evento395654/a-moratoria>. Acesso em: 17 de mar. 2019.
- ANDRADE, Jorge de. **Vereda da salvação**. São João del-Rei: UFSJ, 2019. Disponível em: <http://www.teatroparatodosufsj.com.br/download/jorge-andrade-vereda-da-salvacao/>. Acesso em: 23 mar. 2019.
- AZEVEDO, Artur. **A capital federal**. Rio de Janeiro: Casa Mont' Alverne, 1897. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000041.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2019.
- AZEVEDO, Artur. **Almanjarra**. 2019. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000041.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2019.
- AZEVEDO, Artur. **Amor por anexins**. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000041.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2019.
- BACK, Ângela Cristina Di Palma. **A multifuncionalidade da forma verbal -sse no domínio tempo-aspecto-modalidade: uma abordagem sincrônica**. 2008. 300 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo, Parábola Editorial, 2012.

BAJUR, Aziz. **Meu querido falecido, ou, como livrar-se de um corpo**. Uberlândia: UFU, 2019. Disponível em: <http://www.bdteatro.ufu.br/bitstream/123456789/824/1/TT01025.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2019.

BAJUR, Aziz. **O Brasil de cuecas**. Uberlândia: UFU, 2019. Disponível em: <http://www.bdteatro.ufu.br/bitstream/123456789/823/1/TT01024.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2019.

BAJUR, Aziz. **Velório à Brasileira**. Uberlândia: UFU, 2019. Disponível em: <http://www.bdteatro.ufu.br/bitstream/123456789/826/1/TT01027.pdf>. Acesso em 23 mar. 2019.

BARBOSA, Jeronymo Soares. **Grammatica philosophica da língua portuguesa**. Lisboa: Tipografia da Real Academia das Ciências, 1803.

BARROS, João de. **Gramática da língua portuguesa**. 3 ed. São Paulo: 1957.

BASSO, Renato Miguel; GONÇALVES, Rodrigo Tadeu. **História concisa da língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BECHARA, Evanildo. **Gramática escolar da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. São Paulo: Nacional, 1977.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontos, 1995.

BERBER SARDINHA, Tony. **Linguística de corpus**. Barueri: Manole, 2004.

BIANCHET, Sandra Maria Gualberto Braga. **Indicativo e/ou subjuntivo em orações completivas diretas do português: uma volta ao latim**. 1996. 160 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

BRAGA, Maria Luiza. Deslocamento para a Esquerda e Topicalização no Crioulo Cabo-Verdiano. **Ensaios de linguística**, Belo Horizonte. v. 13, p. 85-99, 1987.

BRITO, Nara Jaqueline Avelar. **Alternância entre futuro do pretérito e pretérito imperfeito do indicativo no domínio funcional da condição contrafactual em comentários no facebook**. 2018. 132 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de pós-graduação em estudos da linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

CAMACHO, Roberto Gomes. A relevância social da sociolinguística: o efeito de escolaridade na marcação de número. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 58. n. 3, p. 461-479, 2016.

CARDOSO, João Batista. **Teoria e prática de leitura, apreensão e produção de texto**. Brasília: Edunb, 2001.

CARVALHO, Hebe Macedo de. **A alternância indicativo/subjuntivo nas orações substantivas em função dos tempos verbais presente e imperfeito na língua falada do cariri**. 2007. 158 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. A noção de funções da linguagem: percurso teórico. **Signótica**, Goiânia, n. esp. 2, p. 133-152, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sig/article/view/3643>. Acesso em: 4 mar. 2019.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **A sintaxe do verbo e os tempos do passado em português**. Marília: FFCL, 1967.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Introdução ao estudo do aspecto verbal no português**. Marília: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. 1968.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova gramática do português brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

CEZÁRIO, Maria Maura.; MARQUES, Priscilla Marques; ABRAÇADO, Jussara. Sociofuncionalismo. In: MOLLICA, Maria Cecília; FERRAREZI JUNIOR, Celso (org.). **Sociolinguística, sociolinguísticas: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 45-61.

CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, Peter. **Dialectology**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

COAN, Márluce. **Anterioridade a um ponto de referência passado: pretérito (mais-que-perfeito)**. 1997. 183 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

COAN, Márluce. **As categorias tempo, aspecto, modalidade e referência na significação dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito: correlação entre função(ões)-forma(s) em tempo real e aparente**. 2003. 233 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

COELHO, Izete. Lehmkuhl *et al.* **Para conhecer sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2015.

COMRIE, Bernard. **Aspect: an introduction to the study of verbal aspect and related problems**. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

COMRIE, Bernard. **Tense**. 4. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

- CONCEIÇÃO, Letícia Vieira da. **Construções concessivas em entrevistas jornalísticas orais: um estudo funcionalista**. 2016. 118 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.
- CORÔA, Maria Luiza Monteiro Sales. **O tempo nos verbos do português: uma introdução a sua interpretação semântica**. Brasília: Thesaurus, 1985.
- CORÔA, Maria Luiza Monteiro Sales. **O tempo nos verbos do português: uma introdução a sua interpretação semântica**. São Paulo: Parábola, 2005.
- COSERIU, Eugenio. **El sistema verbal románico**. México: Siglo XXI Editores, 1976.
- COSTA, Sônia Bastos Borba. **O aspecto em português**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- CUNHA, Celso Ferreira da. **Gramática da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: FENAME, 1975.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.
- DIAS, Augusto Epiphany da Silva. **Syntaxe histórica portuguesa**. 5. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1970.
- DIAS, Gonçalves. **Leonor de Mendonça**. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000041.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2019.
- DOMINGOS, Rosemary de Fátima Assis. **Variação no uso do pretérito imperfeito (indicativo e subjuntivo) na função de cotemporalidade a um ponto de referência passado**. 2004. 125 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.
- DU BOIS, John W. Discourse basis of ergativity. **Language**, [s. l.], v. 63, p. 805-855, 1987.
- FAGUNDES, Edson Domingos. **As ocorrências do modo subjuntivo nas entrevistas do VARSUL no estado do Paraná e as possibilidades de variação com o modo indicativo**. 2007. 233 f. Tese (Doutorado em linguística) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- FERNANDES JR., Alcebíades. **Cronológica: um estudo do raciocínio aplicado a verbos**. São Paulo: Livro Pronto, 2007.
- FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação, as categorias de pessoa, espaço e tempo**. São Paulo: Ática, 1996.
- FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UECE, 2002.

- FREITAG, Raquel Meister Ko; OLIVEIRA, Josane Moreira de; COAN, Márluce. Formas simples e perifrásticas do verbo em relação ao domínio tempo-aspecto-modalidade. *In*: Célia Regina Lopes; Ataliba de Castilho (org.). **Mudança sintática das classes de palavra: perspectiva funcionalista**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2018. v. IV, p. 186-239.
- GANCHO, Cândida Vilares. **Como analisar narrativas**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2004.
- GARVIN, Paradis. An empiricist epistemology for linguistics. *In*: M. PARADIS. **The fourth LACUS Forum**. Columbia: Hornbeam Press, 1978. p. 331-351.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.
- GIVÓN, Talmy. **Context as other minds: the pragmatics of sociality, cognition and communication**. Amsterdam: John Benjamins, 2005.
- GIVÓN, Talmy. **Functionalism and grammar**. Amsterdam: J. Benjamins. 1995.
- GIVÓN, Talmy. **Functionalism and grammar: a prospectus**. University of Oregon, 1991.
- GIVÓN, Talmy. Historical syntax and synchronic morphology: An archaologist's field trip. **Papers from the Chicago Linguistic Society**, Chicago, v. 7, p. 394-415, 1971.
- GIVÓN, Talmy. **Syntax**. Amsterdam: J. Benjamins. 2001. v. 1 e 2.
- GIVÓN, Talmy. Tense-Aspect-Modality. *In*: GIVÓN, Talmy. **Syntax: a functional-typological introduction**. v.1. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1984. p. 269-320.
- GIVÓN, Talmy. Verbal inflections: tense, aspect, modality and negation. *In*: GIVÓN, Talmy. **English grammar: a functional-based introduction**. Amsterdam: J. Benjamins Company, 1993.
- GOMES, Roberto. A casa fechada. **Teatro da Juventude**, São Paulo, ano IV, n. 26, p. 15-25, 1999. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000041.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2019.
- GONZÁLEZ, César Augusto. **Norma e variação em livros didáticos de língua portuguesa e literatura aprovados pelo programa nacional de livros para o ensino médio de 2009**. 2013. 215 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- GONZÁLEZ, Juan Manuel Carrasco. **Manual de iniciación a la lengua portuguesa**. Barcelona: Ariel, 1994.
- GÖRSKI, Edair. et al. Variação nas categorias verbais de tempo e modo na fala de Florianópolis. *In*: VANDRESEN, P. (org.). **Variação e mudança no português falado na região Sul**. Pelotas: Educat, 2002.

GÖRSKY, Edair Maria; TAVARES, Maria Alice. Reflexões teórico-metodológicas a respeito de uma interface Sociofuncionalista. **Revista do Gelne**, Natal, v. 15. n. 1 e 2, p. 75-97, 2013.

GUY, Gregory Riordan; ZILLES, Ana. **Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise**. São Paulo: Parábola, 2007.

HALLIDAY, Michael A. K. **An introduction to funcional grammar**. Australia: Edward Arnold, 1985.

HOPPER, Paul J. On some principles in the grammaticalization. *In*: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (ed.). **Approaches to grammaticalization**. Philadelphia: John Benjamins Company, 1991. p. 17-35.

HOPPER, Paul; THOMPSON, Sandra. Transitivity in grammar and discourse. **Language**, [s. l.], v. 56, n. 2, p. 251-299, 1980.

HOPPER, Paul; TRAUGOTT, Elizabeth C. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

ILARI, Rodolfo. **A expressão do tempo em português**. São Paulo: Contexto, 1997.

ILARI, Rodolfo. **A expressão do tempo em português: expressões da duração e da reiteração, os adjuntos que focalizam eventos, momentos estruturais na descrição dos tempos**. São Paulo: Contexto, 2001.

ILARI, Rodolfo. **A expressão do tempo em português: expressões da duração e da reiteração, os adjuntos que focalizam eventos, momentos estruturais na descrição dos tempos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

JACOBBI, Ruggero. **Teatro no Brasil**. Tradução de Alessandra Vanucci. São Paulo: Perspectiva, 2012.

KURY, Adriano da Gama. **Novas lições de análise sintática**. São Paulo: Ática, 2003.

KURY, Adriano da Gama. **Pequena gramática: para a explicação da nova nomenclatura gramatical**. 9. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1964.

LABOV, William. Entrevista com William Labov: sociolinguistics by its creator. **Revista Letra Magna**, [s. l.], v. 2, n. 2, 2005. Disponível em: www.letramagna.com.br. Acesso em: 27 jul. 2019.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LABOV, William. **Principles of linguistic change: cognitive and cultural factors**. v. 3. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.

LABOV, William. **Principles of linguistic change: internal factors**. Oxford: Blackwell, 1994.

LABOV, William. **Principles of linguistic change: social factors**. Oxford: Blackwell. 2001.

LABOV, William. Some sociolinguistic principles. *In*: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. (org.). **Sociolinguistics**. The essential readings. New York: Cambridge, 2003.

LABOV, William. Where does the Linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. **Sociolinguistic Working Paper**, Texas, n. 44, -23, 1978.

LAVANDERA, Beatriz. Where does the sociolinguistic variable stop? **Language in Society**, Great Britain, n. 7, p. 171-182, 1978.

LYONS, Jonh. **Lingua(gem) e linguística: uma introdução**. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

MACEDO, Walmirio. **Gramática escolar da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1991.

MARÍN, Francisco Marcos. **Curso de gramática española**. Madrid: Cincel, 1987.

MATOS, Francisco Gomes de. **Conversas com linguistas: virtudes e controvérsias da linguística**. *In*: XAVIER, Carlos Antonio. CORTEZ, Suzana (org.). São Paulo: Parábola, 2003.

MEIRA, Vívian. **O uso do modo subjuntivo em orações relativas e completivas no português afro-brasileiro**. 2006. 315 f. Dissertação (Mestrado em linguística) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

MELO, Gladstone Chaves de. **Gramática fundamental da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1987.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. *In*: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (org.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2019. p. 9-14.

NARO, Anthony Julius. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. *In*: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (org.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2019. p. 43-50.

NASCENTES, Antenor. **O idioma nacional**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.

NEVES, Maria Helena de Moura, Estudos funcionalistas no Brasil. **D.E.L.T.A**, São Paulo, v.15, p.71-104, 1999.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática funcional**. São Paulo: Contexto, 2018.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

NICHOLS, Johanna. Functional Theories of Grammar. **Annual Review of Anthropology**, San Mateo, v. 43, p. 97-117, 1984.

NICOLA, José de; INFANTE, Ulisses. **Gramática contemporânea da língua portuguesa**. São Paulo: Editora Scipione, 1995.

OLIVEIRA, Fernão de. **A gramática da linguagem portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1975.

ONIGA, Miguel. **Desejo secreto**. Uberlândia: UFU, 2019. Disponível em: <http://www.bdteatro.ufu.br/bitstream/123456789/828/1/TT01029.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2019.

ONIGA, Miguel. **Palominos**. Uberlândia: UFU, 2019. Disponível em: <http://www.bdteatro.ufu.br/bitstream/123456789/829/1/TT01030.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2019.

PAIVA, Maria da Conceição. **Ordenação das cláusulas causais: forma e função**. 1992. 232 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

PALMER, Frank. Robert. **Mood and modality**. New York: Cambridge University Press, 1986.

PAREDES DA SILVA, V. L. **Cartas cariocas: a variação do sujeito na escrita informal**. 1988. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1988.

PASQUALE, Cipro Neto; ULISSES, Infante. **Gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Scipione, 1998.

PENA, Martins. **O juiz de paz na roça**. Uberlândia: UFU, 2019. Disponível em: <http://www.bdteatro.ufu.br/bitstream/123456789/120/1/TT00149.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2019.

PENA, Martins. **O noviço**. Uberlândia: UFU, 2019. Disponível em: <http://www.bdteatro.ufu.br/bitstream/123456789/826/1/TT01027.pdf>. Acesso em 23 mar. 2019.

PEREIRA, Eduardo Carlos. **Gramática expositiva do ensino superior**. 60. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1943.

PEREIRA, Eduardo Carlos. **Gramática expositiva: curso superior**. 17. ed. São Paulo: Companhia Gráfico-Editora Monteiro Lobato, 1925.

PEREIRA, Eduardo Carlos. **Gramática histórica**. São Paulo: Editora Monteiro Lobato e Cia, 1973.

PERINI, Mário Alberto. **Gramática descritiva do português brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2016.

PERINI, Mário Alberto. **Gramática descritiva do português**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998.

PERINI, Mário Alberto. **Gramática descritiva do português**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.

PIMPÃO, Tatiana Schwochow. **Uso variável do presente do modo subjuntivo**: uma análise de amostras de fala e escrita das cidades de Florianópolis e Lages nos séculos XIX e XX. 2012. 350 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

PIMPÃO, Tatiana Schwochow. **Variação no presente do modo subjuntivo: uma abordagem discursivo-pragmática**. 1999. 128 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

PINTO, Rolando Morel. **História da língua portuguesa IV**: século XVIII. São Paulo: Ática, 1988.

PONTES, Valdecy de Oliveira. **O pretérito imperfeito do indicativo e as perífrases imperfectivas de passado em contos literários escritos em espanhol**: um estudo sociofuncionalista. 2012. 265 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

PRESTES, Graziela Jacques. A modalidade contrafactual e o pretérito imperfeito do subjuntivo. *In*: ENCONTRO DO CÍRCULO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO SUL, 10., 2012, Cascavel. **Anais** [...]. Cascavel: [s. n.], 2012.

PRESTES, Graziela Jacques. **Conteúdo temporal do imperfeito do subjuntivo em português**. 2003. 103 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

REICHENBACH, H. **Elements of symbolic logic**. New York: The MacMillan Company, 1947.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 41. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2001.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

RODRIGUES, Nelson. **A falecida**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2019. Disponível em: <http://www.cinemateca.gov.br>. Acesso em: 23 mar. 2019.

RODRIGUES, Nelson. **A mulher sem pecados**. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <https://oficinadeteatro.com/conteudotextos-pecas-etc/pecas-de-teatro/viewdownload/5-pecas-diversas/102-a-mulher-sem-pecado>. Acesso em: 23 mar. 2019.

RODRIGUES, Nelson. **Valsa nº 6**. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <http://www.teatroparatodosufsj.com.br/download/jorge-andrade-vereda-da-salvacao/>. Acesso em: 23 mar. 2019.

SAID ALI, Manuel. **Gramática histórica da língua portuguesa**. 3. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964.

SAID ALI, Manuel. **Gramática histórica da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971.

SAID ALI, Manuel. **Gramática secundária da língua portuguesa**. 8. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

SALGADO, Érica. **As construções concessivas no português brasileiro do século XIX**. 2007. 93 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SANKOFF, Davi.; TAGLIAMONTE, Sale A; SMITH, Eric. **Goldvarb X: A multivariate analysis application**. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics, 2005. Disponível em: <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.htm>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Traduzido por Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1969.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. **O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

SPULDARO, Eliane Rauber. **A aquisição de distinções aspectuais em português como segunda língua por falantes nativos de inglês: o exemplo dos pretéritos perfeito e imperfeito**. 2005. 200 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Curso de Pós-graduação em Letras, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2005.

TAGLIAMONTE, Sale A. Comparative sociolinguistics. *In*: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P.; SHILLING-ESTES, N. (ed.). **The handbook of language variation and change**. Cambridge: Blackwell, 2003. p. 729-763.

TAGLIAMONTE, Sale. A. **Variationist sociolinguistics: change, observation, interpretation**. Cambridge: Wiley-Blackwell, 2012.

TAGLIAMONTE, Sale. A.; SMITH, Jennifer. Layering, competition and a twist of fate: deontic modality in dialects of English. **Diachronica**, Amsterdam, v. 23, n. 2, p. 341-380, 2006.

TAVARES, Maria Alice. **A gramaticalização de E, AÍ, DAÍ e ENTÃO: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista**. 2003. 411 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

TAVARES, Maria Alice. Sociofuncionalismo: um duplo olhar sobre a variação e a mudança linguística. Interdisciplinar: **Revista de Estudos em Língua e Literatura**, Aracaju, v. 17, p. 27-47, 2013.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **O aspecto verbal no português**: a categoria e sua expressão. 5. ed. Uberlândia: EDUFU, 2016.

VENDLER, Zeno. Verbs and Times. *In*: VENDLER, Zeno. **Linguistics in philosophy**. New York: University Press, 1967.

WATT, Dominic. Variation and the variable. *In*: LLAMAS, Carmen; MULLANY, Louise; STOCKWELL, Peter (ed.). **The routledge companion to sociolinguistics**. New York: Routledge, 2007. p. 3-11.

WEINER, Judith; LABOV, William. Constraints on the agentless passive. **Journal of Linguistics**, [s. l.], v. 19, p. 29-58, 1983 [1977].

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

WEINRICH, Harald. **Le temps**. Paris: Seuil, 1973.

WHERRITT, Irene. A Sociolinguística da oração substantiva em português. **Revista Língua e Literatura**, Frederico Westphalen, v. 7, p. 85-109, 1978.

WOLFRAM, Walt. The linguistic variable: fact and fantasy. **American Speech**, Durhan, v. 66, n. 1, p. 22-32, 1991.